

VICENTONIO REGIS DO NASCIMENTO SILVA

**Vossa Excelência, Vossa Senhoria,
Excelentíssimo Senhor e Prezado Amigo:
considerações sobre a correspondência de
Clóvis Bevilaqua**

ASSIS
2009

VICENTONIO REGIS DO NASCIMENTO SILVA

**Vossa Excelência, Vossa Senhoria,
Excelentíssimo Senhor e Prezado Amigo:
considerações sobre a correspondência de
Clóvis Bevilacqua**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. Wilton Carlos Lima da Silva

Assis
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Silva, Vicentônio Regis do Nascimento
S586v Vossa excelência, Vossa senhoria, Excelentíssimo
senhor e Prezado amigo: considerações sobre a
correspondência de Clóvis Bevilaqua /
Vicentônio Regis do Nascimento Silva. Assis, 2009
178 f.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e
Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

Bevilaqua, Clóvis, 1859 – 1944. 2.
Correspondência. 3. Sociabilidade. I. Título.

CDD 301
923.4

VICENTONIO REGIS DO NASCIMENTO SILVA

Vossa Excelência, Vossa Senhoria, Excelentíssimo Senhor e
Prezado Amigo: considerações sobre a correspondência de Clóvis
Bevilaqua

Dissertação apresentada à Faculdade
de Ciências e Letras de Assis – UNESP
– Universidade Estadual Paulista para
a obtenção do título de Mestre em
História (Área de conhecimento:
História e Sociedade).

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. Wilton Carlos Lima da Silva

Prof. Dr. José Miguel Arias Neto

Prof. Dr. Áureo Busetto

Assis
2009

“Que eu faço versos
Mas sem espinhos,
Com partituras
Pros passarinhos...”

(Antonio Lázaro de Almeida Prado, em “Desafio Orquestral”)

Às mulheres que nunca se recusaram ao
“Desafio Orquestral”: Dona Isaura e Dona Laura (em memória).

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos de qualquer trabalho representam apenas uma parte de uma imensidão de pessoas que, embora não mencionadas, são tão importantes quanto as enumeradas aqui.

Inicialmente gostaria de agradecer ao Professor Doutor Wilton Carlos Lima da Silva que, antes e durante o mestrado, com sua atenção contínua, seus diálogos incessantes, suas cobranças docentes e sua franqueza peculiar, me ajudou a destrinchar os meandros inerentes a quaisquer campos não sendo diferente o campo historiográfico. Nem sempre as práticas e o discípulo correspondem à grandeza das teorias e do mestre.

Aos Professores Doutores Milton Carlos Costa e Áureo Busetto pelas sugestões e críticas durante a banca de qualificação e, ao segundo, por aceitar participar de minha banca de defesa.

Ao Professor Doutor José Miguel Arias Neto, por aceitar participar de minha banca de defesa e pelo diálogo sempre atento e pedagógico.

A Mária de Fátima Sacramento, que me hospedou em sua casa durante os dias em que permaneci em Fortaleza (CE), recolhendo dados, cartas e documentos no Memorial do Judiciário Cearense, localizado no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Aos funcionários Ivete Alencar, João Franklin, Silvia e Vera Felício, em nome dos quais estendo meus agradecimentos a todos os funcionários do judiciário cearense.

A advogada, lingüista e crítica literária Marinilda T. Bordin, pela paciente revisão deste trabalho.

Ao CNPQ, pela concessão da bolsa que permitiu a finalização do projeto de pesquisa.

Aos meus pais, José Antônio e Veralúcia, pela compreensão, pelo incentivo e pela fé.

Aos meus irmãos Regis e Jovian, pela diversidade e pelo amadurecimento.

Ao meu primo Nelson Regis, por acreditar em mim e em meu trabalho.

Às minhas filhas Emily e Natália que, mesmo com minha impaciência e minha irritação, me ensinaram inconscientemente a amá-las.

Alguns poetas da magnitude de Cecília Meireles, Fernando Pessoa, Florbela Espanca, Manuel Bandeira e Antônio Lázaro de Almeida Prado podem ensaiar, escrever, reescrever, buscar palavras e músicas, mas certamente nenhuma poesia expressará meus sinceros agradecimentos a Adriana Jesuino Francisco por compartilhar comigo a plenitude do amor, apesar dos percalços, dos obstáculos e dos caminhos que, bem ou mal, sempre transpomos de maneira suave.

RESUMO

Clóvis Beviláqua é um dos juristas brasileiros mais importantes do século XX. Além de criar o Código Civil de 1916, produziu diversos trabalhos acadêmicos de cunho jurídico e filosófico, trabalhou como consultor jurídico no Ministério das Relações Exteriores, participou de instituições culturais e, de um lugar privilegiado no centro das decisões administrativas nacionais, testemunhou movimentos políticos, econômicos e sociais.

A correspondência do jurista é uma fonte importante na tentativa de compreensão de sua trajetória: um nome esquecido que transitou entre o Império e a República, que conquistou um lugar no campo intelectual, jurídico e literário brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Clóvis Beviláqua – Correspondência – Rede de relações – Sociabilidade.

ABSTRACT

Clovis Bevilaqua is one of the most important Brazilian lawyer in twenty century. Besides he creates first Brazilian civil code, wrote a lot of juridical and philosophical academic works, was lawyer in State Department and living in national administrative decisions center, was a partner of cultural institutions and saw political, economical and social changes and movements.

Bevilaqua's correspondence is an important source of understanding of his trajectory: a forgotten name of transition between Empire and Republic, but its name is present in Brazilian intellectual, juridical and literary fields.

KEY-WORDS: Clóvis Bevilaqua – Correspondence – Intellectual Framework – Sociability.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. HISTORIOGRAFIA E ESCRITA DE SI.....	22
2. A CORRESPONDÊNCIA COMO OBJETO DE ANÁLISE.....	38
3. BIOGRAFIA E MEMÓRIA DE CLOVIS BEVILAQUA.....	50
4. ESSAS MAL TRAÇADAS LINHAS.....	87
CONCLUSÃO.....	153
BIBLIOGRAFIA.....	157
ANEXOS	
A – Transcrição de carta enviada pelo Supremo Tribunal Militar.....	165
B – Transcrição de carta enviada pelo Gabinete do Ministro da Aviação.....	166
C – Transcrição de carta enviada pelo Gabinete do Ministro da Aviação.....	167
D – Transcrição de carta enviada por Silvio Romero.....	168
E – Transcrição de carta enviada por Theodoro Figueira de Almeida.....	169
F – Transcrição de carta enviada pela organização do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância.....	170
G – Transcrição de carta enviada por Levy Carneiro.....	171
H – Transcrição de carta enviada por Elpidio de Mesquita.....	173
I – Transcrição de carta enviada a Rodrigo Otávio.....	175
J – Transcrição de carta enviada ao Ministro Felix Pacheco.....	177

INTRODUÇÃO

Os intelectuais brasileiros do século XIX – que optam entre o autodidatismo, a medicina, a engenharia ou o direito¹ – estudavam, debatiam e escreviam sobre assuntos diversos, que iam da literatura à filosofia, passando pela economia, sociologia, magistério, política, crítica literária.

De acordo com SILVA (2007), recorrendo a CANDIDO (2006, p. 361), os intelectuais destacavam-se pelo ufanismo e pelo narcisismo, em que a exibição de detenção de vasta cultura – principalmente pela capacidade de dominar vários idiomas – consolidava-se como uma das estratégias de construção de imagem de um país moderno e civilizado aos olhos estrangeiros:

“que seria dotado de inteligência e cultura tão volumosa que seria capaz de embasbacar os estrangeiros, como uma fantasia que se desdobra em três planos: o autodidatismo e a falta de concorrência literária e científica – que acarretam o generalismo e a falta de autocrítica, as redes de relações – quando “confrades e pósteros” ampliam os méritos de autores e obras para causar repercussão em uma sociedade alheia às coisas do espírito, e, finalmente os casos reais ou lendários das obras-primas perdidas – nos quais se misturam a hipertrofia da realidade e as reais dificuldades de publicação e conservação das produções intelectuais”.

Assim, com formações diferentes, os intelectuais produziam livros, artigos, ensaios e panfletos divulgando a concepção cultural que pretendiam impor – ou construir – à nação.

O Romantismo brasileiro – fundador da crítica literária, precursor da autonomia literária em relação a Portugal, marcado em seu primeiro momento pelo compromisso social e por muito tempo sinônimo de nacionalismo – caracterizava-se por escrever sobre coisas locais, apresentando a realidade e facultando ao

¹ As profissões de médico, engenheiro e advogado são consideradas profissões imperiais, de acordo com Edmundo Campos Coelho, por se aproximarem do liberalismo que se previa para elas.(COELHO, 1999, 21-24)

leitor a aproximação do texto com sua experiência pessoal. (CANDIDO, 2002, p.39-40)

Uma das finalidades de escrever sobre os problemas locais consistia numa tentativa de transformação cultural por meio da política. Literatura e Política seriam, respectivamente, equivalentes ao Romantismo e ao Nacionalismo, confundindo-se na maioria dos casos, como mencionado na página anterior.

“Outro traço importante desse período foi o novo sentimento de civismo, atualizado do apreço ilustrado pelo bom governo. Os intelectuais brasileiros do fim do século XVIII pensavam sobretudo em louvar a ação dos governantes esclarecidos, vinda de cima e recebida como dádiva. No começo do século XIX, e sobretudo depois da Independência em 1822, esse ponto de vista foi substituído pelo de participação política do cidadão, que deveria tomar a iniciativa de estabelecer o bom governo, de baixo para cima, a fim de promover o império da razão. Essa transição ideológica corresponde ao desejo crescente de autonomia, que terminou pela separação de Portugal e se exprimiu na ação e nos escritos de intelectuais, que falavam em promover as reformas necessárias para civilizar e modernizar o país segundo as idéias do tempo: liberdade de comércio e de pensamento, representação nacional, instrução, fim do regime escravista etc”. (CANDIDO, 2002, p.13-14)

O projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Assis (SP), desenvolvido sob orientação do Prof. Dr. Wilton Carlos Lima da Silva, surgiu da intenção de avaliar a trajetória intelectual, política e social do jurista Clóvis Bevilacqua.

A opção por Clóvis Bevilacqua como objeto de estudo ocorre a partir da descoberta de cartas enviadas e recebidas pelo jurista em mais de seis décadas de serviços jurídicos, que permitiram retomar aspectos de sua vida.

Do Acervo Clóvis Bevilacqua – do qual travamos conhecimento pelo Inventário organizado pelo Memorial do Judiciário Cearense do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará –

constam cartas, cartões sociais e de apresentação, manuscritos, recortes de jornais, livros, folhetos, periódicos, fotografias, objetos pessoais e de mobiliário do jurista (INVENTÁRIO, 1999, p. 42).

A proposta inicial, antes do contato direto com as fontes, buscava a correspondência de Bevilaqua com o crítico literário Silvio Romero, entre 1880 e 1914 – período de grande prestígio da intelectualidade, da ascensão dos bacharéis, de mudanças sociais e políticas relevantes (libertação dos escravos, aumento das idéias raciais e da imigração, fim da Monarquia, início da República, choque entre os conceitos e as práticas federalistas, revoltas, debates sobre a concepção de nação brasileira).

A leitura das cartas propiciaria a compreensão das manifestações de dois intelectuais sobre Federalismo como sistema de governo e suas opções conceituais sobre a formação da Identidade Nacional².

Além da trajetória dos dois intelectuais, a periodização proposta (1880-1914) abarcaria debates relacionados a temas como modernidade: velocidade e eletricidade marcariam um período em que 1914 figurava como ápice das controvérsias sobre a paz nos destinos do “Breve Século XX”.

“o grande edifício da civilização do Século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram. Não há como compreender o Breve Século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam. Sua história e, mais especificamente, a história de sua era inicial de colapso e catástrofe devem começar com a da guerra mundial de 31 anos”. (HOBSBAWM, 2004, p.31)

² Ainda controverso, o Federalismo surge como uma alternativa de dividir o poder centralizado no monarca e, posteriormente, como característica inerente à República que se pretende instaurar. Ao mesmo tempo em que as discussões sobre Federalismo avançam, as querelas sobre a formação da Identidade Nacional tomam fôlego a ponto de o branqueamento da população, a construção da imagem de modernidade da capital do país, feita por mudanças arquitetônicas, e a evolução da ciência predominarem nas conversas da transição monárquico-republicana e de fim de século.

Enquanto eletricidade, velocidade e guerra despertavam os interesses globais, os brasileiros voltavam sua atenção para dirimir anseios políticos, administrativos e culturais mais próximos à realidade local:

“Tratava-se antes de mais nada de alcançar um objetivo comum, para o qual todas as forças convergiam: a constituição do Estado-Nação moderno no país. Uma vez definido esse propósito coletivo entretanto, começavam as dissensões. Onde localizar o seu corpo material e social, a sua enfiatura, aquela que pela sua própria natureza lhe definiria as características gerais e as feições mais regulares? O momento impunha opções decisivas que marcariam de forma indelével a sociedade florescente, transmitindo-se com todas as suas conseqüências ainda para as gerações futuras. Que rumo dar às decisões políticas? O do imigrante europeu ou do elemento nacional; o do cosmopolitismo progressista ou o da preservação de uma raiz tradicional de elementos da cultura nativa; o completo abandono às diretrizes do mercado internacional ou o semi-isolamento capaz de promover a formação e consolidação de um amplo mercado interno; a concentração dos esforços sociais e dos investimentos no litoral ou no interior; nas cidades ou no campo; na agricultura ou na indústria, na monocultura ou na policultura; na pequena ou na grande propriedade? Centenas de alternativas se colocavam diante do novo regime voltado à reformulação e reordenação da sociedade; cada uma das quais encampada por estratos diferenciados e conflitantes. (SEVCENKO, 1995, p.207-208)

As cartas de Bevilacqua, por sua projeção intelectual e política, seriam material privilegiado de compreensão do espaço e da rede de sociabilidade do jurista, seus deslocamentos no campo político e cultural, tanto no Império (quando em trânsito principalmente entre Ceará e Pernambuco) quanto na República (quando se fixa na então capital federal), da identificação de confluências, divergências, manutenção e alteração do pensamento acadêmico e filosófico, de suas estratégias de circulação e legitimação intelectuais e, partindo destas, legitimações públicas.

Depois de quatro anos de negociações, as cartas do jurista foram adquiridas de suas herdeiras em 1999 e transferidos os direitos de uso ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que as disponibilizou em cópias reprográficas catalogadas no Memorial do Judiciário Cearense (INVENTÁRIO, 1999, p. 37-38).

Após o contato com o acervo, o objetivo inicial de compreender as discussões teóricas fomentadas por Clóvis Bevilacqua e Silvio Romero redimensionou-se na medida em que as buscas davam indícios de um número reduzido de missivas e da possibilidade de recortes no acervo promovido pela família – numa possível tentativa de construção imagética – ou, menos provável, pelos organizadores, que poderiam ter descartado partes consideradas irrelevantes.

O objetivo da pesquisa alterou-se por três fatores principais: o número, o conteúdo e o perfil da correspondência.

O primeiro obstáculo relaciona-se ao número de cartas.

Uma centena de cartas trocadas exclusivamente entre Bevilacqua e Romero constituía a previsão inicial. A correspondência passiva (enviada por Romero) não passava de vinte missivas; a correspondência ativa (remetida por Bevilacqua) não contém nenhuma mensagem para Romero.

O Inventário registra que a correspondência de Clóvis Bevilacqua possui perto de 1.700 documentos textuais provenientes ou destinados a magistrados, advogados, profissionais liberais, populares, instituições, políticos, altos funcionários públicos, intelectuais do Brasil, da Europa, da América do Norte, da América do Sul e da Ásia.

Na prática, o Memorial, guardião da correspondência, assim como de outros objetos, valoriza o aspecto notável das missivas, enfatizando implicitamente seu discurso de conteúdo amplamente adjetivado e uma visão monumentalística sobre o acervo.

“Dentre as 1.700 peças epistolares, cartões, cartões-postais, telegramas compulsados destaca-se pela sua temporalidade e essência conteudística a carta (7/5/1878) remetida de São Paulo-SP por Silva Jardim (então calouro na Faculdade de Direito da capital dos Bandeirantes e exaltado defensor da República) ao seu dileto amigo Clóvis Bevilacqua, que no afã de atingir a predestinação de sua trajetória luminosa, já havia palmilhado os degraus do saber”. (INVENTÁRIO, 1999, p.52)

O segundo obstáculo se refere ao amplo leque de temas: família, cultura, educação, trabalho, contatos, assuntos de política nacional e internacional, intercâmbio cultural no país e no exterior, atividade jurídica, filosófica, pedagógica, literária, jornalística, sociológica, mensagens de condolências, de saúde, cartões postais e de apresentação.

Pretendíamos observar as convicções, conceitos e sugestões de ambos sobre aspectos culturais, pedagógicos, sociais, econômicos e principalmente políticos, aqui incluídos o Federalismo e a Identidade Nacional.

No entanto, as cartas agradecem ou elogiam livros, tratam de assuntos amenos e aparentemente cotidianos e burocráticos, não abordando integralmente o conteúdo enumerado no Inventário, como as cartas da mãe ou da namorada:

“Na capital maurícia, naquele ano da graça de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1878, principia o curso de Direito, e, no interregno dos quatro anos (1878-1882) para a conclusão de seus estudos jurídicos, vamos também encontrar na sua correspondência (recebida e expedida) missivas de Dona Martiniana Maria de Jesus, extremosas e transbordantes de amor fraternal, assim como cartas apaixonadas do jovem Clóvis para sua enamorada Amélia, registro autêntico das tradições, usos e costumes (inclusive de práticas políticas no Ceará na oitava década do século XIX) de uma época característica de nossa História Regional”.(INVENTÁRIO, 1999, p.52-53)

Por fim, o terceiro obstáculo refere-se à ausência de cartas íntimas, pois a coleção não dispunha de cartas de familiares, com assuntos polêmicos, constrangedores ou amorosos, em um tom que permanece predominantemente formalístico, não propiciando aprofundamento da vida privada de remetentes ou destinatários³.

Esperava-se um expressivo volume de correspondência, tanto passiva quanto ativa, de um jurista estabelecido na capital da República, nacional e internacionalmente reconhecido por seu trabalho jurídico no âmbito do direito civil e do direito internacional, consultor do Ministério das Relações Exteriores por mais de três décadas, professor de Direito, membro da Academia Brasileira de Letras e convidado a elaborar códigos e regimentos públicos de conduta.

O tom predominantemente formalístico da correspondência evidencia as relações com seus pares, amigos, profissionais e instituições de legitimação intelectual. Essas relações davam-lhe oportunidade e necessidade de se corresponder com autoridades, consultar especialistas, debater assuntos relevantes e constituir vínculos profundos, complexos e duradouros. Por que, aparentemente, não as teve mencionadas em suas cartas?

Uma das alternativas de resposta indicaria a intervenção pontual na seleção da correspondência e dos objetos vendidos ao Tribunal de Justiça do Ceará. As peças epistolares classificadas abrangem tanto cartas quanto cartões (cartões de apresentação, em maior parte, seguidos de cartões pessoais, de congratulações, de agradecimentos, de boas festas).

A pequena quantidade de livros – em torno de quinze (INVENTÁRIO, 1999, p. 42) – é outro fato que desperta a curiosidade. Para quem, entre outros temas, discorre sobre filosofia, literatura, sociologia, quinze livros correspondem a parte ínfima de seu acervo.

³ Posteriormente, missivas particulares, transcritas do acervo particular das filhas do jurista, deram noções das atividades íntimas da família que passava por dificuldades financeiras, mantinha um estilo de vida espartano e, no caso de Bevilaqua, embora se declarasse ateu, instruía religiosamente as filhas.

Por meio desse acervo bibliográfico uma tentativa de sistematizar as práticas de leitura – suas inclinações, suas aversões, suas predileções registradas por meio de leituras regulares ao mesmo volume – poderia ser iniciada.

A disposição de cartas e livros implica alternativa de explicação para demonstrar como, de alguma maneira, o acervo sofreu intervenções no intuito de manter a imagem de um homem que, nas análises de suas obras, tem suas qualidades morais e altruísticas evidenciadas⁴, em detrimento de análises imanentes de seu trabalho filosófico, jurídico e sociológico.

As cartas não se resguardariam às convergências entre remetente e destinatário, mas exporiam os conflitos teóricos, profissionais e ideológicos, em que o papel figura como principal suporte de trocas de idéias, de embates e de alianças.

Diante da ausência de temas epistolográficos que permitam a criação de eixo temático único, ampliamos o objeto de pesquisa e analisamos as missivas expedidas e recebidas por outras personalidades, instituições e pessoas comuns ou anônimas, a quem Bevilaqua escrevia ou de quem recebia informativos e pedidos de consultas jurídicas.

Das cartas expedidas constam destinatários como José Veríssimo⁵, Barão do Rio Branco, Epitácio Pessoa, Carlos Chagas, Wenceslau Brás, ministros, generais, embaixadores, vereadores, desembargadores, Academia Brasileira de Letras, Congregação da Faculdade de Direito.

Das recebidas, despontam remetentes como Franklin Távora (patrono da cadeira da Academia Brasileira de Letras inaugurada

⁴ O Inventário do Acervo de Clóvis Bevilaqua – elaborado por uma historiadora da Secretaria Estadual de Cultura do Ceará, com apresentação da Presidente do Tribunal de Justiça à época – é repleto de adjetivação glorificadora ao jurista. Se, por um lado, apontamos os adjetivos glorificadores, por outro, não podemos abrir mão de pensar na obra de Bevilaqua analisada sob o viés imanentista a partir de 1920/1930. Até então, o elogio excessivo ou a aversão radical constituem argumento da crítica literária. A análise do texto, em síntese, representa uma perspectiva secundária ao analista.

⁵ José Veríssimo (1857-1916) – jornalista, professor, crítico literário e tradutor, membro-fundador da Academia Brasileira de Letras, defendia um sistema literário dissociado dos arranjos políticos. Saiu da Academia Brasileira de Letras depois da eleição de Lauro Muller em 1912. Muller, eleito para a vaga do Barão do Rio Branco, era um político e não um homem de letras.

por Clóvis Bevilaqua), Silvio Romero, Ministro da Justiça, Academia Brasileira de Letras, Araripe J.R., Barão de Loredo, Câmara dos Deputados, Arthur Orlando⁶, Senado Federal, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Afonso Celso, Eptácio Pessoa, Quintino Bocaiúva, Ministérios da Justiça e da Marinha, White House, Diretor Geral da Saúde Pública, Escola de Direito Clóvis Bevilaqua, Procurador Geral da República.

A ausência de cartas que tratem de assuntos íntimos⁷, vexatórios ou polêmicos induz à possibilidade de recorte pontual, colaborando ou diretamente conduzindo à fabricação da posteridade (ABREU, 1996, p. 67) - em que o autor ou guardião da correspondência ordena os acontecimentos por ele considerados relevantes – daí em diante construindo sua imagem, criando sua vida.

A fabricação da posteridade pode se desenvolver por meio da construção da imagem e da auto-representação.

As estratégias de construção da imagem se dividem em consciente e inconsciente. No primeiro grupo incluem-se as ações conscientemente voltadas à agregação de características e de valores pretendidos por seu autor. Do segundo, constam as executadas aleatoriamente, não necessariamente pretendidas, direcionadas, planejadas.

Alguns homens públicos compõem o primeiro grupo. Antônio Pereira Rebouças, estudado por GRINBERG (2002), e Oliveira Vianna, por VENANCIO (2004), oferecem indícios de direcionamento da construção de imagem de homens de letras, dedicados aos livros, aos labores intelectuais e profissionais, ao serviço público.

⁶ Arthur Orlando da Silva (1858-1916) – Jornalista e advogado formado pela Faculdade de Direito do Recife, discípulo de Tobias Barreto, considerava a educação fator essencial para o desenvolvimento nacional. Quando Inspetor Geral da Instrução Pública de Pernambuco, propôs a abolição dos castigos corporais. Senador e Deputado Federal por Pernambuco em várias legislaturas. Sócio-fundador da Academia Pernambucana de Letras. Membro da Academia Brasileira de Letras.

⁷ Algumas cartas constantes de BRANDÃO (1989) enfocam o caráter romântico do jovem Bevilaqua, transcrevendo algumas recebidas de seu pai e de Silva Jardim e alguns fragmentos das escritas à namorada Amélia Freitas. Porém, os conteúdos de cunho vexatório ou polêmico ainda são silêncio na correspondência.

Uma das situações ratificadoras da atitude consciente da construção da imagem de Rebouças está na constituição e na conservação de sua biblioteca pessoal.

Para contrabalancear a falta de diploma de bacharel em direito – praticava a advocacia na condição de rábula, jurista com preparação técnico-formal empírica –, uma biblioteca eclética e cosmopolita legitima seu saber e se insere como parte da estratégia de manutenção da memória.

“Além de códigos e coleção de leis, livros de jurisprudência e revistas especializadas, Rebouças possuía dicionários geográficos e mitológicos e manuais de literatura. Ele lia Shakespeare e os gregos em francês, tinha em sua estante todos os clássicos da economia política inglesa e do iluminismo francês, como Adam Smith, Voltaire, Montesquieu, Rousseau, Robespierre e a própria Enciclopédia, colecionava vários volumes de biografias universais, e ainda mantinha a sua disposição manuais de história dos países cujos exemplos sempre utilizava em seus discursos e pareceres, como Portugal, França Inglaterra, Itália, Estados Unidos e Haiti”. (GRINBERG, 2002, p.199-200)

Em situação idêntica a de Rebouças, Oliveira Vianna – sociólogo, membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, colaborador de diversos órgãos de imprensa, ex-consultor jurídico do Ministério do Trabalho, ex-ministro do Tribunal de Contas da União – em mais de mil cartas catalogadas descobertas em sua biblioteca, vale-se da correspondência como método de socialização para, mesmo recluso em Niterói, erigir a imagem de intelectual de trânsito fácil, tanto na área jurídica como na intelectual.

“A investigação desse conjunto de documentos permite verificar como a via epistolar era utilizada por Vianna para se manter inserido no espaço de produção cultural, sem que lhe fosse necessário freqüentar obrigatória e regularmente as instituições que serviam de reduto à

sociabilidade intelectual, bem como revelar aspectos até então ignorados da trajetória desse indivíduo e de suas estratégias e redes de sociabilidade”. (VENANCIO, 2004, p.117)

A construção inconsciente da imagem de si ocorre de maneira mais freqüente, definida pela reunião de objetos, de livros, de cartas, de escritos ou de recortes de jornais, sem a finalidade de fabricar a posteridade em consonância com algum anseio pré-estabelecido.

Se em parte a compreensão da construção da imagem emerge sem enfrentamentos, a auto-representação de Bevilacqua prejudica-se parcialmente pelo possível descarte de eventuais cartas não disponíveis ao público.

Embora de perfil heterogêneo, a correspondência reproduz esforço de manutenção das redes relacionais e de legitimação. Expõe-se como suporte na estratégia de permanência ou de inserção no âmbito intelectual – como nos pedidos de votos para Academia Brasileira de Letras, de divulgação de livros e de pessoas. No silêncio dos temas políticos, questionamentos das características e das práticas particulares na República como coisa pública.

A correspondência do intelectual Bevilacqua funciona como espaço de sociabilidade privada em que conflitos, silêncios e lacunas se chocam diante da sociabilidade e do discurso público.

Em trabalho sobre a correspondência de intelectuais, TREBITSCH (2007) enfatiza três motivos para considerar a correspondência como aproximação das sociabilidades intelectuais.

O primeiro se pauta pela raridade de fonte escrita das relações sociais dominadas pela palavra e pela oralidade ou, em um trocadilho melhor definido, pelo bom uso da palavra em um exercício de boa oralidade. O intelectual

“escrevia num meio culturalmente pobre, encontrando repercussão limitada; tinha poucas oportunidades de cultivar o espírito, dar publicidade às obras e medir os próprios limites. Tendia, pois, a atribuir um alto significado à própria atividade e a considerar-se o sal de uma terra inculta, onde a fama, quando vinha, podia penetrar no domínio da lenda”. (CANDIDO, 2006, p. 247-248)

Em segundo lugar, a correspondência se oferece como um estatuto de relação pessoal, próxima da biografia e diferente dos textos destinados à publicação, o que lhe confere um contrato de autenticidade de expressão da intimidade e da manutenção da horizontalidade das relações.

Finalmente, a carta, por si só, propõe um âmbito de sociabilidade, certamente “privado”, em oposição aos lugares “públicos”, como as revistas, as conferências ou os manifestos. Constitui um lugar de troca, não somente entre pessoas, mas entre os comportamentos individuais e as regras impostas externamente, como códigos sociais ou normas de escrita. De acordo com CHARTIER, citado por TREBITSCH, a correspondência utilizada como fonte e como objeto de estudos gera oportunidades e dificuldades, criando uma interpenetração entre a esfera privada e a pública.

1. HISTORIOGRAFIA E ESCRITA DE SI

Questionada se ciência do passado ou teoria de conhecimento, saber ou poder, contrária ou manipuladora, global/total/integral ou singular, contínua ou descontínua, a História delinea-se no tempo e no espaço:

“o historiador deve respeitar o tempo que, de diversas formas, é a condição da história e que deve fazer corresponder os seus quadros de explicação cronológica à duração do vivido. (...) Acrescentarei que não há história imóvel e que a história também não é a pura mudança, mas sim o estudo das mudanças significativas. A periodização é o principal instrumento de inteligibilidade das mudanças significativas”.(LE GOFF, 1996, p.47)

Por sua vez, a memória é considerada propriedade de conservação de certas informações, inserida em um conjunto de funções psíquicas “graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. (LE GOFF, 1996, p. 423).

Em ambiente de troca de poderes, a memória coletiva converte-se em instrumento de luta entre as forças sociais:

“a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma grande preocupação das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. O estudo da memória social é um dos raios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”. (LE GOFF, 1996, p. 426)

Desenvolvida a partir da História, a memória seria fundamental para repensar o presente e construir caminhos alternativos ao futuro, nos quais o jogo de subordinação e de coordenação se entreolham na linha tênue em que a liberdade se impõe à escravidão.

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. (LE GOFF, 1996, p. 477)

A construção da memória passa igualmente pela escrita de si, embora três cautelas devam ser tomadas na análise da auto-representação que formam a “ilusão biográfica”. A primeira delas observa a pouca probabilidade de um “eu” coerente e contínuo, considerando o efeito de verdade que esse tipo de escrita (a escrita de si) é capaz de produzir.

“Nada nos obriga a adotar a filosofia da existência que, para alguns dos seus iniciadores, é indissociável dessa revolução retórica; mas, em todo caso, não podemos nos furtar à questão dos mecanismos sociais que favorecem ou autorizam a experiência comum da vida como unidade e como totalidade”. (BOURDIEU, 2002, p. 185)

Em segundo lugar, as relações entre texto e autor devem ser discernidas de modo que o texto não enverede pela corrente que o contemple como uma representação de seu autor, nem se filie à que considera o autor uma invenção do próprio texto.

Por último, os estudos da escrita de si apontam a alternativa de distinção entre o sujeito que escreve – autor – e o sujeito de sua narrativa – o personagem do texto.

“O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de ‘dizer o que houve’, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. Um tipo de discurso que produz uma espécie ‘excesso de sentido real pelo vivido’, pelos detalhes que pode registrar, pelos assuntos que pode revelar e pela linguagem intimista que mobiliza. (GOMES, 2004, p.15)

Recursos geralmente utilizados para descrever, narrar ou enumerar fatos da vida de personalidades, as memórias – e, em algumas situações, as biografias – produzem rota de fuga aos problemas contemporâneos ou remotos. Por meio delas, as dificuldades ou cenários desfavoráveis (como o declínio da trajetória intelectual, por exemplo) cederiam espaço às lembranças bucólicas, amenas, risonhas, leves ou menos polêmicas, numa tentativa de restauração da imagem social. Prima-se pela dissociação da imagem problemática da consagrada pelo imaginário popular. O registro da escrita de si – em diários, em memórias, em cartas – transforma-se em fator essencial para a construção da imagem em cenários diferentes.

Situadas em limites tênues, MICELI (2001, p. 20-21) distingue biografia de memórias:

“Se a celebração biográfica é uma maneira de reconstituir vidas exemplares num registro apologético, dissimulando-se os mecanismos reais que regem as trajetórias sociais e intelectuais, os memorialistas, por sua vez, não escondem o jogo de que participam, pois sua própria situação os faz enxergar melhor os móveis da luta de cujas gratificações mais importantes se vêem excluídos”.

Segundo MICELI, a biografia é um pressuposto de comemoração, de celebração e de festejos em relação a uma pessoa. Pretende-se exaltar os pontos positivos da personalidade,

de suas ações e de seus trabalhos em detrimento de controvérsias.

Os críticos literários do século XIX almejavam a produção de uma História da Literatura como uma consagração, uma maneira de inscreverem seus nomes no campo intelectual. A produção de tal obra significava o reconhecimento ao exercício profissional desempenhado principalmente na imprensa.

As histórias da literatura reuniam os pontos de vistas, as opiniões, as intrigas e as explicações das intrigas quase sempre protagonizadas por seus autores. Dois críticos literários da época, Silvio Romero e José Veríssimo publicaram, respectivamente, o “Compêndio de História da Literatura Brasileira”, em 1906, e “História da Literatura Brasileira”, em 1916.

Ainda de acordo com MICELI, se a biografia detém uma finalidade reparadora, as memórias – como escritas de si – jogam dialeticamente nos instrumentos das dúvidas, das incertezas e das afirmações, nem sempre distanciadas idealmente dos fatos narrados. Dessa maneira, uma carta redigida no calor de uma discussão ou de uma execração pública conteria elementos que, numa situação cotidiana e calma, dissolver-se-iam nos singrares do silêncio e, em seguida, do esquecimento.

Os diários, as anotações auto-representativas, os escritos esparsos, as cartas e as práticas de leituras (geralmente verificadas em livros) expressam como e onde os autores amadureciam suas idéias. Alguns registros apologéticos da imagem retratam, permanente ou transitoriamente, auto-representações.

O tema imagem adquire espaço privilegiado na biografia. Nesse caso, duas opções são viáveis. Uma é a sedimentação – consolida-se a imagem construída durante a trajetória intelectual reforçando os conceitos positivos do biografado. Outra, a desconstrução – destrói-se a imagem para, em seguida, reconstruí-la de acordo com intenções estipuladas.

Os efeitos da sedimentação e da desconstrução são eficazes se utilizadas as figuras de si, entre as quais se destaca a irreverência – conceituada como um grupo de artifícios que minimiza as expectativas ou os preconceitos, atribuindo vestígios de verossimilhança aos fatos e às escritas, proporcionando maior aceitabilidade e, conseqüentemente, maior sucesso no público receptor.

Protocolos de leitura, mecanismos e comandos que gerem eventuais contradições, perversões, transgressões ou maleabilidades podem transfigurar os fatos. Exemplo disso são as atividades biográficas ou memorialísticas concentradas na infância ou na juventude, na descrição extensa de ambientes salubres, na criação de entreveros que cravaram marcos de decisões que acompanhariam indeterminadamente o ator social.

A auto-representação ou imagem de si pode ultrapassar os limites do razoável, como aconteceu a Domingos Sarmiento, intelectual argentino (1811-1888), autodidata, exilado, presidente de seu país entre 1868 e 1874, embaixador nos Estados Unidos.

Durante seu governo estimulou a imigração européia, construiu bibliotecas e escolas públicas, concretizando teorias educacionais aprendidas em viagens pela Europa e pelos Estados Unidos.

Sarmiento criava uma imagem – tanto para si quanto para seus interlocutores – de homem erudito, dotado de inteligência que permitia rápida assimilação de dados, informações, detalhes. Comum dominar inglês ou qualquer outro idioma em poucas semanas e, em seguida, traduzir sofregamente obras clássicas e complexas das línguas recém-aprendidas.

Diante da dificuldade em dimensionar a imagem que Sarmiento produz e transmite, o pesquisador precisa escolher rotas plausíveis. MOLLOY (2003, p. 14) agrupou algumas indagações que seriam o ponto inicial para destrinchar os vieses do escritor argentino.

“sem deixar de lado os dilemas lingüísticos e filosóficos que a escrita autobiográfica necessariamente propõe, tentei abordar temas que são basicamente culturais e históricos em sua natureza. O que procurei descobrir não foi tanto o que o ‘eu’ está tentando fazer quando escreve ‘eu’, mas, mais modestamente, quais são as fabulações a que recorre uma escrita de si em um certo espaço, em um certo tempo e em uma certa linguagem, e o que estas fabulações nos dizem sobre a literatura e a cultura a que pertencem”.

As afirmações de Sarmiento sobre o aprendizado de línguas – enfrentando peculiaridades e nuances – seguido da tradução de obras literárias, auxiliada unicamente por um dicionário, não convenceram MOLLOY que, se em um primeiro momento cogitou a possibilidade de versões incorretas, verificou que as traduções variavam segundo suas necessidades. Sarmiento reescrevia e reinventava as obras que lhe caíam em mãos.

Uma das explicações prováveis consiste na dedução de que Sarmiento precisava locomover-se e posicionar-se no campo intelectual, impondo sua autoridade, buscando reconhecimento, descobrindo indícios de recepção de suas obras e dos efeitos que causavam no público.

A inserção intelectual ressoava como resposta às dúvidas sobre honra e vaidade que transpunham os limites da pessoa no âmbito privado e no âmbito público.

Como política e literatura se interpenetram, não necessariamente ligando-se, os dilemas da nacionalidade são tratados em alegorias que proporcionam propagação mais rápida; contudo, desencorajam reflexões críticas em decorrência de seus enredos exclusivistas. A política, parte fundamental da vida de Sarmiento. A literatura, o meio de conquistá-la. A literatura de Sarmiento conta, reconta, reorganiza, destrói, reconstrói e, finalmente, sedimenta sua trajetória.

Na sedimentação da trajetória pessoal, as crises das contradições, das escolhas, dos silêncios, do esquecimento, da verdade e da sinceridade são expostas.

“A autobiografia é sempre uma re-presentação, ou seja, um tornar a contar, pois a vida a que supostamente se refere é, por si mesma, uma construção narrativa. A vida é sempre, necessariamente, uma história; história que contamos a nós mesmos como sujeitos, através da rememoração; ouvimos sua narração ou a lemos quando a vida não é nossa. Portanto, dizer que a autobiografia é o mais referencial dos gêneros – entendendo por referência o remeter ingênuo a uma ‘realidade’ e a fatos concretos, verificáveis – é, em certo sentido, pôr a questão de maneira falsa. A autobiografia não depende de acontecimentos, mas da articulação destes eventos armazenados na memória e reproduzidos através de rememoração e verbalização. (...) A linguagem é a única maneira de que disponho para ‘ver’ minha existência. Em certo sentido, já fui ‘contado’ – contado pela mesma história que estou narrando”. (MOLLOY, 2003, p.19)

Seguindo esse raciocínio, as narrativas de Sarmiento sobre aprendizado e desenvolvimento intelectuais não podem ser consideradas inverídicas, mas vistas sob outra perspectiva. Os requintes da auto-representação se sobrepõem aos demais. A sinceridade substitui a verdade.

Como sugere MOLLOY, os lugares da memória não seguem hierarquia ou ordem cronológica. Armazenados, suas concatenações se dão de maneira explicáveis segundo a lógica da rememoração e da verbalização.

A rememoração é transitória, veloz, efêmera. Mesmo diante de fatos arraigados na memória, fragmentos são abandonados entre o processo de rememoração e verbalização, modificando sensivelmente o resultado aspirado. Informações, recordações e imagens da memória são aceitas como reproduções confiáveis, sem questionamento de falhas, de infidelidade e de reprodução integral dos fatos.

Sem exames dos procedimentos de funcionamento e da fidelidade das informações da memória, as recordações transformam-se em fabulações, indo de encontro ao que se almeja na rememoração.

Provavelmente a parte mais delicada do uso da memória repouse na transformação entre realidade e fantasia. A fábula pertence à seara fantasiosa. Mesmo que minimamente, os autores recorrem à fábula para constituir imagem ou resgatar elementos na memória.

Ao distinguir fabulação de rememoração, chega-se ao primeiro passo para separar fato de invenção. Isolam-se fatos ou imagens que o autor de memórias, de autobiografia, de diário ou de correspondência pretende legar aos descendentes. Após esse procedimento, possível se debruçar sobre aspectos da imagem que se impregnaram na memória coletiva, como observou LE GOFF, observando-se que a imagem proposta pelo idealizador pode se firmar ou se desviar.

A imagem coletiva pode sofrer mudanças de acordo com a instabilidade dos atores sociais. Se em um primeiro momento renega-se um grupo político, econômico, social ou intelectual, em uma segunda oportunidade pode-se transitar para ele, sendo a transição aceita, compreendida e respaldada.

As autobiografias ou memórias geralmente descrevem passagens que não se chocam, graças aos recursos estilísticos e literários de que se valem seus autores. Para MOLLOY (2003, p.38), “a autobiografia é, na verdade, uma construção literária”. No entanto, essas escritas pessoais nem sempre são coerentes. Nem sempre verbalizadas unicamente pela fabulação, as articulações mnemônicas podem buscar na rememoração fragmentos visíveis e incoerentes.

Fragmentos mnemônicos de ambientes repletos de livros não seriam estranhos a quem pleiteasse um lugar na memória coletiva, a quem exercitasse a escrita literária rotineira como suporte de

qualidades adquiridas pela leitura, a quem quisesse ser lembrado por ações intelectuais.

O mundo do leitor profissional e de seus livros fornece subsídios para o estabelecimento da imagem que se pretende construir: contínua e metódica formação do leitor por longos períodos. São estratégias pessoais de criar uma lembrança do escritor envolvido em seu ambiente, rodeado de livros, objetos principais de seu trabalho.

Leitores e livros na imagem do intelectual acontecem extemporânea e cosmopolitamente.

Alguns intelectuais brasileiros, consciente ou inconscientemente, viam nos livros o respaldo de sua vivência literária e intelectual. Como Antônio Pereira Rebouças, mencionado anteriormente como construção consciente da imagem do intelectual por meio de sua biblioteca.

Objeto permanente na história dos intelectuais, GOMES (2004, p. 51-75) narra detalhadamente como o livro foi tema de dezenas de cartas trocadas entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre durante a formação intelectual e as viagens internacionais do sociólogo pernambucano.

Oliveira Lima indicava, discutia, influenciava e rechaçava as leituras que o intelectual em formação empreendia, pautando sua escrita epistolar por uma relação de horizontalidade, aproximando-se mais de conselhos do que imposições intelectuais.

As cartas de Monteiro Lobato a Oliveira Vianna registram os entraves intelectuais, burocráticos e financeiros a que dois homens de letras da primeira metade do século vinte se submetem.

Lobato é um exemplo excepcional de intelectual em que o livro ocupa um espaço significativo em sua vida, no conteúdo de suas cartas, na formação da imagem, no campo literário e na memória nacional.

Além de escritor (de histórias infantis, contos e narrativas longas), escreveu em jornais e revistas; foi editor, dono de editoras, tradutor, crítico de arte, ilustrador, pintor, caricaturista e fotógrafo. Seu nome também está ligado à conquista do petróleo nacional.

Estudiosos confirmam em uníssono a versão de sua leitura onívora. Para Lobato, os livros representavam vaidade intelectual, suporte de divulgação de idéias, de compra de brigas, de obtenção de lucros e de sobrevivência. Ao fim da vida, em carta a Oliveira Vianna (VENÂNCIO, 2004, p. 125), surpreende-se como o amigo, um dos autores de suas ex-editoras, ainda comprava livros depois de velho.

Outras versões da vida de Lobato poderiam ser adicionadas, mas finalizamos o rol de exemplos com as cartas cotidianas trocadas entre Paulo Prado e o historiador Capistrano de Abreu.

Capistrano de Abreu imprimiu um novo sentido à história (GONTIJO, 2004, p. 169) ao se pautar pela análise documental. Entre outras atividades compreendidas no ofício do historiador, além das pesquisas historiográficas, estavam a de escrever livros, artigos para jornais e revistas, revisar textos, providenciar prefácios, publicar livros.

Mais jovem, o milionário paulista Paulo Prado financiava algumas iniciativas do intelectual, cujo percurso financeiro é relatado por ambos.

“Mas, além da ajuda financeira e intelectual – que incluía remessas de livros e cópias, de ambas as partes, sem esquecer dos pareceres de Capistrano sobre os textos de Prado –, há dois tipos de pedidos de favores pessoais: emprego e publicação para terceiros. As indicações de textos para publicação utilizam o argumento de que o autor, além de merecer ser lido e/ou precisar de dinheiro, é ‘patrício’ de Capistrano, nascido no Ceará; ou então é um antigo discípulo, com quem não quer ficar mal”. (GONTIJO, 2004, p. 175)

Residindo no Rio de Janeiro, parte da rotina de Capistrano de Abreu consistia em fiscalizar os trabalhos práticos, geralmente em torno das oficinas gráficas que não correspondiam aos anseios do historiador que, por sua vez, pressionava copistas e operadores de máquinas.

Para dimensionar a figura do intelectual, GONTIJO (2004, p.183) retrata enfaticamente a presença do livro no dia-a-dia de Capistrano, chamando-o de leitor voraz que, como intelectual, lia muitos livros, mas diferentemente da maioria deles, lia ainda mais. Cópias, trabalhos, livros, artigos, discussões e reflexões configuram a temática da epistolografia.

As tentativas de se mostrar informado – literatura européia, a francesa em particular, ciências e filosofia alemã – mereceriam debates sobre o saque europeu.

O saque europeu – ofensivas culturais hispânicas baseadas em teorias e conhecimentos europeus – na prática estimulava a repetição – em vez da reflexão – do cânone daquele continente.

“Este desejo de se mostrar competente, um leitor do cânone – não se dando conta de que o cânone, pelo simples fato de estar sendo lido na América hispânica, traduzido para o contexto hispano-americano, não é mais o mesmo – pode ser visto como o resultado do colonialismo cultural convencional, e certamente deve ser visto, em parte, desta maneira”. (MOLLOY, 2003, p. 40)

Orientando-se pelos dados disponíveis e considerando os rendimentos mnemônicos, a rememoração abriria caminhos tanto para a fabulação quanto para a reescrita da realidade. Pensamentos considerados originais surgiriam, dissociados do europeu, mas intensamente influenciado nele.

Dessa maneira, a correspondência converte-se em ponto de partida para a compreensão das relações sociais, jurídicas, culturais, econômicas e religiosas. As mesclas, a organização, a

seleção e o entrelaçamento da correspondência em sentido lógico podem beneficiar a reconstrução da rede de sociabilidade, tanto do destinatário quanto do remetente.

As cartas são documentos relacionais por meio dos quais os enlaces pessoais ou sociais são investigados sob um prisma em que se examinam as singularidades das relações mútuas registradas em diálogos escritos.

A relação horizontal – bem presente nas cartas entre intelectuais – permite caracterizar as redes pessoais e profissionais, as trocas de idéias e de opiniões, expondo o âmbito social e cultural, concebendo a amizade e a solidariedade ou a hostilidade e rivalidade como meios de alcançar ou de retardar a inserção pessoal no campo.

Segundo MIRANDA (2000, p. 48), o jurista romano Cícero (106-43 a.C.) – referência na teoria epistolográfica - é tomado como exemplo por ensinar regras de como escrever bem:

“Aconselham-se, como normas gerais, a brevidade, a clareza e a propriedade que supõem a ausência de repetições ou enfeites, a supressão de rodeios e a escolha de uma linguagem simples, mas precisa. Consequentemente, recusa-se a elaborada estrutura epistolar defendida por alguns retóricos, que pretendiam conferir à carta cinco partes distintas: saudação, exórdio, narração, petição e conclusão”.

As diretrizes da boa escrita e da boa comunicação ainda são recorrentes nas teorias modernas, como as elaboradas pelo alemão Johann Gottlieb Heinecke (1681-1741) (MIRANDA, 2000, p. 53), influência sobre os portugueses que, assim como antecessores ou discípulos, aborda os vários estilos de correspondência, demonstrando que as cartas formam dois grupos principais: o primeiro, reunindo as de caráter erudito (assuntos filosóficos, matemáticos, filológicos, críticos, teológicos, jurídicos

e históricos) e o segundo concatenando as de familiares e as de cerimônia.

As cartas configuram espaço de auto-representação a partir do século XVIII (CERTEAU, 1994, p. 221). A oralidade perde espaço para a escriturística, sendo esta uma representação da conquista da economia na Idade Moderna: as vozes reaparecem exclusivamente nos sistemas escriturísticos. Habilitar-se ao sistema escriturístico é requisito de inclusão ao moderno.

Segundo CERTEAU (1994, p.224), a escritura se tornou uma questão mítica moderna: escrever se tornou científico, legítimo, escolar, como meio de se diferenciar da oralidade, que virou sinônimo de retrocesso ou impedimento do progresso. A escritura é uma forma de se apartar “do mundo mágico das vozes e da tradição”.

A escritura é um espaço próprio em que um texto construído reflete poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado, em que são necessários: (1) um papel em branco, diagrama do espaço próprio de produção para o sujeito, (2) a construção do texto, realizada por meio de fragmentos ou materiais lingüísticos, seguindo métodos explicitáveis e direcionados a produzir uma ordem e (3) transformação da realidade, pois a construção do texto não é um jogo; o texto tem como finalidade uma eficácia social.

Considerando-se as relações entre indivíduo moderno e seus documentos, a escrita assume não apenas um papel coletivo, mas uma ferramenta de expressar a individualidade e suas nuances características:

“A escrita auto-referencial ou escrita de si integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si no mundo moderno ocidental. Essa denominação pode ser mais bem entendida a partir da idéia de uma relação que se estabeleceu entre o indivíduo moderno e seus documentos. Considerando-se a existência de um certo consenso na literatura que trata da escrita de si, pode-se datar a divulgação de sua

prática, grosso modo, do século XVIII, quando indivíduos ‘comuns’ passaram a produzir, deliberadamente, uma memória de si. Um processo que é assinalado pelo surgimento, em língua inglesa, das palavras biografia e autobiografia no século XVII, e que atravessa o século XVIII e alcança seu apogeu no XIX, não por acaso o século da institucionalização dos museus e do aparecimento do que se denomina, em literatura, romance moderno”. (GOMES, 2004, p. 10-11)

A publicação de cartas – especialmente de intelectuais – recebe impulso a partir do início do século XX:

“No Brasil, excetuando-se o livro Machado de Assis e Joaquim Nabuco, organizado por Graça Aranha, editado pela Monteiro Lobato & Cia. em 1923; as cartas de Rui Barbosa (1919); as de Machado de Assis (1923) e as de Aluísio Azevedo – incluídas no livro Touro Negro: crônicas e epistolário, de 1938, a epistolografia só ganhou impulso com a publicação da Barca de Gleyre. Enquanto a maioria dos livros desse gênero são póstumos, em 1944 Lobato tomou a iniciativa de publicar a própria correspondência e a ela sobreviveu por quatro anos. Depois dessa publicação, seguiram-se outras: Correspondência de Lima Barreto, em 1956; Cartas de Mário de Andrade a Manuel Bandeira, em 1958; Cartas de Graciliano Ramos, em 1980; A Lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade, em 1982, para citar apenas as mais importantes publicações do gênero”. (CASSAL, 2002, p.15).

Provavelmente pelas publicações concentrarem-se nos literatos, os teóricos da literatura estimularam a análise de cartas como reconstituição do percurso ou da trajetória intelectual dos autores percebendo, por exemplo, um escritor de literatura ficcional ou de literatura militante, de eficácia social, como propugna CERTEAU e verificada em Monteiro Lobato⁸.

⁸ “Tratando-se de um escritor que se desviou da ‘grande literatura’, enveredando pela literatura para crianças e pela literatura militante, a correspondência com Godofredo Rangel é importante pois mostra que Lobato não é trãnsfuga da literatura como se apregoa. Como José de Alencar que, em *Como e porque sou romancista*, também em forma de carta, delinea a gênese de suas obras, as vicissitudes do mercado para o produto literário, assim também Monteiro Lobato sente necessidade de uma explicação e publica, mediante cartas, seu testamento literário”. (CASSAL, 2002, p.21)

Entre os contemporâneos da análise e da teoria literária, GALVÃO e GOTLIB (2000) organizam um livro de cartas que envolvem aspectos teóricos, literários (observando personagens importantes como o Marquês de Sade, Padre Antônio Vieira, Fernando Pessoa, Proust e Joyce), filosóficos (a correspondência de Hannah Arendt, Walter Benjamin), psicológicos (Freud), sociológicos (Marx), historiográficos (vida nobre setecentista em Portugal).

Pontos altos são a diversidade de cartas, de destinatários e remetentes, de áreas abordadas, em que a literatura não é alternativa única; de estudiosos, que abrangem de sociólogos, juristas e filósofos a literatos e psicanalistas e, por fim, de teorias e métodos o que, na prática, ajuda a refletir sobre intercâmbio de teorias e aperfeiçoamento de métodos.

Para GOMES (2004), Walnice Nogueira Galvão destaca-se no campo literário não apenas por reunir um grupo de intelectuais que se dedicam à análise das missivas, mas também por, antes de tal obra, pesquisar, concatenar, refletir, organizar e discorrer sobre a correspondência de Euclides da Cunha (GOMES, 2004, p. 8-9).

A edição de correspondências famosas – posteriormente consideradas literárias, como as cartas de Abelardo e Heloisa, Mariana Alcoforado, Rainer Maria Rilke ou Kafka – avolumou-se nos últimos anos.

Da literatura, o interesse pela escrita de si atinge outros campos do saber, fomentando a discussão da prática epistolográfica como fonte para a sociologia, a psicologia e, neste caso, a historiografia.

Entre outros livros, “Escrita de Si Escrita da História”, de Ângela de Castro Gomes, interage com teorias e métodos na compreensão de conexões que as cartas podem oferecer, esclarecendo pontos aparentemente imperceptíveis, mas que auxiliam na pesquisa das fontes historiográficas.

A correspondência segue uma prática circular em que é suporte de resposta, de solicitação ou de requisição. Nos pressupostos de análise incluem-se o conhecimento de caráter informativo e uma pesquisa de dimensão temporal dos ritmos que permeiam a troca missivista. Um ritmo que pode ser rápido – quando o conteúdo versa sobre questões mais interessantes ou interessadas – ou assumir um passo mais vagaroso – quando de questões incidentais.

2. A CORRESPONDÊNCIA COMO OBJETO DE ANÁLISE

TREBITSCH divide as cartas em três grupos de duas categorias, segundo classificação de VENÂNCIO (2003, p.25-27).

No primeiro grupo, a Correspondência-rede, em que a função desempenhada pela carta sobrepõe-se ao seu conteúdo. Sua função básica: construção e consolidação de uma rede de sociabilidades. Desse grupo constariam a Correspondência Social – composta por cartões sociais, como os cartões de natal, de ano novo, de visitas, de aniversário, de congratulações ou de pêsames – e a Correspondência de Assuntos Políticos – em que se enquadrariam missivas de temas como eleições, pareceres jurídicos, pedido de empregos ou favores, intervenções pessoais ou profissionais, esclarecimentos sobre procedimentos burocráticos.

Na Correspondência Ordinária (TREBITSCH, 2007), o conteúdo sobrepõe-se à função que exerce. Ela é o suporte de soluções dos problemas cotidianos, rotineiros e práticos dos intelectuais. Dividem-se em duas categorias.

Na primeira perfilam-se as cartas de aquisição de bens materiais, como livros, canetas, lápis, papel, gêneros alimentícios, remédios, acessórios de roupas, materiais hidráulicos, mecânicos, elétricos.

A segunda categoria reuniria a correspondência sobre os problemas do cotidiano como pagamentos, solicitação de empréstimos, causas judiciais e familiares, cancelamento de assinaturas, reclamações de extravios de documentos ou mesmo de cartas.

Por fim, a Correspondência-Laboratório seria relacionada à comunidade de leitores, grupo de trocas intelectuais, em que as cartas são suporte do trabalho do intelectual, atendendo leitores, debatendo idéias, reformulando conceitos, interessando-se por novos temas, alternando leituras, teorias, metodologias.

“Ce type de correspondance, auquel appartiennent les lettres de Lefebvre à Guterman, fonctionne sur le modèle de l'amitié intellectuelle : on a ici affaire à des intellectuels de même position, souvent de même génération, liés par des préoccupations communes d'ordre esthétique ou idéologique, qui poursuivent une relation profonde et durable, comme Roger Martin du Gard et Romain Rolland, ou forment parfois au contraire des couples détonnants, comme Mauriac et Claudel. L'amitié intellectuelle est ici à la fois la condition et le produit du travail mené en commun et la correspondance, en scandant les étapes d'un itinéraire intellectuel, a pour fonction d'expérimenter concepts et sujets et d'en tester la réception par l'ensemble du milieu. Autrement dit, en tout état de cause, les correspondances, pas plus que toute autre forme de sociabilité intellectuelle, ne peuvent se penser hors de leurs contenus idéologiques ou esthétiques » . (TREBITSCH, 2007).

Duas as espécies desse grupo. A primeira concatena as cartas concernentes a questões intelectuais: esboços, rascunhos e provas, livros de amigos, de teóricos e do próprio autor, publicação de livros e de artigos, pareceres científicos, doação de livros para indivíduos e bibliotecas, instituições diversas e intelectuais, autógrafa, convites para prefaciá-los, revisar ou indicar livros para publicação, para entrevistas e para bancas de concursos.

Possivelmente consideradas suportes de divulgação de livros, textos e idéias, as Cartas de Agradecimento comporiam a segunda espécie deste grupo, sendo identificadas por missivas que agradecem livros de autoria do remetente, eventuais convites ou favores.

Ao tratar das cartas trocadas entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel durante quarenta e cinco anos, CASSAL optou por dividir a correspondência em três tempos. O primeiro compreenderia o Lobato aprendiz (1903-1917), o segundo englobaria o Lobato editor/impressor (1918-1927) e o terceiro alcançaria o Lobato petroleiro (1928-1948):

“Seguem-se mais trinta anos de correspondência, mas podemos dizer que o principal situa-se na primeira fase. Por quê? É a fase de uma longa formação, em que se sobressaem a difícil relação de Lobato com a literatura, uma pletera de projetos literários, um trabalho de crítica literária e uma poética. A segunda fase da correspondência, de 1918 a 1927, abarca o período em que o escritor é editor em São Paulo e no Rio de Janeiro. A terceira, de 1928 a 1948, abrange sua estada em Nova Yorque, como adido comercial e, de volta ao Brasil, retrata as decepções do metalúrgico e petroleiro”. (CASSAL, 2002, p. 29)

Não se poderia aplicar, ao caso em estudo, o método adotado por CASSAL. Diferentemente de Lobato, a análise de Clóvis Bevilacqua não pode ser feita por períodos. Embora mude do Ceará para Pernambuco e, posteriormente, para o Rio de Janeiro, onde permanece por mais de quarenta anos, a atividade profissional do jurista não se interrompe.

O número, o conteúdo e o perfil da correspondência compõem rol de fatores que igualmente impedem a adoção de semelhante método.

Escritor prolífico – passam de duzentas as cartas escritas por Lobato a Rangel durante a primeira fase (CASSAL, 2002, p.29) -, além de livros, traduções e artigos em jornais, escrevia aos amigos, às autoridades, aos intelectuais.

O grande número de cartas – especialmente enviadas a um destinatário, como no caso de Rangel – permite a percepção das mudanças profissionais, financeiras, intelectuais, geográficas.

O mesmo método de separação por períodos foi tentando sem grande sucesso na análise da correspondência de Azuela (PUPO-WALKER, 1972, p.356), cujas cartas foram divididas em três áreas: Correspondência, Arquivos e Apêndices. No entanto, as leituras iniciais do inventário da correspondência identificaram problemas metodológicos como, por exemplo, a presença de cartas diversas na seção denominada “arquivos” ou nos “apêndices”.

Naquele trabalho, discorreu-se sobre a disposição das cartas, da correspondência ativa e da passiva, tecem-se considerações sobre as metodologias aplicadas.

Vivendo em um México miserável, Mariano Azuela (1873-1952), médico, romancista, autor da primeira obra literária sobre a revolução mexicana, interessou-se por exteriorizar um painel crítico da sociedade mexicana pós-revolucionária. Seu principal romance, *Los de abajo*, foi publicado em 1916.

Na correspondência passiva, nomes de escritores, tradutores, professores americanos e pessoas menos notórias, testemunhas da evolução intelectual, mais especificamente literária, e econômica, evidenciada nas respostas.

A figura do vencedor econômico, comunicada aos familiares por correspondências classificadas de “notas familiares”, detalha a auto-representação de um homem que, numa terra de miseráveis, conseguiu vencer os percalços sociais e econômicos.

A literatura não se iguala em preocupações à questão financeira, ao reconhecimento social de um caráter hilariamente épico.

“Casi toda la correspondencia temprana revela como hecho primordial, las vicisitudes económicas de Azuela al establecer su consultoria medico en la capital. Es de lamentar, pues, que entre esas primeras cartas no se hayan incluido algunas que delaten inquietudes literarias del novelista o aspectos esenciales de su personalidad. Concretamente este libro carece de la organización sistemática que el lector espera de una obra de su tipo”. (PUPO-WALKER, 1972, p. 357)

A crítica encampada por PUPO-WALKER sobre a organização diagramática do livro mostra que, diferentemente de CASSAL, interessante seria adotar o sistema de catalogação por temas.

As cartas de Azuela podem ser divididas em três partes. A primeira delas trata predominantemente da troca de

correspondência entre Azuela e escritores, tradutores e professores americanos.

A escrita missivista linear permite uma troca cultural. Daí surgiriam as supostas influências literárias recebidas pelo romancista mexicano do crítico literário Francisco Monterde, que o descobriu e apontou-lhe caminhos estéticos.

A segunda parte do livro é composta por cartas de pessoas diversas, reproduções de críticas ao seu principal livro.

A terceira parte abriga crônicas e correspondência de amigos, críticos e admiradores, constituindo um pandemônio, em que cartas aparentemente irrelevantes ou cotidianas são alinhavadas às provenientes de críticos que, ao mesmo tempo, constam da primeira parte.

Na terceira parte, detalhes de requintes anedóticos, pejorativos e pitorescos.

Além disso, permitem a verificação de procedimentos que guiaram uma geração de escritores mexicanos, assim como da prática do ofício de escrever.

“Se trata pues de um libro de gran diversidad en su contenido. Se ofrece cuidadosamente editado y las pocas erratas, que contiene, así como las objeciones antes mencionadas, no ocultan el valor de la laboriosa investigación llevada a cabo por la señora Berler. A la postre el Epistolario proporciona algo más que simples datos. Nos informa desde el ámbito individual sobre el mundo caótico en que se formó toda una generación de escritores mexicanos. Y revela, a la vez, las penosas condiciones en que el escritor revolucionario tuvo que ir refinando su taller”. (PUPO-WALKER, 1972, p. 358-9)

É possível apontar algumas divergências e convergências entre CASSAL e PUPO-WALKER, cujas observações podem se dividir em três grupos.

No primeiro deles, PUPO-WALKER não despreza as escolhas cronológicas da autora do livro analisado, escolhas cronológicas praticadas por CASSAL, que classificou períodos de décadas para

delimitar as transformações econômicas, sociais, culturais e psicológicas de Lobato.

Os arquivos de Azuela, mesmo com grande quantidade de cartas, assim como os de Bevilaqua, não se enquadram plenamente numa estrutura cronológica, pontuada por situações claras e indiscutíveis de rompimento estético, intelectual e financeiro. Sendo assim, sobressai a opção pelo agrupamento temático.

No segundo grupo, a crítica recai sobre a divisão temática. Se, por um lado, consente o entendimento global, em esforço de síntese e esclarecimento de fatos, por outro, a definição de conceitos e as divisões podem atrapalhar essa tentativa.

Na classificação de Arquivos e Apêndices, por exemplo, são encontradas correspondências literárias, de escritores, de leitores, de amigos, que tratam da vida íntima, marcada pela auto-representação de satisfação de conforto econômico e pela transmissão da imagem desse mesmo conforto econômico aos seus destinatários.

Por fim, o terceiro grupo admite a concatenação dos pontos positivos.

Se as situações mais complexas e desejáveis vivenciadas por Azuela não são encontradas, as surpresas se sucedem, como a que remonta sua influência na formação de escritores, a administração da rede de relações, a estagnação, o avanço ou o retrocesso de sua atividade literária.

Entre outros pontos positivos na correspondência de Clóvis Bevilaqua, grupos temáticos podem ser construídos sob as epígrafes público e privado, relacionamentos com agentes políticos, trabalho como jurista, relações íntimas e intelectuais.

As cartas são as linhas que costuram as relações do jurista. Destinatário e remetente estão no mesmo patamar, na mesma relação horizontal (delineando-se algumas situações em que a verticalidade, também conhecida por subordinação, são deduzidas sem muito esforço), em que os segredos são contados, as

opiniões são escancaradas e os prognósticos compartilhados, porque se acredita no destinatário individualizado. Não se almeja ou não se prevê grande número de leitores. Não se pretendem as reservas distintas implacavelmente estabelecidas – implícita ou expressamente – entre o público e o privado.

“A carta, missiva ou epístola permite a comunicação manuscrita ou impressa com uma ou várias pessoas que estejam (em geral) distantes/ausentes do lugar e do tempo de onde se escreve. O ato de escrever cartas sempre (ou quase sempre) traz consigo a preocupação de ser entendido ou, mesmo, a insegurança e a vergonha de escrever para alguém que, do outro lado do papel e de um outro espaço geográfico, vai penetrar nas palavras, nos sentidos das narrativas e nas histórias de vida de quem escreveu. Para o autor-escritor da carta, existe sempre um leitor-destinatário situado em um determinado espaço-tempo histórico. Por isto, quem escreve sempre tem presente questões dessa ordem: para quem se escreve; o que escrever; como escrever para ser entendido; o que pode ser escrito/partilhado com o outro; o lugar-tempo de onde se escreve e para o qual se escreve”. (MORAES, 2006, p.172)

A carta – suporte ou recurso de coleta de informações – expõe a individualidade do remetente. Ela transfere as palavras ao destinatário, criando um sentimento de querer dizer, uma alternância entre os locutores que percebem os liames entre pergunta ou afirmação e a necessidade de resposta, de confirmação, de contestação.

O jogo de perguntas e resposta precisa de mecanismos lingüísticos que levem o leitor a responder, a questionar, a se contrapor ao escrito.

Bakhtin chama essas provocações de Atitude Responsiva. A Atitude Responsiva se baseia em desafios, concordâncias, discordâncias, congruências, confluências, afirmações, oposições, consentimentos, reações, seduções, convencimentos.

Os mecanismos práticos da Atitude Responsiva permitem a dinâmica da correspondência que é, de maneira ampla, o gênero

mais próximo da oralidade e, de forma mais restrita, o suporte que propicia, no momento de sua leitura, a inversão do ausente pelo presente, do distante pelo próximo, do inefável pelo imagético.

Os recursos da Atitude Responsiva permitem um direcionamento da correspondência. As estratégias para prender a atenção apóiam-se na quase informalidade do que se escreve, na inserção de uma linguagem fluida e na acessibilidade ao campo comum.

O uso de fragmentos literários, principalmente de passagens de contos e crônicas e, especialmente, de poesias e poemas, torna a leitura missivista agradável, perfazendo descodificação eficaz.

Nas cartas recebidas por Clóvis Bevilaqua, a dinâmica, as estratégias para “prender a atenção” ou os mecanismos de “atitude responsiva” são verificadas nas afirmações em que a qualificação do caráter do jurista se sobrepõe à leitura de suas obras ou ao acompanhamento de seu trabalho, prevalecendo a imagem do homem público sobre a do intelectual.

Palavras, saudações e frases de enaltecimento são os recursos da “atitude responsiva”. Os qualificativos estão presentes em cartas de amigos, de desconhecidos, de autoridades.

Em sua análise, MORAES (2006, p.179) opta pelo agrupamento temático da correspondência, apontando a construção de uma memória coletiva sufocada “ao mesmo tempo que cria estratégias da valorização do percurso de leitura de uma minoria de homens e mulheres socialmente denominados e reconhecidos como ilustres”.

A contextualização das informações transmitidas nas cartas é fundamental para decifrar o que se pretendia dizer, impor ou conciliar. E, no mesmo âmbito contextual, as temporalidades subscritas entre remetente e destinatário podem construir um caminho menos incompleto das finalidades das relações mantidas.

Ainda valendo-se de um fragmento de MORAES (2006, p. 181): “As histórias de professores têm o que contar para ajudar na formação de outros professores”, resta-nos a indagação: até que ponto a reconstrução da trajetória de juristas pode influenciar na formação de outros juristas?

Os ecos, ressonâncias e entrelinhas são mistérios na execução de qualquer metodologia aplicada na análise da correspondência, seja de professores, como no caso de Moraes, seja de juristas, como no caso de Bevilaqua, seja no caso de intelectuais como Azuela e Lobato.

Se as cartas são suporte da atividade intelectual, recorrer a elas como meio de divulgação se torna uma estratégia comum. GUIMARÃES e ARAUJO optam pela teoria de definição de tutela intelectual e de produção de conhecimento a distância, que o cientista John Casper Branner instituiu como estratégias de divulgação e de legitimação intelectuais.

O norte-americano John Casper Branner (1850-1922), geólogo, cientista, homem de letras, professor e ex-diretor da Universidade de Stanford, tem seu nome geralmente atrelado à institucionalização das atividades geocientíficas no Brasil, às quais dedicou grande atenção, escrevendo artigos e livros, divulgando as descobertas científicas e as belezas naturais locais.

Para se inserir no campo científico brasileiro, Branner lançou mão da tutela intelectual e da produção de conhecimentos a distância. Pela primeira, o pesquisador orientava as pesquisas de seus discípulos, incentivando-os indiretamente com a possibilidade de publicação de artigos.

Já a produção de conhecimentos a distância se mostra como complemento à tutela intelectual, efetivada por indicações nas cartas, de como e onde executar as pesquisas de campo, por exemplo.

Branner arquitetou três estratégias para atingir suas finalidades: os homens-instituição, os intelectuais (mais importantes do que as instituições) e os colaboradores.

A primeira estratégia: os homens-instituição. Líderes, presidentes ou pessoas com forte influência ou ligadas à diretoria de instituições, importantes espaços de ciência ou de poder no Brasil, como Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Academia Brasileira de Letras, órgãos estatais e de imprensa. As poucas instituições da época se tornavam o elo entre a produção e a divulgação do trabalho científico de Branner.

“Essas relações, não é demais repetir, foram cuidadosamente cultivadas por meio de uma correspondência regular e da troca de favores, que iam desde a remessa de livros até a indicação para academias e instituições internacionais, em especial no campo da geologia”.(GUIMARÃES; ARAUJO, 2004, p. 101)

Como complemento – ou desenvolvendo-a paralelamente à primeira –, a segunda estratégia mirava as trocas de favores com intelectuais brasileiros, cujo poder ou influência superavam as instituições e seus limites burocráticos.

“Em outro plano, identifica-se um grupo seletivo de intelectuais cuja influência ultrapassava os limites de instituições e áreas, como são os casos exemplares de José Carlos Rodrigues e Capistrano de Abreu, o qual, na amostra recolhida, é de longe, o correspondente mais assíduo”. (GUIMARÃES; ARAUJO, 2004, p.101)

Por fim, a terceira estratégia consistia em igualmente valer-se do trabalho de discípulos menos notórios que davam sustentação à divulgação e à legitimação intelectuais pelo

trabalho contínuo no qual Branner se via erigido à peça fundamental da ciência brasileira.

Para estimular a pesquisa e as descobertas entre seus colaboradores, o cientista apontava a oferta de publicação de artigos inéditos em magazines estrangeiros especializados, utilizando abertamente protocolos⁹ dispersos ao longo das cartas, em que a troca de favores, o oferecimento e a recompensa eram claros.

As estratégias de produção de conhecimento a distância se mostravam eficazes. Intelectuais prestigiados como Oliveira Lima irradiavam seus conhecimentos a círculos menos notórios, como ao que pertencia o estudante Gilberto Freyre, em formação nos Estados Unidos:

“Os homens-instituição representavam um apoio logístico imprescindível. À medida que compunha o seu Mapa – e não apenas essa obra, pois Branner é também autor da Geologia elementar para os estudantes brasileiros, entre outras contribuições –, colocava-se em movimento o exercício da tutela intelectual. Aos colaboradores brasileiros cabia a tarefa de acrescentar novos dados, atualizar informações, mas nunca questionar o próprio modelo de ciência que se implementava. A Geologia elementar para estudantes brasileiros e o Mapa geológico do Brasil estavam em relação de mútua dependência e complementaridade. O compêndio ajudava a formar os especialistas e, certamente, futuros auxiliares, que, adestrados nos rudimentos da ciência, poderiam alimentar com as informações necessárias o Mapa e seu ilustre autor”. (GUIMARÃES; ARAUJO, 2004, p.101-102)

⁹ “Com efeito, podemos definir como relevante à produção de textos as senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela, ou seja, aquela que estará de acordo com sua intenção. Essas instruções dirigidas claramente ou impostas inconscientemente ao leitor, visam a definir o que deve ser uma relação correta com o texto e impor seu sentido. Elas repousam em uma dupla estratégia de escrita: inscrever no texto as convenções, sociais ou literárias, que permitirão a sua sinalização, classificação e compreensão empregar toda uma panóplia de técnicas, narrativas ou poéticas, que, como uma maquinaria, deverão produzir efeitos obrigatórios, garantindo a boa leitura. Existe aí um primeiro conjunto de dispositivos resultantes da escrita, puramente textuais, desejados pelo autor, que tendem a impor um protocolo de leitura, seja aproximando o leitor a uma maneira de ler que lhe é indicada, seja fazendo agir sobre ele uma mecânica literária que o coloca onde o autor deseja que esteja”. (CHARTIER, 2001, p.96-97)

De maneira mais explícita do que outros intelectuais, Branner viu na correspondência uma maneira acertada de se deslocar no campo das idéias científicas por meio da legitimação de seu trabalho, de seus estudos, de suas teorias, respaldado por um amplo sistema que se orientava, produzia e absorvia dados, fatos e teorias desenhadas pelo norte-americano.

Dessa forma, a legitimação das pesquisas de Branner encontrava boa recepção entre grande parte dos professores, alunos, pesquisadores e diretores de instituições de ensino ou científicas que via, no trabalho realizado, não apenas uma maneira de divulgação científica futura de seus trabalhos, mas também um alternativa de reconhecimento no campo científico internacional.

3. Biografia e Memória de Clóvis Bevilacqua

Para encetar uma tentativa de compreensão de um tema que desperta o interesse tanto dos indivíduos quanto da sociedade científica, que busca sistemática e metodicamente teorizar adequadamente o manuseio de informações, pressupõe-se o entendimento de que a vida não se dirige linearmente, como numa narrativa ou numa ficção.

À construção do indivíduo – consciente ou inconsciente, para si ou para terceiros, para um grupo determinado ou intangível - estabelece-se uma comunicação entre a História e a Sociologia.

MONTAGNER aponta o debate sociológico para escolha das matrizes teóricas – que são três: a durkheimiana (a influência social sobre as individualidades e sobre a subjetividade do indivíduo), a weberiana (interessada nos valores das ações dos indivíduos, concentradas na vida em sociedade) e a marxista (que busca a descrição dos mecanismos dialéticos de transformação de realidade em que vive o indivíduo) – para entendimento da sociedade.

O interesse pela biografia (pela narração linear e, em algumas situações, maniqueísta) cresce na medida em que nos afastamos do público objetivado para conhecer das nuances subjetivas individuais que compõem o cotidiano, as particularidades que se mesclam, que se antagonizam e, por fim, se aproximam.

Os vestígios biográficos ou autobiográficos ganham valor pela transformação sofrida na modernidade: o interesse maciço sobre o privado sobressai de acordo com as ações secretas, os sigilos pessoais (envolvendo outros indivíduos ou grupos), os acordos implícitos ou velados, as verdades nem sempre tão verdadeiras quando descobertas, o suspense provocado por ações incompreensíveis, os pactos cancelados.

As informações surpreendentes ou reveladoras promovem o valor de mercados dos objetos pesquisados, outrora herméticos (BOURDIEU, 2002, p. 188-189).

O interesse pelo privado na sociedade moderna e contemporânea surge de nossas ações diárias que causam curiosidade em terceiros. Terceiros que sabem de relatos, considerações, enfrentamentos ou pormenores romanescos eventualmente ordenados durante a narrativa que obedece, por sua vez, uma estrutura lógica de desfecho de efeitos diversos.

Tratar de assuntos particulares com os vizinhos ou amigos ou simplesmente solicitar uma redação sobre as férias escolares são procedimentos de invasão da subjetividade.

No âmbito discente, a escrita se mostra a principal fonte de subjetividade. Uma espécie de efeito terapêutico que não pode constituir arquivos pessoais, privilégio de classes economicamente favorecidas, nem exercitar uma escrita ordinária, pressuposto de inserção para uma sociedade que a tem como valor mítico e que valoriza as escritas pessoais (ARTIÈRES, 1998, p. 12-13; CERTEAU, 1994, p. 224).

A subjetivação compartilharia dos padrões estáveis de comportamento, criando espaço e tempo tão indefinidos quanto volúveis, numa representação da desestruturação do estado de bem-estar.

De alguma maneira, essa desestruturação se manifestaria na interrupção dos grandes movimentos coletivos, ao mesmo tempo em que uma espécie de individualização do fazer político aumentaria consideravelmente:

“A proeminência da subjetividade individual e a exacerbação do individualismo convivem, nas sociedades modernas, com um esboroamento de padrões fixos ou regularmente estáveis de comportamento. Estamos condenados a uma insustentável leveza do ser, a uma miríade de valores contraditórios, a realidades movediças e ambientes temporários”. (MONTAGNER, 2004, p.242)

A exaltação do individualismo – aliada a valores opostos e transitórios – redimensionaria o conceito de caráter, dividido em individual e em grupal, sendo aquele formado por uma herança cultural interiorizada na identidade, resultante de sua própria socialização e este relacionado às características grupais através da história, gerando um padrão comum.

Dessa forma, o indivíduo disporia de duas espécies de caráter (individual e grupal), usufruindo ora de uma, ora de outra, em conformidade com seus anseios.

A falta de unidade do caráter prejudica o indivíduo, que perde sua identidade pela banalização e pelo desencantamento do mundo, provocando na sociedade o banimento de valores supremos e sublimes que dissimulam, no mesmo lastro, a flexibilidade, a efemeridade, a transitoriedade.

Daí dizer que se os indivíduos se relacionam em grupo, na sociedade moderna midiaticizada os indivíduos relacionam-se por meio de grupos sociais midiáticos que operam sem relações com os espaços coletivos tradicionais, mantendo relações permanentes caracterizadas pela ausência de ligações, de raízes, de origens semelhantes.

Provavelmente pela razão da concepção de relações sem raízes, pautadas pela instabilidade e pela celeridade de mudanças, a escrita, como procedimento de finalidade terapêutica ou como um exercício de transposição de atividades particulares para o âmbito público por meio de redações escolares, transgride os limites convencionais para mudar de suporte: abandona parcialmente o papel – ao qual um grupo de pessoas pode ter acesso por meio de sua finalidade pública – para transitar na rede mundial de computadores em blogs ou páginas de internet – às

quais grupos mais amplos, indefinidos e heterogêneos têm acesso em tempo e em espaços diferentes¹⁰.

A substituição do físico pelo virtual deságua na recepção dos imperativos sociais modernos por um indivíduo cético.

A dúvida, o questionamento ou a descrença nas relações sociais estabelecidas colaboram na desestruturação do caráter individual e no descrédito do caráter coletivo.

“Se o espaço coletivo torna-se mediado por aparatos de informação, a subjetividade fragmenta-se em diversos espaços, operando de forma parcial em cada dispositivo social. Isso tende a tornar a corrosão do caráter ainda mais aguda, e a busca identitária parece tornar-se a luta de vida ou morte para a subjetividade moderna. Nesta vertente, podemos pensar as sociedades modernas como lugares onde não há espaço para as energias utópicas, onde o coletivo gradativamente assume contornos individualizados e desencantados”. (MONTAGNER, 2007, p.244-245)

Com a ausência de narrativas comuns dos indivíduos, as grandes narrativas debilitam-se, comprometendo as narrativas grupais, criadoras e mantenedoras de uma visão de mundo comum.

A falta de visão comum e a exacerbação do individualismo atiçam a curiosidade sobre a vida privada que se estende na biografia, principalmente na romanceada, em que se exaltam as dicotomias.

A biografia não é narrativa cronológica. Não obedece aos fatos ali enumerados, como se a vida acontecesse linearmente e

¹⁰ Neste capítulo CHARTIER (2002, p. 11-32) discute os conceitos de língua e de leituras no mundo digital, questionando a quase onipresença da língua inglesa na rede mundial de computadores e sua utilização como código entre os usuários. Estabelecendo uma comunicação com o texto de MONTAGNER, a língua inglesa transforma-se em uma espécie de objetividade, aceita pela maioria dos usuários por, entre outros motivos mencionados por Chartier, facilitar a leitura de seus textos, o conhecimento da gramática que dispensa acentos regularmente cobrados em outras línguas e a diminuição da distância com a comunidade anglófona em decorrência do estímulo e do progresso do ensino da língua em países da Europa e da América Latina.

com finalidade, como se os sobressaltos, os imprevistos, a dubiedade e as estagnações não fizessem parte dela.

BOURDIEU, espinha dorsal para o texto de MONTAGNER, considera a lógica narrativa um artifício necessário para delinear uma expressão unitária de “intenção” subjetiva e objetiva de um projeto; entretanto, alguns protocolos extrapolam os limites dessa lógica, enveredando expressivamente pela técnica romanesca.

“É significativo que o abandono da estrutura do romance como relato linear tenha coincido com o questionamento da visão de vida como existência dotada de sentido, no duplo sentido de significação e de direção. (...) Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar”. (BOURDIEU, 1986, p.185)

BOURDIEU acrescenta que a percepção das interrupções, dos períodos cíclicos e das confusões da vida são literariamente representadas em *Macbeth*, de Shakespeare, culminando na ruptura de *O som e a fúria*, de William Faulkner.

O romance produzido na modernidade – em que o real possui rupturas, interrupções, a linearidade se dissipa e os fatos surgem incessante e inopinadamente, de maneira aleatória e desestruturada – retrata a vida como ela mais se aproxima da realidade.

Por essa razão, registra-se a valorização da História de Vida em detrimento da biografia como alternativa de comunicação entre o indivíduo e os campos sociais em que se insere ou com os quais interage, uma renovação teórica que proporciona novas abordagens.

Entre as novas abordagens sociológicas salientam-se os materiais biográficos, geralmente chamados de Histórias de Vida.

Apesar de mencionar uma nova abordagem das Histórias de Vida, Berteaux, citado por MONTAGNER (2007, p.249), equivocou-se ao eleger restritivamente indivíduos intelectualizados, por considerá-los cérebros ágeis, preparados e habilitados para transpor ao papel suas impressões.

“Esses cérebros ágeis, apesar de tudo, retirariam suas intuições magistrais de suas próprias experiências vividas, o que coloca como corolário que todo conhecimento sobre o social vem do mundo vivido, mesmo ao se transformar em uma quintessência. Como se vê, o bom filho à casa torna, e a experiência vivida só pode realizar-se através do intercurso de intelectuais capazes de sintetizar criticamente a práxis humana, que escapa do sujeito localizado no mundo social”. (MONTAGNER, 2007, p. 250)

Como já mencionado, a modernidade favorece a compreensão do transcórre da vida na medida em que demonstra que os eventos não seguem nem uma linearidade, nem um sentido teleológico.

A linearidade, a finalidade e a estrutura lógica são impostos por quem produz um relato oral ou se vale da narratividade.

A busca da estrutura lógica da narrativa – igualmente usada na construção do relato oral – pode significar uma tentativa de atribuir sentido racional às atividades do homem. Dessa narração lógica dos fatos resulta uma ilusão biográfica.

Para escapar da ilusão biográfica, deve-se desenvolver a narração ou a concepção de construção de uma narrativa diacrônica da trajetória, para o êxito da qual é necessário delinear as relações de influência, subordinação/dominação do campo intelectual com a estrutura de poder, determinando a autonomia do campo intelectual; definir as relações entre as posições, encontrando como resultados lutas e conflitos da legitimação do poder em que os agentes estejam envolvidos; e, para finalizar, dos embates reais travados, obter um encadeamento do *habitus*

coletivo dos grupos que confirmam as disposições coletivas dos percursos individuais.

A trajetória constituir-se-ia de acordo com os resultados de um conjunto de traços pertinentes, provenientes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias.

Se a trajetória percorre o espaço social onde se manifestam o *habitus* e uma série de posições ocupada por um agente ou por um grupo de agentes, a biografia liga-se ao conceito de agente operando num campo de forças, inserida em um dos caminhos possíveis para sua geração.

No âmbito das trajetórias encontramos os deslocamentos intrageracionais (que podem ocorrer no setor cultural, acumulando-se capital simbólico ou econômico ou entre os subcampos, proporcionando a reconversão de capitais durante o trânsito entre os campos) e os intergeracionais.

De acordo com MONTAGNER (2007, p.256), as trajetórias intergeracionais classificam-se em ascendentes diretas (do pólo dominado socialmente ao campo predominante da produção social) ou ascendentes cruzadas (que partem do pólo pequeno burguês rumo ao pólo dominante da produção). Nessas trajetórias ainda encontramos as transversais (agentes que ocupam posições medianas no campo do poder passam a ocupar posições de mando no campo cultural, mesmo sem deterem capital simbólico para tanto) e os deslocamentos nulos (a partida e a chegada acontecem no mesmo espaço social).

As histórias individuais seriam substituídas por famílias de trajetórias intrageracionais, analisando-se o material biográfico, realizando o exame desse *corpus*, buscando uma forma de garantir alguma objetividade ao tratar do material representativo de subjetividade dos indivíduos.

Dessa maneira, as Histórias de Vida, analisadas sem abdicar da subjetividade, respeitam as diferenças, as escolhas e as exclusões, rompem as desigualdades veladas e as verdades ocultas, afastam-se da ilusão de transparência do mundo

moderno, ao mesmo tempo em que se procura uma maneira viável de discutir o relato da vida dissociado do modelo de apresentação oficial articulado pelos documentos de identidade, pelas investigações oficiais.

Afastando-se dos documentos oficiais, aproximando-se dos registros particulares, ensaia-se uma compreensão do perfil do jurista Clóvis Bevilacqua.

Filho de José Bevilacqua e de Martiniana Aires Bevilacqua, Clóvis nasce em 04 de outubro de 1859 na cidade de Viçosa, posteriormente Viçosa do Ceará (CE), numa época em que as práticas eclesásticas aceitam implicitamente o comportamento heterodoxo dos clérigos, de modo que padre José Bevilacqua, seu pai, vive com sua mãe na casa paroquial.

Apesar da convivência familiar e de registrar os filhos no cartório, o padre José Bevilacqua sente-se desconfortável nas discussões de educação de filhos em lares não organizados legalmente. Isso ocorre porque o padre José Bevilacqua, solteiro, atuante em seu trabalho litúrgico, mantém Martiniana, mãe de Clóvis, trabalhando na casa paroquial. Mesmo registrando os filhos, José Bevilacqua precisa manter as aparências, não se imiscuindo desnecessariamente em situações que possam comprometê-lo futuramente.

Embora as práticas eclesásticas permitam um comportamento liberal, a teoria funciona de outra maneira. Pensando na possibilidade de futuramente ser punido por suas devoções carnais, José Bevilacqua engendra uma saída bastante interessante.

“Uma história que circulou na boca do povo é a de que, em pouco tempo, o vigário arranjava o casamento de Martiniana com um certo Antonio Severiano da Silveira. Isso após firmar um acordo tácito: logo após as núpcias, recebendo uma gorda quantia do pároco, Antonio desaparecesse de Viçosa, para nunca mais por ali os pés. O que, de fato, realmente aconteceu. Não se sabe se tal acordo é verídico, mas o certo é que o padre visitador da província dispensou, a pedido direto de seu colega padre José Bevilacqua, o impedimento no

tal matrimônio por parentesco muito próximo que havia entre Antônio e Martiniana. O próprio padre José celebrou a cerimônia, que teve como uma das testemunhas do sacramento Alexandre Bevilaqua, irmão do padre.

Com esse estratagema, para todos os efeitos, padre José teria acolhido na sua companhia uma mulher casada, com a justificativa de que ela lhe proveria os cuidados domésticos, como se fazia necessário a um vigário de Cristo. Assim, evitava motivos de maior escândalo, se fosse o caso, entre os seus paroquianos". (ROCHA, 2001, p. 13)

Versado em latim e em francês, línguas aprendidas durante a permanência no seminário, padre José Bevilaqua preocupa-se com a educação formal do filho, a quem ensina moderadamente os rudimentos das línguas, além de contratar professores para garantir a formação intelectual do resto de sua prole.

Como a pequena cidade de Viçosa não dispõe de oportunidades de expansão, não apenas econômica e social, mas principalmente intelectual, o padre envia o filho para continuar seus estudos na cidade de Sobral (CE), abandonada dois anos depois quando parte para estudar na capital cearense e morar na casa da avó. Residiria em Fortaleza entre 1867 e 1876¹¹.

Nos nove anos em que permanece em Fortaleza, dedica-se aos estudos e trava contato com Capistrano de Abreu, Paula Ney, Virgílio Brígido, Benjamin Barroso, Gil Amora, Pedro Queiroz, entre outros.

O rígido sistema educacional adotado pelo Liceu do Ceará, escola em que se matricula, oferece um currículo sólido e tradicional, voltado aos conteúdos clássicos e ao nacionalismo:

"Os trabalhos vinham escritos à mão. Caprichava-se na caligrafia, e essa prática redundava em melhor disciplina mental. Estudava-se o latim, o que concorria para melhor alicerce futuro no conhecimento da própria língua portuguesa em suas etimologias romanas e gregas. (...)

¹¹ Até 1876, quando Bevilaqua muda-se de Fortaleza para freqüentar os preparatórios no Rio de Janeiro, fatos importantes sucederiam no cenário político, como a vigência da Lei do Ventre Livre (1873), criação do Partido Republicano Paulista (1873), início do ciclo de imigração que pretendia povoar o sudeste e, principalmente, a região sul do país (meados de 1870) e a discussão das questões raciais – alternativas para embranquecer a população.

gramáticas de francês, latim e grego de Brelet, os jovens se familiarizavam com os temas da pátria e suas tradições luso-romanas. Liam-se Tito Lívio e Tácito. Os poetas maiores, Virgílio e Horácio, não saíam das mãos dos estudantes; todo um vasto conhecimento alicerçava a formação cultural e moral do adolescente. Não se desviava o curso do pensamento para inovações de outras esferas de influência, que não fossem luso-romanas. Cultivava-se a tradição e essa era uma tarefa patriótica e salutar". (MEIRA, 1990, p. 53)

Bevilaqua transfere-se ao Rio de Janeiro ao mesmo tempo em que mudanças instalam-se no cenário político e econômico. As vozes da luta contra a escravidão se insurgem, almejam ampliar os direitos adquiridos pela Lei do Ventre Livre e, mais tarde, em 1880 se institucionalizam pela criação da Sociedade Brasileira contra a escravidão, fundada por Joaquim Nabuco.

As leituras diárias habituais, sua maneira discreta e sua reclusão propiciam pressupostos que o levariam a se aventurar nas primeiras incursões literárias registradas no *Labarum Literario*, que funda quando viaja ao Rio de Janeiro, com a finalidade de freqüentar o curso preparatório para a Faculdade de Direito.

O periódico incipiente é o laboratório em que os jovens autores ensaiam suas primeiras composições públicas, debatendo idéias, lançando projetos, discutindo teorias estéticas, arriscando-se nos entreveros literários.

A publicação não sobrevive à quarta edição, mas é suficiente para formar um grupo de intelectuais que, em discussões, debates e embates, começados ali, nos anos de preparatório que antecederam os da Academia, constroem uma rede de relacionamentos. Nesse período, Bevilaqua freqüenta a biblioteca pública municipal, entrando em contato com obras literárias e filosóficas, aproximando-se decididamente de Comte, incentivado por Silva Jardim¹².

¹² Silva Jardim preferiu prosseguir na Faculdade de Direito de São Paulo; Clovis optou pelo Recife, pela possibilidade de assistir aulas na faculdade cuja atração era Tobias Barreto. (MEIRA, 1990, p. 54)

Concluídos os preparatórios, Bevilaqua ingressa na Faculdade de Direito do Recife em 1878. Na instituição, desfruta de um novo estágio pessoal. Ao cenário intelectual, as leituras literárias e filosóficas realizadas nos tempos de Rio de Janeiro propiciariam uma visão original do Direito, em que a reflexão científica sobrepor-se-ia ao dogmatismo catedrático.

“Em 1878, quando Clóvis se matriculou no primeiro ano do Curso Jurídico, agitavam a cidade pernambucana as manifestações culturais de Tobias Barreto e Castro Alves. Ali iria encontrar Silvio Romero, seu amigo a vida inteira, Phaelante da Câmara, Artur Orlando, Graça Aranha, Martins Junior, José Higino, polêmicas filosóficas, tertúlias literárias, jornais à disposição, um ambiente bem propício à sua natureza de homem estudioso e pensador. Passou a escrever nos periódicos da época: A PROVINCIA, O JORNAL DO RECIFE, O DIÁRIO DE PERNAMBUCO, A TRIBUNA, o CORREIO DO RECIFE, a GAZETA ACADÊMICA, Publicou com Clodoaldo de Freitas e Martins Junior, por volta de 1880, a IDÉIA NOVA. Continuava a manter intercâmbio epistolar com seu amigo Silva Jardim e deste recebia cartas incentivadoras”. (MEIRA, 1990, p. 55)

No período de efervescência cultural propiciada pela cidade do Recife, Bevilaqua colabora em jornais e escreve concomitantemente às suas leituras filosóficas, de ensaios e de críticas literárias. As tentativas de escrever romance não frutificam, mas mesmo assim publica nessa época três livros: *O Escalpo*, *Stereografo*, *Vigílias Literárias*.

No segundo ano da Faculdade de Direito, em 1879, perde a mãe, de quem se separara dez anos antes, em viagens de estudos entre Sobral e Fortaleza, ambas as cidades no Ceará, no Rio de Janeiro e, por fim, no Recife (PE).

Nesta última cidade, Bevilaqua integraria o grupo intelectual conhecido como Geração de 1870¹³.

¹³ CANDIDO, 2002, p. 83. De acordo com AMARAL (2003, p. 17-18): “Essa formulação teórica nasce de uma crença no poder da ciência em defenestrar os resquícios de fanatismo, de preconceito, de superstição, de fantasia do mundo histórico. Sinaliza-se a proeminência da razão enquanto única fonte balizadora dos critérios da verdade: tudo o que não puder ser verificado pela razão é,

“Esse movimento intelectual tem por características básicas: a) a generalização das doutrinas científicas européias – de diversos matizes e denominações – no cânone intelectual brasileiro e a percepção de que através dessas doutrinas científicas seria possível compreender o sentido da nação e de sua trajetória; b) a conseqüente negação do romantismo indianista e do tradicionalismo católico enquanto formas consagradas de interpretação do Brasil; c) a emergência de novos problemas na reflexão do nacional: as “raças”, a mestiçagem, enquanto fatores cruciais para o entendimento do seu passado e do seu destino; d) a consagração do rigor metodológico “científico”, “moderno” enquanto padrão de construção do conhecimento”. (AMARAL, 2003, p. 17)

A idéia de uma ciência capaz de designar os caminhos a serem seguidos prevalece na atividade pedagógica.

Ao fim do curso jurídico, redige trabalhos literários, integra sociedades, clubes estudantis e grêmios literários, realiza palestras e, em fins de 1882, leciona História no Gabinete Português de Leitura.

O início da vida profissional coincide com temas como Escravidão, Identidade Nacional, Racialismo, Cientificismo.

O Nacionalismo – ou a constituição de uma identidade nacional brasileira que, em algumas ocasiões pretende se opor à portuguesa, mas não necessariamente se distinguir dela – se mostra pouco pragmático na inspiração em movimentos e discussões oriundos da Europa¹⁴.

Entre o fim do curso de Direito em 1882 e o início da carreira de bibliotecário na Faculdade de Direito do Recife em 1884, Clóvis Bevilacqua casa-se, exerce a promotoria pública em cidades do Ceará e do Maranhão, colabora em jornais.

imediatamente, lançado para as esferas da teologia, da metafísica, das tradições, dos contos populares ou fábulas pitorescas. Há uma clara tentativa de domesticar o real, de disciplinar a explicação do mundo e de ampliar o campo de autonomia da ciência”.

¹⁴ HOBBSAWM (2004, p. 118, p.125-126) afirma que questões lingüísticas, etnológicas, antropológicas, climáticas, sociais, costumes, culturais e políticas são frequentemente debatidas como indicadores de constituição da Nação.

À conclusão do curso jurídico em 1882, retorna ao Ceará no firme propósito de obter uma promotoria. O cargo cobiçado está ocupado por um leigo que o governo do Ceará recusa-se a remover, apesar de o ordenamento jurídico garantir a Bevilaqua a ocupação de tal cargo em função de sua formação jurídica.

Inconformado, parte para a imprensa para denunciar as artimanhas do governo em manter ilegalmente um leigo no cargo de promotor. A assessoria do presidente da Província do Ceará responde igualmente por meio dos jornais afirmando que a escolha do presidente prepondera sobre a formação jurídica legalmente estabelecida¹⁵. Os ideais republicanos de Bevilaqua provavelmente não são bem recebidos pelo Presidente da Província, em pleno regime monárquico.

Desiste de morar no Ceará. Emprega-se numa promotoria pública no Maranhão. Em maio de 1883, depois de cartas trocadas e apresentações ao presidente da Província do Maranhão, José Manoel de Freitas, Bevilaqua casa-se na capital do Estado com a filha do político, Amélia Carolina de Freitas.

Ao abandonar suas obrigações no Maranhão para integrar o corpo de bibliotecários na Faculdade de Direito do Recife, Bevilaqua é um bacharel razoavelmente experiente, leitor ávido de filosofia e literatura, colaborara em jornais daquela cidade nos tempos acadêmicos, fundara um pequeno periódico literário no Rio de Janeiro e escrevera três livros, entre os quais “Filosofia Positiva no Brasil”.

Entre 1884 e 1889, colaborou em jornais do Recife e publicou dois livros: *Estudos de Direito e Economia Política* (1886) e *Épocas e individualidades* (1889). Nesses cinco anos presenciou, como republicano ativo, os movimentos políticos que desaguaram na Proclamação da República em novembro de 1889, último ano como bibliotecário. O regime republicano coincidiria

¹⁵ “Clóvis saíra de Recife com a cabeça repleta de princípios teóricos, acreditando na Lei e no Direito, aplicado ao cotidiano da vida trepidante. Lutava, seguindo o conselho de Jhering, por aquilo que julgava ser ‘o seu direito’”. (MEIRA, 1990, p. 69)

com seu novo cargo: professor de filosofia no curso de Direito da Faculdade do Recife.

Embora tome posse do cargo de professor em junho de 1889, Bevilaqua terá uma pequena suspensão na docência entre dezembro daquele ano e junho de 1890, quando exerce a função de secretário estadual no Piauí. Em 1891, ausenta-se novamente de suas aulas na faculdade para gerir trabalhos jurídicos no governo do Ceará, mas volta rapidamente.

Excetuando as licenças por merecimento e de saúde, os afastamentos por motivos burocráticos e políticos, Bevilaqua permaneceu quinze anos na faculdade do Direito de Recife, sendo cinco anos como bibliotecário (1884-1889) e dez anos como professor (1889-1899).

Nos dez anos de magistério sai *Hospitalidade no Passado*, tradução de livro de Jhering, edita *Frases e fantasias*, publica o *Direito das Obrigações*, *Direito da Família* e *Criminologia*. Também desse período consta sua participação na fundação da Academia Brasileira de Letras, a edição de *Juristas-filósofos*, *Direito das sucessões* e *Esboços e fragmentos*.

Os intelectuais da transição monárquico-republicana possuíam visíveis laços de vinculação com o Estado. Intelectuais renomados e representativos da época, como Silvio Romero (professor do Colégio Imperial Pedro II), Clóvis Bevilaqua (Professor da Faculdade de Direito e consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores) e Barão do Rio Branco¹⁶ (peça fundamental na condução e consolidação da política externa brasileira) são exemplos de pensadores brasileiros na composição estrutural do Estado.

Manter-se empregado nos governos, com trânsito fácil no Estado e em agremiações de renome, como a Academia Brasileira de Letras ou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, denotam

¹⁶ Rio Branco teve papel fundamental na consolidação das políticas propostas por Rodrigues Alves. Preparou um grupo de intelectuais que, em torno do Ministério, davam sustentação ao governo e às suas pretensões. (SEVCENKO, 2003, p.65)

movimentos ou táticas de estabilização pessoal, social e profissional em um país de economia fragilizada por, entre outros motivos, problemas sociais.

Problemas que se agravaram na capital do país, ainda despreparada, sem estrutura e sem infra-estrutura, para a recepção de novos moradores, ex-escravos (acompanhados de seus descendentes) e imigrantes (sem vagas de trabalho e sem abrigo em outras regiões, acomodaram-se por ali).

A estrutura precária de moradias e a ausência de empregos deterioraram a qualidade de vida da população, alastrando algumas doenças que, em pouco tempo, transformaram-se em epidemias.

“Por fim, como é fácil perceber, a oferta abundante de mão-de-obra excedia largamente a demanda do mercado, aviltando os salários e operando com uma elevada taxa de desemprego crônico. Carência de moradia e alojamentos, falta de condições sanitárias, moléstias (alto índice de mortalidade), carestia, fome, baixos salários, desemprego, miséria: eis os frutos mais acres desse crescimento fabuloso e que cabia à parte maior e mais humilde da população provar”. (SEVCENKO: 2003, p. 73-74)

Os problemas agravados desde 1897, mas já visíveis no fim da Monarquia, assumiram proporções gritantes. O aumento descontrolado da população resultou em um processo de urbanização caótico que cumpriu as imposições autoritárias que procuravam enunciar a civilização na capital do país.

Os negros e mulatos encontravam dificuldades em ascender na sociedade urbanizada que se instalava, apesar de as descrições da época relatarem alguma mobilidade social que beneficiava mais o mulato do que o negro (COSTA, 1999, p. 247).

Quanto mais clara a cor da pele, mais chances de inserção o indivíduo tinha. Apesar disso, a confusão entre liberto e cativo e, posteriormente, entre ex-escravo e cidadão alterava

negativamente as relações entre negros e sociedade. Algumas leis chegavam a discriminar os indivíduos cuja pele não se afinava com a cor branca nem era propriamente negra.

Até mesmo os indivíduos brancos, não absorvidos como mão-de-obra nas lavouras de café no interior paulista, constituíam empecilho na ânsia de modernização. As condições precárias em que viviam nas lavouras aliadas às procuras por um lugar melhor, levavam alguns imigrantes a estacionarem nas ruas da capital federal. Assim como os negros, os brancos seriam discriminados pela falta de trabalho. Perambulariam de região em região.

“No Estado de São Paulo, os imigrantes, assim que puderam, abandonaram as lavouras de café onde viviam em precárias condições. Muitos, desiludidos, voltaram à sua pátria de origem ou migraram para outras áreas. Outros localizaram-se em núcleos urbanos, onde se dedicaram ao comércio ou ao artesanato, às manufaturas e aos pequenos serviços. Outros, ainda que originalmente se destinassem à lavoura, preferiram, logo ao chegar, localizar-se nas cidades. Alguns já vieram com o objetivo de se fixarem nos núcleos urbanos, como os artesãos e comerciantes ingleses que se estabeleceram na cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX.

No Rio de Janeiro, num total de 275 mil habitantes em 1872, 84 mil eram estrangeiros. Em 1890, a população do Distrito Federal alcançava 522 mil habitantes, aproximadamente, dos quais 124 mil eram estrangeiros, isto é, cerca de 25% da população”. (COSTA, 1999, p. 252-3)

A reestruturação urbana, o processo de urbanização arquitetado para a capital federal, pretendia alargar ruas, criar avenidas, centros de encontros e passeios públicos. Para conseguir tal propósito, casas foram derrubadas, prédios, destruídos e terrenos desapropriados para dar lugar às novas avenidas.

Começando em 1892, com as obras de reforma do porto e a construção do cais, e chegando ao ápice em 1904 (SEVCENKO,

2003, p. 69, p. 77-78), com a Revolta da Vacina, esse período recebe o nome de Regeneração Nacional.

“A Regeneração (...) não poderia ser considerada apenas a transformação da figura urbana da cidade do Rio de Janeiro. Analisamos como ela nasce em função do porto e da circulação das mercadorias, como subentende o saneamento e a higienização do meio ambiente, como se estende pelos hábitos, costumes, abrangendo o próprio modo de vida e as idéias, e como organiza de modo particular todo o sistema de compreensão e comportamento dos agentes que a vivenciam”. (SEVCENKO, 2003, p.58)

A urbanização não apenas afetava os espaços públicos. A Regeneração Nacional pretendia se impor aos hábitos e costumes da população, principalmente da parte mais pobre que, pela onda demolitória instalada, pela falta de moradia a preços acessíveis, se distanciava cada vez mais para as periferias que, mesmo distantes e mais baratas, ainda não se mostravam capazes de comportar o contingente expulso dos centros.

Causa de marginalização dos expulsos do centro, a moradia – ou a falta dela – agravou problemas sociais. A especulação imobiliária de terrenos, casas, lojas e prédios ainda não atingidos se tornava habitual.

À falta de habitação ou às moradias precárias somaram-se os problemas de saúde pública, evidenciados pelas epidemias que se alastravam facilmente pelas condições insuficientes ou inexistentes de saneamento básico.

O afastamento do centro, a falta de moradia e o tolhimento de direitos de ir e vir da população marginalizada dificultou a mobilidade social. Como se mencionou, negros e imigrantes encontravam-se em situações semelhantes de extrema miséria. Miséria que se apresentou viável na concepção de novas profissões, as “profissões da miséria”.

Entre os novos “profissionais” surgidos no cenário carioca, destacavam-se os trapeiros. Coletores de trapos, os trapeiros dividiam-se em duas classes: os coletores de trapo sujo e os de trapo limpo.

A primeira classe saía pelas ruas buscando papel e papelão, revolvendo o lixo, procurando material que pudesse revender, como chumbo ou remanescentes de construção. Ainda havia os coletores caçadores, que caçavam gatos para venderem aos restaurantes, para serem servidos como coelhos ou procuravam ratos para venderem ao Departamento de Saúde Pública.

Ainda na primeira classe podem ser encontrados os apanhadores de botas e sapatos velhos, bem como os procuradores de selos e rótulos de bebidas ou embalagens que pudessem ser reaproveitadas como material de venda aos contrabandistas, que afixavam selos e rótulos em outros produtos, vendendo-os como originais.

Na segunda classe encontram-se os coletores de trapos limpos. Exerciam trabalhos mais suaves, como ler mãos, fazer tatuagens, vender folhetos de cordel ou de composições de modinhas.

A limitação de emprego, a ausência de moradias e a estagnação, em alguns casos retração, da atividade econômica colaboravam no aumento da marginalização. Em pouco tempo e visivelmente, a criminalidade tomou largos impulsos.

Roubos, furtos e abordagens violentas com vistas à subtração, protagonizadas por jovens e crianças, tornaram-se freqüentes nas ruas.

A prostituição igualmente tornou-se uma alternativa rápida de ganhar dinheiro nas ruas do Distrito Federal, espalhando-se dos centros às periferias¹⁷.

¹⁷ Nas cartas recebidas ou enviadas por Bevilaqua, principalmente de seus correspondentes do Rio de Janeiro, não há comentários ou mesmo alusões à violência ou à prostituição, aos distúrbios sociais ou à degradação humana nas ruas da capital federal.

A marginalização transcendia as pendências materiais, a falta de emprego e de moradia, a criminalidade da prostituição e das delinquências infanto-juvenis, a repulsa social e racial. Direcionava-se ao ataque em âmbito psicológico, instável pela falta de interação no campo social.

Refúgio dos marginalizados, o álcool sequer passou pelas discussões de saúde pública. Considerado problema social, os alcoólatras eram vistos como fatores de desorganização, de insegurança social.

Apesar de muitas vezes não se colocarem ao furto, ao roubo ou a qualquer eventual tipificação penal, os alcoólatras causavam pânico, na medida em que se mostravam eventualmente propensos a tais ações.

Ao lado do alcoolismo e do aumento da criminalidade, o suicídio ocupa lugar de relevo nos problemas sociais, entrando nas estatísticas como questão de competência da justiça.

Essa mesma justiça cujas estatísticas enchiam os anuários, não se mostrava capaz de resolver os problemas da parte mais sofrida da população que, sem direitos mínimos garantidos, constituía obstáculo para modernização da capital.

Os obstáculos removiam-se facilmente: quem não se achava nas cadeias ou não se suicidava poderia facilmente ser retirado de circulação. Os hospícios, os sanatórios, as casas de repouso, os asilos e os depósitos de enfermos passaram a ser o destino de quem não se enquadrava nas diretrizes estabelecidas pelo Governo.

Duas realidades verificavam-se em fins de 1880, década que retrata bem o início dos problemas que se avolumaram sem intervenção das autoridades ou do governo imperial e que tomaria proporções estrondosas nas primeiras décadas da República.

O país comemorava o tricentenário da morte de Camões em 1880. Apesar de movimentos intelectuais, de literatos e de pensadores construírem um discurso de identidade brasileira independente de Portugal, confundindo-se o Romantismo como

veia literária da criação da identidade brasileira, a comemoração da morte do poeta português, narrador das aventuras da descoberta do Brasil, representava uma reverência ao maior expoente da língua portuguesa, mas não ao seu país.

As virtudes da obra, consubstanciada pela empolgação de leitores e intelectuais que respaldavam sua superioridade, sobrelevavam-se pelo tema da descoberta do Brasil, rebatido por MARTINS (1996, p. 68), para quem “a descoberta do Brasil mal chega a ser mencionada no poema”.

A campanha nacional de ovação não passou despercebida no Recife. Coube a Clóvis Bevilaqua, então acadêmico da Faculdade de Direito, prestar homenagens ao poeta português, exaltando suas virtudes e demonstrando, assim como oradores alhures, a relevância de Camões para a língua portuguesa. Outros acadêmicos e professores renderam homenagens, não deixando em branco a oportunidade de participar de um evento menos próximo do plano cultural do que do cívico.

“Em Recife, a oração oficial no Gabinete Português de Leitura foi pronunciada por Clóvis Bevilaqua, cabendo a Afonso Celso organizar um volume sobre *O Centenário de Camões em Pernambuco* (impresso no Porto); na mesma cidade, saiu o volume coletivo *Pernambuco a Camões*, com artigos e poemas de vários autores”. (MARTINS, 1996, p. 69)

Ao mesmo tempo em que festejos culturais expandiam-se pelo país, os problemas sociais tomavam forma. Retratos do período podem ser vislumbrados em textos de jornalistas e cronistas da época.

Considerado por Antônio Cândido o maior escritor brasileiro de todos os tempos, Machado de Assis conseguiria captar não apenas os problemas realistas em seus romances e as querelas políticas em suas crônicas, mas refletiria indícios de desvios sociais em seus contos. Em 1882, já nos gritos republicanos e nas

discussões abolicionistas, lançaria um de seus trabalhos mais importantes e mais populares.

“O Alienista” narra a mudança do psiquiatra Simão Bacamarte para a interiorana cidade de Itaguaí onde, na presença do Imperador Pedro II, festejando durante sete dias e sete noites, inaugura uma clínica de loucos, famigerada casa de orates.

Desconfiado de um morador da pequena cidade, Bacamarte prescreve-lhe remédios e tratamentos, internando-o em sua clínica. Em pouco tempo a obsessão do psiquiatra leva-o a internar a cidade inteira. Nem mesmo sua esposa escapa.

Embora ficcional, o conto evidencia como os hospícios funcionavam desordenadamente, servindo de modelo de prisão para pessoas indesejadas, rompendo as práticas legais, sacramentando os interesses governamentais. Moradores de rua ou pessoas indesejadas internadas sem conhecimento ou consentimento das famílias.

As invectivas com finalidade de suavizar o visual moderno da cidade acarretaram problemas de ordem quantitativa. Em pouco tempo, hospícios, asilos e depósitos de pessoas lotaram. Médicos e diretores de instituições recusavam-se a receber internos trazidos pela polícia ou enviados por determinação judicial.

Sem alternativa, perambulantes e andarilhos, pessoas sem residência fixa ou trabalho certo eram embarcados à força para o Acre ou lançados em lugares ermos.

As repressões violentas e as humilhações fomentaram uma espécie de conscientização coletiva.

“Cerceados nas suas festas, cerimônias e manifestações culturais tradicionais, expulso de certas áreas da cidade, obstados na sua circulação, empurrados para regiões desvalorizadas: pântanos, morros, bairros coloniais sem infra-estrutura, subúrbios distantes, matas; discriminados pela etnia, pelos trajes e pela cultura; ameaçados com os isolamentos compulsórios das prisões, depósito, colônias, hospícios, isolamentos sanitários; degradados social e moralmente, tanto quanto ao nível de vida; era virtualmente impossível contê-los

quando explodiam em motins espontâneos. Os ‘quebra-lâmpioes’ não paravam somente no sistema de iluminação pública, praticamente tudo era alvo do impulso destrutivo: bondes, carroças, carruagens, vitrines, estabelecimentos comerciais, casas particulares, o calçamento das ruas, os trilhos, os relógios e bancos”. (SEVCENKO: 2003, p. 92-93)

Nesse cenário de instabilidades sociais, os intelectuais propõem soluções baseadas numa sociedade organizada segundo critérios científicos. As revistas, os jornais e os panfletos constituíam o principal suporte dessa divulgação científica¹⁸.

“Ainda uma vez, a ciência não se define por estar ‘certa’ ou ‘errada’, o que é apenas matéria de técnica, dependente de numerosos fatores extracientíficos, mas pela *atitude* científica diante dos problemas – e essa Torres-Homem partilhava com a vanguarda do pensamento brasileiro a essa altura do século. Lembremos, por curiosidade, que Clóvis Bevilacqua e Martins Junior, publicando no Recife, em 1881 e 1882, dois opúsculos de ‘crítica genética’, não podiam revelar de maneira mais expressiva essas tendências científicas (no bom sentido da palavra) – a não ser denominando-os de *O Escalpelo* e *O Estereógrafo*”. (MARTINS: 1996, p.132)

Os livros constituíam o suporte de divulgação de idéias do Positivismo, considerado solução de alguns problemas sociais, empecilho ao misticismo e obstáculo ao aumento do catolicismo. O cientificismo explicava o comportamento de personagens religiosos. A questão religiosa abandona os simples debates e os discursos de lugares-comuns.

¹⁸ Os adeptos dos critérios científicos adotados na época pretendiam estendê-los não apenas no âmbito acadêmico, mas também à política e à Literatura. Observando o desempenho do acadêmico Clóvis Bevilacqua no exercício da crítica literária, Wilson Martins (1996, p. 141-3) chega a admirar os métodos analíticos de Bevilacqua, que não admira grandemente o Romantismo, apega-se aos critérios e métodos estabelecidos pelo amigo Silvio Romero e não vê em Machado de Assis, destacadamente nas “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, um rompimento estético significativo na Literatura brasileira: “Essa obtusidade crítica parece-me refletir em partes iguais as limitações pessoais do autor, a influência de Silvio Romero e a diferença de perspectivas em que Machado de Assis era encarado, ao norte e no sul do país”. (MARTINS, 1996, p.143)

“em 1883, Clóvis Bevilaqua publicava no Recife um volume sobre A Filosofia Positiva no Brasil, no qual observa que, enquanto no norte do país a doutrina se ia transformando em Evolucionismo e ‘Comte pouco a pouco substituído por Spencer Haeckel’, no sul, ao contrário, ela conservava todo o seu caráter ortodoxo. Definindo-se como ‘monista evolucionista’, ele formava, por consequência, com os demais sectários da Escola do Recife, o núcleo da corrente irredutivelmente positiva, isto é, científica, contra a regressão mística e religiosa que o Positivismo assumira em nosso país”. (MARTINS, 1996, p. 165)

Os novos procedimentos da crítica religiosa se alicerçavam na visão científica que justificava pareceres contrários ao clero. Assim, Clóvis Bevilaqua “concordava com o diagnóstico que via em Maomé um caso de loucura epiléptica e em Jesus um enfermo de paralisia geral”. (MARTINS, 1996, p.239)

Bevilaqua valia-se do conhecimento científico multidisciplinar para explicar o grupo. Seu magistério apegava-se aos fundamentos jurídicos, contrapunha-se ao clero e ao misticismo. O crítico literário Wilson Martins reconhece na composição de suas aulas e na de suas obras um embasamento filosófico na flexibilização do dogmatismo jurídico.

“no Direito, e sob o título de Lições de Legislação Comparada Sobre o Direito Privado, Clóvis Bevilaqua publicou os seus cursos na Faculdade do Recife, aplicando um método em que foi mestre incomparável; esse é um ramo da jurisprudência que pressupõe a perfeita familiaridade com sistemas e doutrinas que, de Fustel de Coulanges aos evolucionistas alemães, e de Bluntschli a Sumner Maine, o futuro autor do Código Civil dominava como ninguém”. (MARTINS, 1996, p. 431)

O conhecimento científico aplicado à seara jurídica e a oposição a alguns dogmas da Igreja Católica não impediram uma fenda conservadora na elaboração do Código Civil em que Direitos Civis, como o divórcio, foram tratados com menosprezo.

As controvérsias entre teoria e prática, discurso social e experiência cotidiana no intelectual são analisadas por SIRINELLI (2003, p. 245) que, criticando os métodos de facilidade de fontes e de resultados que abandonam a pesquisa e a interpretação dos textos, propõe três conceitos para análise do intelectual, de suas idéias e de suas práticas: Itinerário, Geração e Sociabilidade.

Os percursos seguidos pelos intelectuais durante suas vidas seriam o itinerário. Esse método desgastou-se bastante, recebendo ataques e críticas comuns ao gênero biográfico, independentemente de serem tratados os destinos individuais ou cruzados.

A análise das trajetórias constituídas por caminhos cruzados permitiu a verificação dos itinerários dos intelectuais, em especial aqueles que se apresentavam juntos ou desfrutavam de idéias semelhantes, possibilitando a compreensão das escolhas desses trajetos.

Para que tal análise apresente resultados plausíveis, o pesquisador não pode se limitar aos poucos documentos disponíveis. Deve complementá-los com outras descobertas.

Os limites entre grandes e pequenos intelectuais, as relações horizontais ou verticais mantidas entre eles não se consideram obstáculos na reconstrução desse itinerário, mas constituem uma alternativa de demonstrar como as discussões primitivas e até consideradas anacrônicas estimularam gerações futuras. Assim, é clara a assertiva

“de não nos limitarmos às trajetórias apenas dos ‘grandes’ intelectuais e de descermos até o estrato intermediário dos intelectuais de menor notoriedade, mas que tiveram importância enquanto viveram, e até a camada, ainda mais escondida, dos ‘despertadores’ que, sem serem obrigatoriamente conhecidos ou sem terem sempre adquirido uma reputação relacionada com seu papel real, representaram um fermento para as gerações intelectuais seguintes, exercendo uma influência cultural e mesmo às vezes política”. (SIRINELLI, 2003, p.246)

A trajetória delineada nem sempre é simples. Seus percursos são complexos na análise das trajetórias individuais – em que os intelectuais são estudados separadamente – e na ascensão ou decadência de grupos de intelectuais. Complexidade que tende a diminuir pela capacidade de interpretação.

Capacidade de interpretação exercitada regularmente para enfrentar os desafios da reconstituição, solucionados ou minimizados pelos esclarecimentos e balizamentos necessários, evitando as generalizações e as aproximações equivocadas, sem perder de vista os campos magnéticos gritantes, examinados por outros pesquisadores.

A análise do percurso, do trajeto ou do itinerário do intelectual ocorre individual ou grupalmente.

No âmbito grupal, alguns pesquisadores tentaram enquadrar a perspectiva de Sartre no campo filosófico a partir de sua convivência, cumplicidade ou parceria com Albert Camus. Outros, protagonizaram tentativa inversa.

Individualizada ou grupal, a análise do percurso e a reconstituição não podem acontecer sem a identificação da rede de sociabilidade do intelectual.

A compreensão das estruturas de sociabilidade é essencial. Uma dessas estruturas são as revistas, que podem se impor ao campo intelectual pela reunião de forças antagônicas de adesão em seu corpo editorial ou de colaboradores - amizades que se firmam, lealdades que se estabelecem e grupos que se criam – e de exclusão – manifestada pelas decisões e debates.

Se SIRINELLI aponta a revista como espaço de sociabilidade (realçando manifestos e abaixo-assinados, destacando estes como “bom sismógrafo para revelar e medir as ondas, os abalos e estremecimentos que percorreram a consciência nacional” (SIRINELLI, 2003, p. 249), podemos acrescentar, em nosso contexto, as manifestações grupais ou individuais como ente

identitário, já que muitos dos periódicos literários, filosóficos ou generalistas não ultrapassavam a quinta edição.

Outro fator de discussão nos embates de grupos intelectuais paira sobre as escolhas dos caminhos intelectuais pautadas pela razão que, nem sempre, submete-se à paixão. As querelas intelectuais extrapolam limites científicos para fortalecer critérios particulares. Que ponto separa ciência e pessoalidade nos debates públicos e privados, coletivos e individuais, estatais e governamentais, políticos e administrativos mantidos, por exemplo, pelos grupos intelectuais de que Bevilaqua participava?

“A atração e a amizade e, *acontrario*, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenham igualmente um papel às vezes decisivo. Isto, alguns poderão objetar, se aplica a toda microssociedade. Mas, de um lado, esse peso da afetividade adquire uma significação específica, num meio teoricamente colocado sob o signo da clarividência, e cuja garantia, aos olhos do resto da sociedade, é saber julgar suas paixões, a serviço exclusivo da Razão. De outro lado, a imbricação das tensões devidas aos debates de idéias e desses fatores afetivos desemboca talvez, em alguns casos, numa patologia do intelectual. Com toda certeza, uma tal abordagem é delicada, pois uma tal constatação pôde ser desviada e, de clínica, tornar-se polêmica, alimentando sobretudo uma certa visão antiintelectualista. Podemos por isso abandoná-la totalmente?” (SIRINELLI, 2003, p. 250)

Para SIRINELLI, possível examinar os espaços e as redes de sociabilidade dos intelectuais por uma perspectiva que não deixa de lado a razão, as idéias e as teorias, mas que busca, em situações alheias ao campo científico, a fluência do trânsito no campo intelectual no corpo editorial ou de colaboradores de uma revista, por exemplo.

No Brasil, as associações de idéias e de amigos legitimavam instituições como a Academia Brasileira de Letras, as Faculdades de Direito ou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Esse trabalho de legitimação era realizado por discípulos e

admiradores. Silvio Romero e Clóvis Bevilacqua escolhem a Faculdade de Direito do Recife pelo fato de, em seus quadros, constar Tobias Barreto, amplamente conhecido por seus pensamentos, suas aulas, suas obras.

Ainda no exemplo de Sartre, o filósofo condeou-se com a morte do companheiro quando ambos estavam brigados. Para SIRINELLI, a sentença pública da importância da opinião de Camus sobre os pensamentos e as leituras de Sartre mostrava a importância do “outro” para o filósofo existencialista.

Os problemas sentimentais e psicológicos dos intelectuais interessam à História dos intelectuais desde que não se supervalorizem criando, assim, um caminho diferente da finalidade inicialmente pretendida.

Boatos e rumores protagonizados por intelectuais devem igualmente ser considerados. A partir deles é possível reconstituir as situações de saúde, de amores, as evoluções políticas, as adesões, os distanciamentos ou os abandonos, as rupturas, os reencontros, as conversões, as ilusões perdidas, conquistadas, reorientadas.

Depois das análises entre ideologias/teorias e afetividades/sentimentos, não seria impossível compreender um terceiro grupo misto, em que teorias e afetividades se misturariam para explicar escolhas por determinados conceitos ou comportamentos

“a sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual se interpenetram o afetivo e o ideológico. As ‘redes’ secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo ‘redes’ que estruturam e ‘microclima’ que caracteriza um microcosmo intelectual particular”. (SIRINELLI, 2003, p. 252-3)

A filiação ou permanência em correntes teóricas aconteceria pela convivência, a que Philippe Ariès chama de “tempo de amizade”, mais importante do que o tempo de devoção intelectual.

Esse círculo de amizades oferecia uma ponte que ligaria o pensamento dos mestres aos futuros divulgadores de suas obras, criando uma rede de consolidação e perpetuação do pensamento. O professor ou mestre que se ligasse de maneira mais amigável do que intelectual aos seus discípulos, via-se na iminência de se transformar no centro de estudos e referências acadêmicas¹⁹.

O itinerário e a sociabilidade dos intelectuais são analisados se considerada a Geração. Entende-se por limites da Geração, a sociabilidade e os itinerários avaliados conforme a idade e os fenômenos geracionais.

Ambos os quesitos são importantes porque cabe à geração posterior seguir, renunciar ou, pelo menos, discutir a herança que recebeu da anterior. Esses processos de transmissão cultural são essenciais para constatar as intermediações ou rupturas.

As rupturas e as intermediações são efeitos da idade. Podem produzir fenômenos de união, estabelecidos por um acontecimento fundador que adquire existência autônoma.

As repercussões do acontecimento fundador são limitadas temporalmente. Geralmente não ultrapassam a própria geração e aos seus primeiros anos de existência. Criam uma “bagagem genética” de que se extrai uma memória coletiva, contrapondo-se diretamente aos conceitos de inato e adquirido.

A aplicação desses três recursos (itinerário, sociabilidade e geração) comprova que nenhum intelectual é infalível.

O convite (ou mais especificamente a convocação) que se faz ao intelectual para decidir os problemas do mundo, geralmente o levam a entrar no jogo maniqueísta do bem contra o mal.

¹⁹ “Guardadas todas as proporções, seu papel não deixa de lembrar aquele de um Louis Althusser ou de um Jacques Lacan antes de sua fama na mídia: de início, também no caso destes, a influência se exerceu num círculo, restrito mas relativamente homogêneo, de jovens intelectuais que serviram em seguida de amplificadores para o pensamento do mestre”. (SIRINELLI, 2003, p. 253-254)

Alguns, como Julien Benda, acreditam que os intelectuais deveriam reservar seu poder de fogo, de conhecimento, de compreensão global das causas humanas e das finalidades transcendentais, para se manifestar na luta em defesa de valores e causas realmente indispensáveis no conflito universal.

Mas, como se dedicar exclusivamente às causas e valores universais se as mudanças não podem ser executadas onde os intelectuais se encontram? Como a macro-mudança poderia efetivamente deslanchar se os homens de pensamento não efetivassem e igualmente se concentrassem em micro-metamorfozes?

A imprevisibilidade integra o jogo de poder político. O intelectual que se engaja integralmente à política subestima a razão, permite a vitória do sentimento sobre a racionalidade, assumindo posições contrárias aos que defendeu teoricamente.

Nos casos em que o envolvimento intelectual se mostrar incontestado, caberá ao pesquisador não construir, destruir ou discutir a questão ética ou moral de seu engajamento, mesmo que sua situação se choque em termos éticos: “o historiador dos intelectuais não tem como tarefa nem construir um Panteão, nem cavar uma fossa comum”. (SIRINELLI, 2003, p. 261)

As preocupações de SIRINELLI não passam despercebidas na história dos intelectuais brasileiros na transição monárquico-republicana. Muitos desses intelectuais modificavam ou silenciavam suas afirmações ao serem agraciados ou tentarem ser premiados com iniciativas públicas que os incluíssem entre suas finalidades²⁰.

De acordo com COSTA (1999, p.447), a análise da Proclamação da República, posteriormente reorientada, concentrava-se superficialmente em três grupos de argumentos que, reunidos, formavam a explicação central.

²⁰ Um dos intelectuais mais notórios desse exemplo é Silvio Romero. Ex-deputado que não consegue se reeleger, busca nos amigos de governo, por meio de sua crítica literária, uma oportunidade de dispor seu trabalho intelectual a serviço do Estado.

“É opinião corrente que a proclamação da República resultou das crises que abalaram o fim do Segundo Reinado: a Questão Religiosa, a Questão Militar e a Abolição. Afirma-se que as prisões dos bispos do Pará e de Pernambuco incompatibilizou a Coroa com extensas camadas da população. A Abolição, por sua vez, indispsôs os fazendeiros contra o regime, levando-os a aderir em massa às idéias republicanas. Finalmente, a Questão Militar, que se vinha agravando desde a Guerra do Paraguai em virtude do descontentamento crescente dos militares em relação ao tratamento que lhes dispensava o governo, levou-os a tramar o golpe de 15 de novembro que derrubou a Monarquia e implantou o regime republicano no país”.

Embora não tenham sido exclusivamente as causas da queda da Monarquia, os três fatores enumerados demonstram como a historiografia percebeu a formação de grupos.

Os intelectuais brasileiros viam nos grupos de que participavam uma base de forças na qual poderiam colocar em prática as teorias de que dispunham, fortemente centradas nas defesas de dicotomias como República/Monarquia, Religião/Laicismo, Militar/Civil²¹.

Grupos dissolveram-se com o advento da República, outros surgiram. Durante a transição, o poder continuou com as elites.

Os intelectuais – e seus grupos – destacavam-se, não podendo lhes ser atribuída a pecha de homens contemplativos, encerrados em seus gabinetes. Precisavam mudar a realidade, transformar-se em intelectuais engajados.

“Os tópicos que esses intelectuais enfatizavam como as principais exigências da realidade brasileira eram: a

²¹ COSTA propõe uma revisão das análises desses conceitos e como eles foram tratados ao longo da discussão historiográfica. Abolição, República, Questão Religiosa, Partido Republicano e República, Exército, o poder pessoal, transformações econômicas e sociais, a formação de novos grupos em contraposição aos grupos tradicionais, a Federação, os problemas surgidos entre o poder político e o econômico, a evolução, revolução ou involução do poder militar em detrimento do poder civil na condução dos assuntos do Estado são alguns dos temas que mereceriam uma revisão profunda.

atualização da sociedade com o modo de vida promanado da Europa; a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional; e a elevação do nível cultural e material da população. Os caminhos para se alcançar esses horizontes seriam a aceleração da atividade nacional, a liberalização das iniciativas – soltas ao sabor da ação corretiva da concorrência – e a democratização, entendida como a ampliação da participação política. Como se vê, uma lição bem acatada do liberalismo progressista. Para completar, a assimilação das doutrinas típicas do materialismo cientificista então em voga, que os lançou praticamente a todos no campo do anticlericalismo militante”. (SEVCENKO, 2003, p. 97)

O intelectual engajado – mais precisamente o homem de letras – exteriorizava o anseio da modernização acelerada. A Geração de 1870, cujo principal expoente, na concepção de Sevcenko, é Tobias Barreto demonstrava suas finalidades de transformação por meio do combate aos costumes ultrapassados, utilizando-se de armas modernas e inovadoras contra as iniciativas que contrariassem o liberalismo, ultrajassem a ciência e não fossem de encontro ao clero.

Sobressai o utilitarismo intelectual. Atribui-se validade aos sistemas que comprovem as mudanças sociais. A contemplação perde espaço para a ação. Os discursos precisam adentrar a seara pragmática. Não se pode estabelecer outros temas sem definir os objetivos políticos do Estado moderno orientados, em parte, pelas influências da Segunda Revolução Industrial. A necessidade de criar diferenças fundamentais entre os Estados modernos estimulou as pesquisas sobre história, filologia, antropologia, arqueologia, geografia.

As pesquisas necessárias foram financiadas pelos Estados que precisavam justificar suas características como raça, história, tradição, meio físico, língua, religião, cultura, caráter psicológico. As pesquisas de fomentação política transitavam entre os intelectuais, que as contrariavam ou as respaldavam.

Acompanhado de perto por Joaquim Nabuco, Tobias Barreto esclarecia que o país era um Estado, mas que ainda não alcançara a condição de nação.

“Sem possuir propriamente uma nação e com um Estado reduzido ao servilismo político, o Brasil carecia, portanto, de uma ação reformadora nesses dois sentidos: construir a nação e remodelar o Estado, ou seja, modernizar a estrutura social e política do país. Foram esses os dois parâmetros básicos de toda a produção intelectual preocupada com a atualização do Brasil diante do exemplo europeu e americano. E foram ambos cingidos pelas duas correntes antípodas que assinalaram os modos de pensar da Belle Époque: o cientificismo e o liberalismo. Correntes essas que com maior frequência tendiam a aparecer em estado de extravagante combinação, compondo um dos traços mais peculiares do pensamento do período, do que na condição depurada contida nos seus extremos”. (SEVCENKO, 2003, p. 103)

Se por um lado mostrava-se comum o distanciamento dos homens de letras de discussões maniqueístas entre liberalismo e cientificismo, por outro percebiam-se as intervenções de intelectuais “pacificadores” que, para justificar suas escolhas, oscilavam entre ambas, defendendo-as ciclicamente.

As defesas das duas correntes invadiam o Senado e a Câmara dos Deputados. Mostravam-se proveitosas aos políticos de uma sociedade que se dizia republicana, mas não abria mão das regalias oligárquicas. De forma idêntica, às práticas políticas de uma sociedade que se considerava liberal, mas usufruía inexoravelmente dos benefícios provenientes da prática discricionária administrativa.

A controvérsia de interesses de uma República que se fazia oligárquica e discricionária produziria efeitos negativos nas atividades, nos modelos teóricos e nas reflexões intelectuais. Abandonados, muitos intelectuais viram seus projetos políticos, sociais e culturais dissolverem-se. O utilitarismo social (a prática

do discurso) desaparecia sem reconhecimento. Os intelectuais precisavam se movimentar em um campo de convergências e divergências entre público e privado.

Em 1899, a convite do então ministro da justiça Epiácio Pessoa, Clóvis Bevilaqua volta ao Rio de Janeiro incumbido de elaborar o primeiro Código Civil brasileiro, o que significa sua consagração ao centro das atenções jurídicas e do país.

A tarefa de elaborar um novo diploma legal, um código que substitua as Ordenações do Reino, que antecede a República e regula as relações privadas durante o Império, desperta a atenção do jurista baiano Rui Barbosa.

As tentativas de produção de codificação vêm desde o Império. Teixeira de Freitas, jurista conhecido encarregado da tarefa durante o Império, não obtém êxito. Coelho Rodrigues, outro jurista que despenderia esforços, nos anos iniciais da República, tampouco obteve sucesso.

Já no Rio de Janeiro, Bevilaqua escreve o Código Civil em seis meses. Embora escrito, revisto jurídica e gramaticalmente, enviado ao Congresso em novembro de 1900, vigeria a partir de 1916, depois de mais de quinze anos tramitando no Congresso sob os ataques diretos de Rui Barbosa.

Várias são as razões apontadas para tal embate. Uma delas se refere à vaidade intelectual de Rui Barbosa, que vê na indicação uma espécie de ajuste regional executado por Epiácio Pessoa, então ministro da justiça. Na época, o advogado baiano conta cinquenta anos. Via em Bevilaqua um jurista inexperiente, quarenta anos de idade e dez de magistério, realizados numa faculdade de direito em que sua atuação como docente ou como homem público era hermética e confusa²².

²² Os embates entre Clóvis Bevilaqua e Rui Barbosa envolviam tanto questões gramaticais quanto políticas e jurídicas, permitindo reflexões sobre “o bacharel, símbolo-gênese de um grupo social que atuará como guardião de um conhecimento arcano fundamental para a organização política e administrativa da vida colonial, monárquica e republicana, o Código Civil Brasileiro de 1916, resultado de um esforço de codificação que se arrastou por mais de uma década, e a linguagem jurídica, que reflete necessidades práticas, segredos arcanos e processos sociais de mistificação.” (SILVA, 2005)

Entre os argumentos arrolados para desmerecer e atacar Bevilaqua, Rui²³ questiona por que o Ministro da Justiça não escolhera outros nomes de destaque no campo jurídico brasileiro: por que não optara por Lafayette Rodrigues Pereira, Antônio Pereira Rodrigues ou mesmo por ele, Rui Barbosa?

A polêmica de questões relacionadas à lingüística, à filologia e, conseqüentemente, por junção de ambas, à redação do texto predominaram nos debates em que aspectos jurídicos, como pano de fundo, também foram incluídos.

Nas palavras de MARCHANT (1945, p. 970), chefe da Seção Americana de Direito da Biblioteca do Congresso Norte-Americano, Bevilaqua possui todos os aspectos de um jurista notável. Segundo ela, o Código Civil representa um monumento na história do direito brasileiro, por ter arregimentado todos os aspectos possíveis da vida moderna. Ressalta que a obra foi responsabilidade de um só homem, representativo profissional do meio jurídico e integrante do movimento que engendrou a vida republicana em 1889.

As controvérsias ficaram expostas por meio de publicações das discussões em jornais e em livros, sendo conhecidos os embates entre Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro, por exemplo. Sugestões de ajustes – legais, práticos ou classistas – aparecem de todo o país.

Entre o envio e o trâmite do projeto das leis civis, Bevilaqua publica *Guerras e Tratados* (1902), *Conferência Cívica* (1904), *Em defesa do projeto*, defendendo o projeto de Código Civil emperrado nas comissões internas do Congresso Nacional, e *Direito Internacional Privado*, ambas em 1906.

Em 1907 publica, em parceria com Amélia Bevilaqua, sua esposa, *Literatura e Direito*. Em seguida, *Teoria Geral do Direito Civil* (1907), *Direito Internacional Público* (1910), elabora *Esboço*

²³ “Assim é compreensível que o fato de não ter tido o seu nome lembrado pelo ministro – e nem sequer ter sido consultado sobre quem deveria recair a escolha – tenha causado arranhões na vaidade do ilustre baiano”. (ROCHA, 2001, p. 35)

de Código Penal da Armada (1911), traduz *O Brasil na Legislação Penal Comparada*, de Franz Von List, em 1911, funda a Associação Internacional de Filosofia e Economia Política (1912) e publica *As Capitânicas Hereditárias perante o Tratado das Tordesilhas* (1915).

Entre 1916 e sua morte em 1944, ainda publica *O Código Civil dos Estados Unidos do Brasil* (1916), integra a Comissão de juristas encarregada de preparar o projeto da Corte Permanente de Justiça Internacional (1920), estabelecendo a condição de não se ausentar do país para tal finalidade, publica livros em Paris em 1923 e nos Estados Unidos em 1935, a *História da Faculdade de Direito do Recife* (1927), o *Conceito de Estado* (1940).

Em 26 de julho de 1944, falecia o jurista que recusaria, sem explicação e por duas vezes, uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (MARCHANT, 1945, p. 975).

Em artigo publicado na Michigan Law Review, em abril de 1945, menos de um ano depois de sua morte, MARCHANT tece elogios contundentes, efusivos e claros a respeito da contribuição do jurista cearense na organização, codificação e adaptação das leis brasileiras ressaltando, ainda, sua personalidade, sua dedicação aos estudos, a influência recebida de Comte e a recusa de cargos públicos para não perder tempo em burocracias que prejudicariam suas leituras.

“Clovis Bevilacqua is a monument in the history of Brazilian law. His death on July 26, 1944, closed the door on an epoch. When he began his career in the eighties, Brazilian law, with the exception of the commercial cod, was uncoordinated and outmoded. Now Brazil is in a period of very active work on the recodification of its laws and their adaptation to the needs of modern life. Not all of this change is the work of one man, but Bevilacqua was the principal lingering representative, among the lawyers, of the intellectual movement that accompanied the setting up of the Republic in 1889”. (MARCHANT, 1945, p.970)

Apesar das atenções da época se concentrarem na figura de Rui Barbosa, morto duas décadas antes, Bevilacqua destaca-se

internacionalmente, sendo reconhecido como figura relevante no campo jurídico e nas ciências sociais brasileiras.

Alguns biógrafos são unânimes em mostrar seu profundo conhecimento jurídico, enumerando obras jurídicas, sociológicas, filosóficas, literárias, psicológicas, os trabalhos como docente e a originalidade que o levaram a elaborar uma codificação civil coesa, clara e direta, inspirada e inspirando códigos europeus.

Marchant sai em defesa do Código Civil e de seu autor, reconhecendo o trabalho efetivo que pontuaria o direito brasileiro:

“It is a conservative document, but its virtues have been frequently enumerated: it is concise, sufficiently general and flexible, comprehensive, and, above all, practical. It has been described as ‘occupying a place in the very first rank of civil legislation in Latin America’, and as a necessary model for other countries about to revise their civil law, since it is sound ‘in methodology, in technical structure, in science, and in the modern liberal tendencies’. The interest it aroused outside Brazil is exemplified by the fact that French, English and German translations appeared within a few years after its adoption”. (MARCHANT, 1945, p.974-5)

Uma das hipóteses de se destacar internacionalmente, apesar de não constarem registros de suas viagens ao estrangeiro em seus arquivos pessoais disponíveis, é o possível exercício de consultoria jurídica no Ministério das Relações Exteriores por quase três décadas.

Nesse centro de troca de informações culturais, acadêmicas e profissionais o jurista transitou do direito privado ao direito público, tendo lavrado pareceres, consultas e livros sobre direito internacional, reconhecendo e protegendo o princípio da dignidade humana.

De acordo com Romero (1956, p. 88), a decisão do jurista de repensar a condição polonesa, dando-lhe o status de nacionalidade, mas não necessariamente reconhecendo os elementos de Estado, permitem a recondução do povo polonês a sujeito de direitos no âmbito internacional.

“O martírio secular da Polônia jamais quebrantou o ânimo de seu admirável povo, no passado, como no presente, heróico e indomável, sempre a lutar pela sua autonomia, fazendo respeitar os direitos de uma nacionalidade que as vicissitudes não conseguiram debilitar mesmo nos momentos mais trágicos de sua existência. Na ocasião em que a velha e gloriosa nação européia, através de todos os sacrifícios, novamente se aproxima da reconquista de sua liberdade, cuja violação deflagrou a segunda catástrofe mundial, pôde o Brasil, acompanhando a atitude do mundo civilizado, reconhecer a nacionalidade polonesa, terminada a primeira guerra, seguindo brilhante parecer do insigne Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores”.

Os pareceres exarados consideram fatores que se desvencilham da burocracia jurídica e concentram-se em temas atuais, presentes nas ciências políticas e na filosofia política.

Ao reconhecer a nacionalidade polonesa pelos atributos morais coletivos do povo, Bevilaqua indica implicitamente sua adesão ou seu apoio parcial às correntes que indicam a cultura como maneira de identificar a nação, deixando aberto um caminho extenso e uma lacuna perceptível na controvérsia política: como conceber um Estado – ente político – que possa ser desfrutado pelos poloneses?

Que espécies de relações separam os poloneses de sua autonomia e de seu reconhecimento político? Como a cultura, fonte da nacionalidade, evita ou repreende movimentos políticos? Essas são as perspectivas originais e pacifistas enumeradas por Marchant para estabelecer o nome de Bevilaqua como um inovador, renovador, criador, organizador e divisor de águas no direito brasileiro.

4. Essas mal traçadas linhas...

Muito grato às saudações da prezada D. Amélia, rogo-lhe que aceite e lhe transmita os votos que minha senhora e eu fazemos para que o ano de 1944 lhes prodigalize saúde, paz e tranqüilidade, afim de continuarem a enriquecer a nossa literatura. (Carta de 29 de dezembro de 1943 – subscritor ininteligível)

Quando a carta do fascículo “Whos’s important in law”, divisão da Biographical Encyclopedia of the World, publicado pelo Institute for Research in Biography, escrita em 11 de dezembro de 1944, entrou no número 506 da Rua Barão de Mesquita, na cidade do Rio de Janeiro, não encontrou seu destinatário.

Os votos de saúde, paz e tranqüilidade do subscritor não identificado de uma carta de 29 de dezembro de 1943 não puderam se concretizar totalmente.

O funcionário que solicitava dados biográficos de Clóvis Bevilacqua desconhecia seu falecimento, ocorrido em 26 de julho daquele mesmo ano. Os dados visavam incluí-lo no elenco dos nomes mais importantes do Direito. Um *Post-Scriptum* requeria algumas fotos, logo depois do singelo enunciado: “There is, of course, no obligation of any kind”.

Ao analisar as cartas do jurista cearense radicado no Rio de Janeiro, optamos por dividi-las em dois grupos temáticos aos quais denominamos Amigos e Patronato.

No grupo temático Amigos, reunimos as cartas do cotidiano do jurista, em que estão inseridas as de familiares, de amigos, de admiradores, de profissionais jurídicos e de solicitação de trabalhos intelectuais, como prefácios, textos, revisões, pareceres.

Se na correspondência reunida pelo Memorial do Judiciário Cearense as cartas íntimas ocupam lugar raro, no arquivo pessoal, do qual foram transcritos alguns fragmentos

por BRANDÃO(1989), elas aparecem, mesmo que em número reduzido, demonstrando como as trocas afetivas são praticadas na expressão epistolar subjetiva exteriorizada pelo autor da missiva.

Uma das tentativas de conceituação de autor seria aquela em que se sobressai e se valoriza a formação da identidade subjetiva:

“O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência. Esse princípio não voga em toda parte nem de modo constante: existem, ao nosso redor, muitos discursos que circulam, sem receber seu sentido ou sua eficácia de um autor ao qual seriam atribuídos: conversas cotidianas, logo apagadas; decretos ou contratos que precisam de signatários mas de autor, receitas técnicas transmitidas no anonimato”. (FOUCAULT, 2005, p.26-27)

Se, por um lado, FOUCAULT (1997, p. 33) considera o autor um indivíduo de identidade subjetiva em formação, destacando sua concepção no período das histórias das idéias em que a individualização conquista espaço privilegiado, por outro o cotidiano se revela atraente diante da invenção e das abordagens singulares conferidas aos que o particularizam e o distinguem.

Se, em um primeiro momento, são considerados autores os que escrevem, produzem, transcrevem, trabalham ou manuseiam os livros burocráticos, de contabilidade, de leis, de arquivos, em um segundo momento, a relevância do autor será definida conforme a análise das partes significativas de sua

produção²⁴, evitando que os eventuais documentos secundários tomem o lugar de objetos principais, objetos de análise.

A escrita de si, seja por meio de correspondências, seja por meio de diários, passa a ter importância na medida em que a individualidade atrai ao privado comportamentos e temas antes tratados publicamente.

A posição acessória do cotidiano ascende ao patamar principal segundo os discursos reunidos ou as práticas efetivas do autor que lhes concede tratamento diverso e peculiar, respeitando as variações e as características temporais, habituais e coetâneas (FOUCAULT, 2005, p. 28-29).

Numa civilização em que o discurso adquiriu lugar fundamental (CERTEAU, 1994, p. 224; FOUCAULT, 2005, p. 49-50), a carta, como modalidade da escrita de si, transcende os limites de atividade cotidiana e social para se manter como artifício de enfrentamento de patologias psicológicas (FOUCAULT, 1997, p. 154-155).

A escrita de si assumiria um papel terapêutico que

“atenua os perigos da solidão; dá o que se viu ou pensou a um olhar possível; o facto de se obrigar a escrever desempenha o papel de um companheiro, ao suscitar o respeito humano e a vergonha; podemos pois propor uma primeira analogia: aquilo que os outros são para o asceta numa comunidade, sê-lo-á o caderno de notas para o solitário”. (FOUCAULT, 1997, p. 130-131)

Alguns fragmentos da correspondência passiva íntima aproximam-se das finalidades de tratamento de espírito

²⁴ Para a utilização de livros de registros como possível alternativa de manifestação de escrita pessoal, FOUCAULT (1997, p. 134) recorre à expressão *hypomnemata* para designar a escrita pessoal realizada não apenas em cadernos pessoais que serviam como agenda, mas também em espécies de livros públicos ou coletivos nos quais se escrevia eventualmente sobre o cotidiano, anotavam-se frases e citações, revelavam-se sistemas grupais. Para avaliação das obras, FOUCAULT (1997, p.38) discute os métodos de escolha utilizados para selecionar o que se apresenta de relevante e o que deve ser desconsiderado.

sugerido implicitamente por FOUCAULT. A correspondência paterna opta pela linguagem de orientação, de compreensão, de incentivo e de advertência moderada. À persuasão submete-se a ordem e à hierarquia o convencimento.

Dos fragmentos paternos da correspondência de Bevilaqua constam alguns conselhos e cobranças ao acadêmico de Direito. Os principais temas: frases de efeito com estímulos à dedicação aos estudos, mesmo nas férias, disciplina moral nos passeios com os amigos, incentivo para enviar artigos aos principais jornais do Rio de Janeiro e da Bahia, assim como solicitação de informações sobre os jornais em que colabora a fim de fazer a assinatura deles, dinheiro para compra de livros ou apelos para não abandonar a comunicação missivista por longo tempo.

Em trecho de outra carta, o pai se mostra preocupado com a perda do prazo da matrícula na Faculdade de Direito. Por ausência e confusão de dados, confusão criticada por Silva Jardim, que tentara reunir documentos concernentes ao Rio de Janeiro, José Bevilaqua adverte o filho da falta de articulação e agilidade, aconselhando-o nos ditames sociais e intelectuais do novo ambiente:

“O Desembargador Domingues me escreveu com data de 3 do mesmo mês dizendo que tu só lhe entregaste a minha carta no domingo 31 de março e que já não tinha mais lugar o pedido, por se ter fechado a matrícula; que teu requerimento foi indeferido, sem dúvida por não ter tido quem falasse a teu favor. Deves freqüentar a casa deste bom amigo, que pode ser muito útil em tuas pretensões aí. O homem nasceu para viver em sociedade, é necessário estudar, ler muito acertadamente e tratar com os outros, mormente sobre as matérias lidas para o argumento, elucidar mais o espírito”. (BRANDÃO, 1989, p.59)

O pai escreveria frequentemente. Numa das missivas, elogiara um discurso composto pelo filho; na outra, anunciava o falecimento de sua mãe em junho de 1879 (BRANDÃO, 1989, p. 61, p. 64).

Além das paternas, Bevilaqua guardaria as cartas de Silva Jardim (que elogia suas poesias, convida-o a viajar ao Rio de Janeiro e a expressar comentários críticos sobre seus trabalhos literários, declara sua amizade, anima-o a se dedicar à vida acadêmica e pede alguma crônica para publicar no jornal que dirige), Martins Junior²⁵ (que expõe sua admiração pelo intelectual), Rui Barbosa (que agradece um livro enviado), Barão do Rio Branco (com quem estabeleceria uma amizade já na maturidade. As cartas de Rio Branco convidam-no a freqüentar jantares, expõem situações pitorescas quanto a trajes sociais, abrem-lhe a casa para resolver pendências internacionais).

Em 4 de maio de 1878, Silva Jardim, respaldando as advertências paternas mencionadas neste mesmo capítulo, manifestava sua irritação com a displicência e a falta de informações sobre os caminhos que deveria seguir para obter documentos necessários para a matrícula na Faculdade de Direito no Recife.

Na segunda missiva, constante do arquivo da família e sem data, provavelmente do período inicial da vida acadêmica, o colega de preparatório enumerava palavras de consolo e de incentivo:

“Já entreguei ao Idomeneu os atestados. Custou-nos muito tirá-los. Deste datas erradas na Instrução Pública. Se teus atestados chegaram tarde, culpa

²⁵ José Izidoro de Martins Junior (1860-1904) – Advogado, jornalista, político, professor e poeta. Aprovado para lecionar na Faculdade de Direito do Recife, não assumiu a cadeira por se recusar, durante a solenidade de posse, a prestar fidelidade à Monarquia. Republicano e abolicionista, defendeu a candidatura de Joaquim Nabuco para deputado por Pernambuco. Sócio-fundador da Academia Brasileira de Letras.

minha não foi, tive muito trabalho, é verdade, mas enviei-te a tempo. O mesmo me aconteceu por cá...”
 “Falaste-me que estavas em risco de perder a carreira. Que é isso? Desânimo ou alguma dificuldade séria? Ânimo. Clóvis! Estamos no começo da luta. Daqui a pouco tudo estará acabado. Sei, porém, por carta de Idomeneu que já está matriculado”.

Fragmentos missivistas de períodos, de remetentes e de destinatários diversos são reunidos por BRANDÃO (1989), numa tentativa de delinear as relações íntimas do jurista²⁶.

Numa delas, sem data, Martins Junior louva a intensidade retórica da última carta recebida, recorrendo igualmente a elementos de retórica espalhados pelos protocolos afetivos:

“Clóvis, comoveste-me com as palavras de tua última carta. Sim, comoveste-me, meu bom e grande amigo. Ao abraçá-lo com o olhar, eu tive um desses transbordamentos afetivos que fazem de um coração um altar pisado pela imagem de ternura, um templo espiritualizado pelo incenso da recordação saudosa e da amizade vibrante. Como aquelas palavras agradecidas e sinceras, ditas por ti, encontraram-me predisposto a sentir toda a eloquência que punha nelas a tua alma de ouro!”
 (BRANDÃO, 1989, p.28)

No Recife, em junho de 1883, Martins Junior e Clóvis Bevilaqua, bacharéis no exercício da profissão, mantêm a amizade por meio da correspondência cujo conteúdo, como podemos depreender do fragmento ora resgatado, versa sobre as lembranças do tempo de faculdade, dos ideais filosóficos, dos sonhos estudantis:

“Sempre bom tu!
 Mandaste dizer-me ou antes escreveste tantas coisas bonitas e saudosas que, ao ler a tua carta, eu senti-

²⁶ BRANDÃO (1989, p. 26-27) dispõe alguns fragmentos da correspondência de Silva Jardim em que as características fraternas do destinatário são enaltecidas.

me invadir um não sei quê de inefavelmente nostálgico, que por muito tempo vibrou dentro de mim.

Era a nostalgia daquela pátria espiritual que nós habitamos durante quatro anos, daquele encantado país do pensamento em que tambor, batente e estandartes despregados nós agitamos tanto o sabre vermelho da luta e tanto batalhamos pelas idéias comuns!”

O estilo de redação, a facilidade de comunicação escrita, atrairia amigos de pensamentos ecléticos, de condições intelectuais e econômicas variadas, de idades díspares.

O vácuo que se estabeleceu sobre a intimidade de Clóvis Bevilaqua, tanto no Inventário quanto nos objetos acondicionados no Memorial do Judiciário Cearense do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, mais uma vez nos leva a acreditar num recorte de sua correspondência de modo a construir a imagem do jurista, redimensionando sua memória e fabricando sua posteridade, conforme sustentamos anteriormente.

A hipótese de construção da imagem respalda-se mais uma vez com as cartas reunidas por BRANDÃO(1989) em “Clóvis Bevilaqua na intimidade”, que analisa algumas correspondências e manuscritos do jurista encontrados em seu arquivo pessoal, do qual foram retirados alguns fragmentos transcritos por uma de suas filhas e que lhe serviram de fonte.

Necessário ressaltar que, de acordo com informações fornecidas pela própria autora, as missivas analisadas foram escolhidas e transcritas por um das filhas do jurista caracterizando, dessa maneira, um recorte pontual no que se pretendia tornar público.

Portanto, BRANDÃO (1989) não deixa claro se em algum momento cotejou ou consultou as cartas às quais teve acesso pela forma transcrita, não aferindo a fidedignidade dos conteúdos que, num primeiro momento, retratam um Clóvis Bevilaqua romântico – escreve poemas, poesias, sonetos,

bilhetes amorosos de intensa retórica e fortes apelos persuasivos, características plenas do Romantismo – em contraste ao intelectual sério e cético.

Os detalhes de Romantismo parecem exceder o campo literário para se aproximar da prática. Em uma de suas cartas, Silva Jardim – com quem firmara amizade durante os tempos de preparatório para ingresso à faculdade de Direito no Rio de Janeiro – escreveria elogios exacerbados à criação poética do colega.

Embora regularmente a crítica literária contemporânea opte pela análise imanente do texto, a crítica literária do século XIX e de inícios do século XX via, na biografia do escritor, sua motivação central, de modo que, tratando dos versos de Bevilaqua, Silva Jardim recorre aos artifícios de então²⁷:

“Li teus versos. Reli-os. Não preciso dizer minha opinião sobre um trabalho teu. Já sabes o juízo que faço de ti. 1º porque és bom; 2º porque és talentoso; 3º porque tens idéias idênticas às minhas; 4º porque...te estimo”. (BRANDÃO: 1989, p.10)

As trocas de cartas entre Bevilaqua e Silva Jardim, das quais se apresentam alguns fragmentos, reconstituem os laços fraternos e apontam os caminhos da intimidade, da horizontalidade, dos avanços e dos recuos necessários para a consolidação de uma amizade pautada pela troca intelectual e pela orientação recíproca, na medida em que apresentam críticas, observações e incentivos para a prática e a criação literárias.

²⁷ MOISÉS (2007, p. 25) informa que o interesse da análise literária contemporânea fixa-se restritivamente ao texto. Já AMORA (2004, p. 42) acrescenta que a análise literária contemporânea se limita ao escrito, porém o interesse do estudioso pelo autor e também pelo leitor se constitui legítimo, mas não objeto principal, estabelecendo aquilo que SOUZA (2005, p. 61 e ss.) denomina de corrente sociológica da literatura, criada no século XX, e que entre outras, salienta-se a que trata da vida dos autores.

O espírito romântico de boa parte do século XIX não se limitara às obras literárias de Gonçalves Dias ou ao encerramento de um período que se celebrizou pelo rompimento estético causado por “Memórias Póstumas de Brás Cubas”.

As características do Romantismo²⁸ em alguns de seus escritos, provenientes provavelmente das leituras de Castro Alves e de José de Alencar, transpõem os limites literários para se impregnarem numa das cartas escritas para a esposa²⁹:

“Alcântara, 12-6-1883.

Minha doce Amélia, abro neste momento o meu peito, de que há muito fiz um sacrário para a tua imagem para mim sagrada entre todas; de que há muito fiz uma caçoila para guardar o perfume paradisíaco de nosso grande amor.

Vais ouvir a voz sincera do coração. Juro por quanto há de nobre e grande, por tudo que amo e venero, pela honra e pela virtude, pelas crenças e pela fé, por tudo que possa acordar em mim um sentimento elevado, puro, que és o meu mundo e minha glória, minha ambição e o alvo dos meus anelos; juro que jamais se apagará em meu seio este ardor que para mim é alento e vida.

Quisera que aos lábios me afluísse a alma inteira para, num beijo que te envolvesse toda, fazer-te sentir a intensidade desse amor que é adoração e culto.

Feliz serei, se acreditares na verdade que afirmo: tua alma possui a minha de tal forma que ignoro se jamais houve ou haverá outra mulher.

Viva ou morta, serás a única.”

²⁸ Geralmente marcado pela iniciativa do escritor em protestar contra a despersonalização do indivíduo na sociedade industrial, pela criação de uma identidade nacional representada inicialmente pelo índio, símbolo da independência brasileira, exacerbação dos sentimentos como maneira de compensar as carências, criando sonhos nos quais essas carências seriam concretizadas; intenso apelo retórico; forte uso de recursos de persuasão; realce da sublimidade das características pessoais. O Romantismo assume a responsabilidade de substituir a realidade incompreendida pelo sonho perfeito. Embora em fases posteriores o indivíduo se lance à melancolia, o Romantismo delineia um caráter contestador, revolucionário, inovador e, em algumas situações, aparentemente niilista. (ABDALA JUNIOR, 1995, p. 40; BOSI, 2006, p. 93)

²⁹ Apaixonado por uma das irmãs mais novas, Bevilaqua atende aos anseios do pai que pretende casar a filha mais velha e envolve-se com Amélia, primogênita de dez irmãos. (BRANDÃO, 1989, p. 11, p.44)

O poeta Clóvis se arriscaria mais vezes na criação literária, não se impedindo de escrever poesias de clara marca simbolista³⁰.

Se retomarmos o conceito de Geração e de Sociabilidade intelectuais, tomados emprestados de SIRINELLI e tratados no capítulo anterior, poderíamos ensaiar um esboço de geração intelectual socialmente mantida pela correspondência.

Assim, o caso de Bevilaqua e Silvio Romero, menos conhecido por sua atividade jurídica do que por suas práticas de crítica literária. Em 5 de julho de 1888 Bevilaqua recebe uma carta do amigo Silvio Romero, ex-aluno da Faculdade de Direito do Recife.

Romero embasa uma prática comum de circularidade intelectual respaldada pela reciprocidade de opiniões sobre os trabalhos produzidos pelos correspondentes (VENÂNCIO, 2004, p. 114)³¹.

“Meu caro Clóvis,
Recebi sua carta e seu artigo. Muito lhe agradeço uma coisa e outra. Aguardo seu livro não só para vel-o, porque deverá ser uma continuação dos Estudos de Direito e Economia Política, que são excelentes, como frisa vês a refundição dos diversos artigos seus sobre o meu livro”.

Embora bibliotecário da Faculdade de Direito, Bevilaqua colabora em revistas e jornais, dá aulas particulares para os preparatórios, emite críticas literárias, produz peças ficcionais. Os periódicos constituíam um dos principais meios de difusão de idéias, de pessoas, de livros. Manifestada por meio de

³⁰ BRANDÃO (1989, p. 13-14) reúne uma poesia provavelmente escrita a Amélia. Ainda acrescenta que, numa de suas pastas de consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores, encontrou fragmentos de versos esparsos provavelmente de autoria do jurista.

³¹ GUIMARÃES; ARAÚJO (2004, p. 101) discutem a troca de favores entre intelectuais que visava primordialmente a publicação de artigos e o reconhecimento intelectual.

cumprimentos íntimos e fraternos, a cordialidade resultaria em ações verbais direcionadas ao público que em geral se impressionava mais pelos dotes retóricos do escritor que pelo conteúdo de seus livros. Essa a maneira de arregimentar leitores, erigir pactos intelectuais, acadêmicos e políticos e se manter inserido no campo das idéias.

A cordialidade – em que a atenção à pessoa age em detrimento dos cuidados às suas obras – pode ser percebida nos protocolos dispostos nas cartas. O caráter, a personalidade e os conceitos morais e espirituais do destinatário são venerados.

O quadragésimo aniversário de Bevilacqua foi comemorado no Rio de Janeiro, para onde se mudara, a convite do então Ministro da Justiça, Epitácio Pessoa, com a finalidade de elaborar o Código Civil Brasileiro. Redigido em seis meses, apresentado ao Congresso ainda em 1899, o projeto passaria à letra de lei em 1916, depois de década e meia tramitando no Senado, recebendo críticas filológicas e propostas de alterações jurídicas apresentadas principalmente por Rui Barbosa.

Do centro político, testemunhou o Federalismo – característica atribuída à República como meio de descentralização do poder anteriormente concentrado na figura do Imperador, em exercício habitual de soberano do Estado Único – seguir um caminho contrário ao pretendido inicialmente (FAUSTO, 2006, p. 146-147; CARVALHO, 1998, p. 182-183).

“Não havia caminhos de participação, a República não era para valer. Nessa perspectiva o bestializado era quem levasse a política a sério, era o que se prestasse à manipulação. Num sentido talvez ainda mais profundo que o dos anarquistas, a política era tribofe. Quem apenas assistia, como fazia o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas a sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra”. (CARVALHO, 2000, p. 160)

O trabalho do jurista alcançava finalidades diversas, entre elas os pareceres jurídicos ou técnicos sobre pendências em que

amigos ou conhecidos envolviam-se em negócios do governo, como é o caso de Elpídio Martins que, em 21 de janeiro de 1923, solicita sua intervenção para definir o valor que lhe caberia em um trabalho jurídico. O remetente alega que o governo pediu exclusividade, prioridade e dedicação.

“Peço-lhe, pois, o grande e inestimável obsequio de dar preço ao meu trabalho de jurista, nas condições em que o realisei.

E peço-lhe isso por dois motivos:

1º - porque a nação inteira rende culto e homenagens á pureza do seu character;

2º - porque foi o meu distinto collega o grande organisador da nossa Codificação Civil”.

Os convites de finalidade técnica consistiam no prefácio de livros, na participação de congressos, na leitura de obras, de críticas literárias em sentido amplo, como demonstra o trecho de uma longa carta de Theodoro Figueira de Almeida, de 21 de agosto de 1917, convidando o jurista para prefaciar um livro de ensaios.

“se V. Ex. julgar que estes esforços representam alguma cousa de útil á sociedade e merecem, por isso, o incentivo e a animação das almas honestas, então eu lhe direi que a mais agradável das recompensas a que o auctor desta obscura e meritória obra poderia aspirar presentemente, seria ver prefaciada pelo eminente codificador das nossas leis civis – o príncipe dos jurisconsultos brasileiros – a edição dos seus trabalhos”.

Uma carta da comissão organizadora do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância não aceitaria sua recusa de participação no evento. Segundo o subscritor, Bevilaqua deveria aceitar o convite por ocupar um lugar de destaque na sociedade brasileira.

“Perdoe V. Ex., mas quem, como V. Ex., é um dos expoentes da Sociologia Brasileira, quem representa uma das figuras mais brilhantes do nosso paiz, quem é hoje o alvo da justa admiração, da veneração e do apreço de seus coevos pelo seu luminoso passado, não poderá, permita V. Ex. a liberdade, negar o seu valiosíssimo concurso a uma Obra social como a deste Congresso, que muito se honrará com o seu elevado prestígio e as luzes do seu extraordinário saber”.

Uma das correntes da Teoria Literária – a corrente sociológica – não se limita a analisar questões concernentes à imanência textual, mas avalia as relações entre o texto, o escritor e o público. Se os fragmentos de cartas ora analisados contivessem críticas, elogios diretos e contundentes ou análises das obras jurídicas, sociológicas, filosóficas e literárias, seria possível uma tentativa de compreensão dos efeitos por elas causados no público receptor. Afinal, quais contribuições de Bevilaqua no campo sociológico levaram o subscritor da carta a insistir em sua participação no congresso: “seu elevado prestígio”, as “luzes do seu extraordinário saber”?

Analisamos alguma cartas recebidas por Clóvis Bevilaqua (seja como estudante de Direito, membro da Geração de 1870, influenciada pelos ideais germânicos de Tobias Barreto, um dos professores mais importantes da Faculdade de Direito do Recife, seja como advogado e, posteriormente, professor de Direito da mesma faculdade na capital pernambucana, seja como ocupante de cargos administrativos relevantes na Administração da República Velha, seja, por fim, como jurisconsulto a quem profissionais – promotores, advogados, juízes, estudantes –, políticos e notáveis procuravam para solucionar controvérsias jurídicas) que indicariam os contornos que lhe fortaleceram o perfil intelectual.

Se na correspondência passiva o tom de exaltação, enaltecimento, cordialidade, amizade e, em alguns casos, intimidade comprovaram as relações sociais de trânsito fluido, a correspondência ativa consistirá em objeto de correspondência-

rede e correspondência-laboratório, em que o jurista assumirá um caráter mais ofensivo que aquele inscrito na percepção imagética de seus remetentes.

Essa correspondência delimita as atividades intelectuais, esclarece situações financeiras e desvenda atitudes de iniciativa que ajudaram a configurar o caráter do professor de Direito.

Se as cartas recebidas revelam, em parte, a concepção do remetente sobre o destinatário, a correspondência ativa se transforma em objeto de atenção pelo diálogo que passa a formar com o remetente que assume o papel de destinatário.

Nesse contexto, as cartas são o suporte por meio do qual o remetente/destinatário e o destinatário/remetente ensaiam tentativas, alternativas e opções de serem legíveis, auxiliados por um procedimento com começo certo, mas sem previsão de fim, que pode ser alongado ou encurtado conforme a ausência ou a presença de interesse ou de disposição em responder a carta que se recebe.

“Assim, a carta pode ser compreendida como uma fração combinada de espaço e momento: espaço de construção identitária, de trocas de idéias e sentimentos, de estabelecimento de relações; momentos de reflexão sobre si ou sobre qualquer coisa que em um instante é e, logo depois, pode não ser; momento de comunicação não imediata, que segue de acordo com as circunstâncias de vida daqueles que o estabelecem. São muitas palavras perdidas, meias palavras, trechos cifrados, interrogações sem resposta, respostas sem perguntas, piadas particulares e emoções apenas sugeridas, que tornam a leitura fragmentada, interrompida a todo instante por esses desvios sem saída”. (GONTIJO, 2004, p. 164)

A reconstituição ou o dimensionamento do conteúdo oferece mais eficiência quando considerada a inserção da carta no tempo e no espaço social, em que os correspondentes têm consciência dos limites, tratam de matéria que conhecem, sabem do local em

que se situam e, principalmente, do momento da escrita, bem como da possibilidade de projetar o momento da leitura.

Segundo CERTEAU (1994, p. 224-225), a escrita é um caminho de inserção no mundo, de distanciamento da marginalização e da inscrição do pensamento e das reflexões na corrente das idéias em que as representações – individuais ou de grupo – são construídas, destruídas, restituídas e destituídas de novas acepções semelhantes e opostas, dicotômicas e maniqueístas, em que percepções e experiências são identificadas.

“A esta escrita que invade o espaço e capitaliza o tempo opõe-se a palavra que não vai longe e que não retém. Sob o primeiro aspecto ela não deixa o lugar de sua produção. Dito de outra maneira, o significante não é destacável do corpo individual ou coletivo. Não é, portanto, exportável. A palavra é, aqui, o corpo que significa. O enunciado não se separa nem do ato social da enunciação nem de uma presença que se dá, se gasta ou se perde na nominação. Não existe escrita senão onde o significante pode ser isolado da presença (...). Para que a escrita funcione de longe é necessário que ela, à distância, mantenha intacta a sua relação com o lugar de produção”. (CERTEAU, 2006, p. 217)

No caso da correspondência entre intelectuais, podemos considerar o estabelecimento de cronologia, hierarquia ou ordem a partir das quais se identifiquem como os intelectuais, de maneira ampla, e os escritores, de maneira estrita, pensaram, refletiram, trocaram informações, receberam orientações, estilizaram críticas e solicitaram esclarecimentos ou idéias para escreverem suas obras, assim como pediram ou propiciaram indicações de livros técnicos, filosóficos ou literários, compartilharam as escolhas de objetos de pesquisa e comentaram a relevância de livros na formação do escritor-leitor.

A correspondência transforma-se em fonte de que se pode resgatar a transcrição da auto-imagem nos escritos pessoais ou

do lirismo em alguns textos literários, permitindo a compreensão ou a descoberta da personalidade dos correspondentes.

Outras finalidades da leitura da correspondência entre intelectuais podem ser enumeradas: elaborar memória ou estimular o imaginário sobre escritores; fabricar um anedotário a partir de palavras, expressões e situações constantes da correspondência, mas aparentemente desaparecidas da estrutura lingüística atual; conceber uma figura pública do intelectual a partir de referências realizadas por ele mesmo ou por outro missivista, ou por falas particulares presentes em sua sociabilidade missivista em que despontem comportamentos peculiares para sentimentos como ódio, saudade, carinho, atenção, indiferença, concordância, incentivo, menosprezo.

Sobre a prática missivista de Capistrano de Abreu, GONTIJO (2004) alerta para a importância da correspondência na vida do intelectual, ressaltando a quantidade de cartas recebidas e enviadas pelo historiador cearense que, de acordo com intelectuais e historiadores pesquisados, entre eles José Honório Rodrigues, estabeleceu um divisor de águas na historiografia brasileira.

Seguindo a divisão de correspondência a que Trebitsch intitula correspondência-rede e correspondência-laboratório – sendo a primeira mais importante por sua função do que por seu conteúdo, considerando-se a finalidade que tem de firmar as relações de um grupo em que figuras centrais discorrem sobre concepções estéticas, filosóficas, políticas, literárias e artísticas em tom vertical; e a segunda, configurada pela finalidade intelectual, em que a verticalidade das relações cede lugar à horizontalidade –, imaginamos que Capistrano de Abreu valeu-se da carta – papel em branco a ser preenchido por suas idéias, reflexões e observações – para discutir, indicar, discordar e dialogar com seus pares, discípulos e admiradores.

GONTIJO se debruçou sobre as cartas permutadas entre Capistrano de Abreu e o empresário paulista Paulo Prado, que se

dedicou a escrever alguns textos teóricos e a financiar projetos pertinentes ao desenvolvimento das letras, dos quais Capistrano se beneficiou³².

Depois de enfrentar os protestos da família, receosa de que as opiniões negativas do historiador atingissem personagens ainda vivos, José Honório Rodrigues publicou a correspondência de Capistrano, reunida em três volumes.

Na introdução do primeiro volume, informa da manutenção da grafia original, acrescentando que o compêndio publicado é uma reunião – em sentido estrito – das cartas do historiador cearense. Rodrigues julgava desnecessária qualquer informação adicional à edição, pois acreditava que os leitores reuniriam os requisitos mínimos de informação para compreender o conteúdo, localizar o espaço social, desvendar o tempo e o contexto.

A introdução pedagógica da reunião de cartas de Capistrano de Abreu nos remete a refletir: Quais caminhos teóricos foram escolhidos para organizar a correspondência, os objetos, os utensílios e os móveis de Clóvis Bevilaqua enumerados no Inventário?

Afinal, como o Tribunal obteve cópias, fotocópias, esboços, rascunhos ou originais das cartas enviadas por Clóvis Bevilaqua? Constando do Inventário que a correspondência total foi adquirida da família, como os parentes tiveram acesso à correspondência ativa e, principalmente, de que modo essa correspondência foi manuseada, escolhida, censurada, disfarçada?

As fotocópias disponíveis para consulta no Memorial são reunidas em grossos volumes encadernados, nas capas dos quais uma foto em preto e branco de Clóvis Bevilaqua convida ao olhar sóbrio de sua imagem séria. Ampliadas, as fotocópias permitem – ou pelo menos almejam permitir – uma leitura mais facilitada.

³² Não se pode deixar de frisar que a essa correspondência-laboratório, em que se discutiam idéias, fórmulas e projetos intelectuais, John Casper Branner, estudado por Lúcia Maria Paschoal e Valdeci Lopes de Araújo, chamava Tutela Intelectual e Produção de Conhecimento a Distância. Por meio de orientações sobre livros, trabalhos a serem lidos e escritos, de recolhimento de material botânico, Branner praticava o que Trebitsch denomina correspondência-laboratório.

De acordo com informações provenientes do Inventário, as negociações iniciais para aquisição do acervo do jurista fracassaram. Retomadas em fins da década de 1990, o acervo foi finalmente adquirido pelo Tribunal.

As informações são pouco esclarecedoras sobre a aquisição da correspondência ativa, pois, de acordo com as fotocópias obtidas no Memorial, as cartas escritas por Bevilaqua nos levam a acreditar na produção de cópias.

Dessa maneira, depois de escrever a versão definitiva, o jurista transcreveria uma versão para arquivamento. Essa assertiva é possível pela composição das missivas.

Se as cartas manuscritas refletem o estado de espírito de seu autor, as de Bevilaqua podem demonstrar que nem sempre o jurista transcrevia pacientemente as que seriam arquivadas.

Em algumas, as letras são grandes, legíveis, claras e inteligíveis. Em outras, pequenas, embaraçadas, herméticas. Em muitas delas, os rabiscos são perceptíveis. Estão presentes como se quisessem demonstrar as fases de reflexão e de mudança sintática e semântica possibilitando a depreensão de que, mesmo depois de escritas, o jurista, ou procedia a melhoramentos ou as utilizava como rascunho.

Onde as possíveis transcrições missivistas se realizavam? Em casa, no escritório, na universidade, em alguma agremiação política ou associação cultural – como a Academia Brasileira de Letras –, em viagens de lazer ou trabalho, em períodos de descansos nos fins de semana ou em dias úteis?

As cartas são suportes que materializam a construção da memória e a edificação da imagem do remetente/destinatário.

John Casper Branner influenciava intelectualmente seus discípulos, direcionando suas pesquisas para estudos botânicos constantes de livros de sua autoria.

Oliveira Lima indicava leituras, discutia livros, incentivava a escrita, solicitava estudos e requisitava a visita de Gilberto Freyre, ainda seu discípulo e amigo, a bibliotecas, livrarias e

lugares pelos quais o sociólogo pernambucano estava de passagem.

Branner e Oliveira Vianna exercem a tutela intelectual que, na concepção de Trebitsch, recebe o nome de correspondência-rede, em que as relações mantidas nas cartas enfocam alguma(s) figura(s) central(is).

Já a relações epistolares entre Oliveira Vianna e Monteiro Lobato ou entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel ou entre Capistrano de Abreu e Paulo Prado configuram a correspondência-laboratório em que, segundo Trebitsch, não há uma figura central, mas o exercício da escrita pontuada por protocolos de leitura que permitem uma relação horizontal na discussão intelectual.

Por meio da correspondência, da tutela intelectual e da troca de informações culturais, políticas, sociais, familiares e intimistas, a memória vai se construindo lenta e seguramente.

Nesse contexto enquadra-se quem, consciente ou inconscientemente, erigiu auto-imagem de homem de letras e, depois de tentativas seguidas de consolidação da imagem, obteve respaldos significativos de planejamento mnemônico em que se alçou ao centro das atenções do grupo, do subgrupo ou de uma ramificação.

A assinatura de Clóvis Bevilacqua assumira um peso importante. Após discorrer sobre as capacidades intelectuais e os trabalhos do jurista cearense, Theodoro Figueira de Almeida, em carta de 18 de janeiro de 1909, solicita seu apoio para publicar um estudo de direito internacional, pois o remetente considerava a imprensa “demaziado severa e até mesmo grosseira no julgamento daqueles que começam sem o bafejo dos sindicatos literários...”.

A possível anuência constitui um poder simbólico em que as alianças ascendem ou não: legitimam ou abalam o reconhecimento intelectual de grupos ou pessoas. Theodoro Figueira de Almeida sentiu-se contrariado porque seu estudo de direito internacional houvera sido contestado por um professor da Faculdade Livre de Direito. Não aceitava tal afronta porque o trabalho, lido na

presença de Silvio Romero, não sofrera intervenções, questionamentos ou críticas.

Sem poder publicar seu contra-ataque na revista acadêmica devido ao encerramento do período letivo, procura Bevilaqua no intuito de publicá-lo na imprensa sob seus auspícios. Assim, constrói-se uma voz no campo intelectual, arruína-se outra. Legitima-se e marginaliza-se ao mesmo tempo.

O envio de cartas e livros é uma estratégia constantemente usada como maneira de expansão do relacionamento, uma busca incessante de se fazer ver, de se fazer ouvir, de ser aceito.

O Modernismo já estava introduzido no cenário brasileiro quando Antônio Rangel de Souza enviou, em 15 de julho de 1926, uma carta e um livro de poesias de sua autoria ao jurisconsulto, pedindo-lhe opinião da qualidade literária que deveria ser enviada ao endereço do remetente, uma vez que a obra seria o “trabalho com que procuro penetrar os humbraes das letras fluminenses”. O respaldo mais uma vez legitimaria – não necessariamente incluiria – um nome no campo literário.

Recebendo um livro de autoria de Bevilaqua, Levi Carneiro desmancha-se em afabilidades à pessoa do jurista, mas não aponta qualidades ou defeitos na obra. Seu objetivo? Obter o compromisso de proferir uma palestra.

“Quanto á conferência, qualquer assumpto, versado pela sua palavra, servirá aos meus intuitos. Sem fixar uma preferência, lembro-me de que, no anno passado, a sua escolha vacillou, por um momento, entre o Direito Subjectivo e o Estado. Este ultimo thema preoccupa-me muito, e muito me admiro de que, se me não engano, ninguém o haja tratado ainda entre nós nestes últimos tempos, em que elle assumio uma importância empolgante. Pelo meo egoísmo, gostaria muito de ouvir a sua critica ás theorias que a agitação política da Europa tem inspirado... Mas, não me agradaria menos, pode ter certeza, ouvi-la sobre qualquer outro assumpto mais ligado a suas cogitações actuaes”.

Importante manter-se ligado ao grupo intelectual, movimentar-se nele, legitimar-se e interagir com outros grupos. A intervenção dos membros exteriorizava-se por palestras tratando dos mais diversos assuntos, de trocas de favores e de livros, de envio de textos, sempre pautados pela atenção inerente aos afagos necessários.

Os pareceres jurídicos de Bevilaqua não se limitavam a questões meramente burocráticas. Consolidavam sua rede de amizades, como é o caso de carta enviada ao crítico literário José Veríssimo, em junho de 1910, comentando a mudança de regime jurídico após a anexação do Acre pelo Brasil. O trabalho saiu inteiramente livre de honorários.

“Estou sempre as suas ordens. Pode, sem constrangimento, satisfazer ao pedido dos amigos que estão nos estados, quando de mim depender qualquer coisa que lhes possa ser útil”.

O número de pedidos de votos na Academia Brasileira de Letras é tão regular quanto o número de pedidos de pareceres jurídicos.

As primeiras décadas do século XX seriam marcadas por discussões em torno da legitimidade de posicionar intelectualmente os rumos do país. Surgem, nesse período, os embates entre os “homens de letras” e os “homens de ciência”.

A definição e a divisão da elite letrada do país ocorrem entre 1910 e 1950, quando as ciências sociais tomam forma, definindo os limites entre os espaços literários e os científicos, daí ensaiando a padronização entre os “homens de letras” e os “homens de ciência”³³.

As polêmicas se intensificaram. Médicos, botânicos e cientistas em geral tinham sua entrada na Academia Brasileira de Letras questionada por pertencerem ao rol de “homens de ciência”

³³ Embora se enquadrasse tanto entre os homens de ciência quanto entre os de letras, Bevilaqua se aproximava mais do paradigma destes em decorrência de seu trabalho voltado ao Direito, sua colaboração na imprensa, sua atividade política sem, no entanto, abandonar suas concepções científicas, como a defesa da sociologia, manifestada em livros e palestras.

e, por isso, não compatibilizariam as atividades inerentes aos “homens de letras”.

Os “homens de letras”, por sua vez, tinham seu papel questionado pelos “homens de ciência”, que enfatizavam o desenvolvimento da nação respaldada pela ação de intelectuais que buscassem o progresso científico o que, na prática, os literatos não poderiam fazer porque afastavam-se dos problemas urgentes do país, perdendo-se em devaneios.

“Ao contrário da visão idealizada de intelectuais que se mantinham reclusos em gabinetes dedicados somente à leitura e ao estudo, criava-se uma postura de “homens de letras”, marcada justamente pelas vias de sociabilidade intelectual. Não era a qualidade de letrado que estabelecia as estratégias de sociabilidade, mas, ao contrário, era exatamente a participação na sociedade dos “homens de letras” que definia a condição do letrado. A convivência fundada nos salões, nos cafés, nas conversas entre os intelectuais era absolutamente necessária e fundamental, pois a condição de “homem de letras” se acomoda mal à solidão e ao afastamento de sua “república”. Um intelectual totalmente solitário isola-se do mundo e perde uma das referências básicas de sua condição, a possibilidade de intercâmbio e de aprofundamento de suas idéias”. (VENANCIO, 2003, p. 29-30)

Os “homens de ciência” igualmente se movimentaram e buscaram desenvolver centros de pesquisa e de ensino em que se discutissem alternativas científicas para o país. As escolas de medicina e de direito e os museus etnológicos que se fundaram, davam o tom dos espaços criados para tal discussão científica.

Constar do rol de conhecidos de Clóvis Bevilacqua, ao mesmo tempo “homem de letras” (porque ocupava cadeira na Academia Brasileira de Letras, escrevia livros, artigos e textos jornalísticos) e “homem de ciência” (dedicado ao direito, às ciências sociais e ao magistério), consistia em estratégia de ocupar um espaço nas letras, nas ciências ou, numa tentativa mais ousada, em ambas as áreas.

A entrada na Academia Brasileira de Letras poderia ser o primeiro passo. Não faltavam cartas de pedidos de votos ou de apoio e, como em qualquer situação política, os candidatos buscavam adesões entre os acadêmicos-eleitores sem mencionar, em alguns casos, que espécie de contribuição deram às letras.

Em carta de 4 de fevereiro de 1944, Tasso da Silveira³⁴ escreve ao jurista informando de sua candidatura à vaga aberta pela morte de Fernando Magalhães. Nos argumentos arrolados, destaca os esforços despendidos ao longo da vida, mas não cita suas eventuais obras, nem como elas acrescentaram algum conhecimento, ou ao campo literário ou ao campo científico. Por outro lado, aposta nas artimanhas carismáticas, adjetivando de maneira excelsa o caráter do jurista.

“Rio, 4 de Fevereiro de 1944.

Insigne Mestre,

Dr. Clóvis Bevilacqua:

Venho dizer-lhe, humilimamente, quasi em tom de confissão, que me candidatei a Academia Brasileira, na vaga do ilustre polígrafo e homem de ciência Dr. Fernando Magalhães. Queria, nestas circunstâncias, poder acordar o interesse do Mestre insigne para o meu nome e minha obra. Esforço obscuro de uma vida inteira, essa obra talvez tenha um sentido de infatigável devotamento às letras e ao espírito.

Perdoe a temeridade, e creia na alta veneração do seu Discípulo e amigo,
Tasso da Silveira”.

Um lugar na Academia Brasileira de Letras não representava apenas um reconhecimento intelectual. Os artifícios políticos aplicados nos resultados das votações ofereciam ao eleito reforço financeiro, publicação de livros, participação em bancas de concursos literários, viagens, aulas ministradas em universidades estrangeiras, postos culturais em embaixadas.

³⁴ Tasso da Silveira (1895-1968) – Formado em Direito, poeta, jornalista, professor, ensaísta, romancista, dramaturgo. Integrou grupo de literatos entre os quais encontrava-se Cecília Meireles.

Ainda incipiente no começo do Século XX, a Academia Brasileira de Letras despertava a cobiça de quem desejava deslanchar a carreira literária ou intelectual. Em 1909, 35 anos antes da carta acima transcrita, Bevilaqua recebia pedidos e agradecimentos por apoio a candidato.

“Bahia, 18 Novº 1909.

Caríssimo amº dr.

Clovis

É impossível que a nossa amizade tenha mais terreno para se distender as depois da latitude alcançada com o seu rasgo de generosidade tributado a mim no seu postal ultimo, em que me dá a certeza de seu voto para minha entrada na Academia, o que sucederia ainda sucesso que pertencia porque tinha a certeza, diante das informações dos amigos e irmãos do mesmo Afrânio, de que este não era candidato, porquanto dizia que pretendia escrever ainda o livro seu que tal faria. Mas, agora, sou candidato e ele o foi, relativamente, depois de mim. A amizade que tenho ao autor de Rosa Mystica, priva-me que eu faça o confronto dessas personalidades literárias. Os amigos que a façam. [ininteligível] não lhe tivesse pedido. Esta generosa afirmativa que escravisa-me e deixa confuso para que não ache eu os termos com que lhe deva manifestar minha gratidão. Perdõe, portanto, si não sei agradecer seu rasgo de extrema bondade.

Competirei com o Afrânio Peixoto, meu amigo, meu companheiro de escola symbolica, onde o deixei e passei adiante”.

Essa extensão dos pedidos e das trocas de favores, manifestada em pareceres jurídicos e em apoios a candidaturas na Academia Brasileira de Letras, aumentaria a sociabilidade do jurista e permitiria, utilizando-se daquilo a que Branner chama de segunda estratégia de consolidação da produção de conhecimento a distância: a troca de favores entre intelectuais.

Percebe-se a troca de favores nas cartas recebidas por Clóvis Bevilaqua, que solicitavam ou agradeciam artigos escritos e enviados por ele para revistas de divulgação científica ou periódicos de entretenimento.

Em uma época em que se embatiam “homens de letras” e “homens de ciência”, as mulheres ainda não eram totalmente

aceitas nos âmbitos dos debates, não se excetuando nem mesmo a Academia Brasileira de Letras, à qual Amélia, esposa de Bevilaqua, tentou concorrer sem êxito.

Os amigos mais próximos – e a sociedade carioca – sabiam das práticas literárias de Dona Amélia que, juntamente com o marido, chegou a dirigir uma pequena revista. Sua recusa à Academia abalou razoavelmente a conduta de Bevilaqua, que deixou de participar ativamente das sessões dos imortais.

Uma estratégia para conseguir a colaboração de Bevilaqua em periódicos de entretenimento talvez passasse pela atenção dada à esposa, como pensou o diretor da Revista Novíssima, cujo *slogan* era “arte, sciencia, literatura, política e sociedade”.

“Exmº. Sr. Dr. Clovis Bevilaqua

Meu respeitável mestre

Tenho a imensa satisfação de apresentar a V. Exa. e a V. Exma. Família a melhor somma dos meus sinceros respeitos. Remetto a V. Exa. Um exemplar do ultimo numero da revista por mim dirigida aqui no Rio.

“Novissima” desejava, com vivo empenho, obter a collaboração do nobre mestre e da Exma. Sra. D. Amélia, afim de emprestar ás suas páginas os fulgores que lhes estão faltando. Sei que V. Exa. acabou de escrever uma preciosa monographia sobre Kant. Poderia “Novíssima” merecer a primasia de publicar em suas páginas esse importante trabalho? Sobre o grande sábio allemão é intuito meu publicar um número especial de “Novíssima” por ocasião de seu bi-centenário, agora em abril. O trabalho de V. Exa, poderia ser o monumento maior dessa edição comemorativa. Terei o cuidado de enviar a V. Exa. as provas typographicas, de modo a evitar aborrecimento, pela má revisão possível. Peço a V. Exa. também o ultimo retrato e o de Exma. Sra. D. Amélia, de quem espero merecer, ou um trabalho literário, ou uma entrevista sobre o movimento emancipador dos direitos feminino no Brasil. Isso, si a gloriosa escriptora não preferir outro assumpto, que todos serão por ella tratados com o brilho peculiar de penas privilegiadas.

Creia V. Exa. que há em mim um inalterável respeito pelo nome de V. Exa., grande não só pelos fulgores do intellecto creador, como também pela dimensão de um character modelar, enfeitado de virtudes invejáveis.

Menor servo,

Bittencourt de Sá”.

Os pedidos de colaboração não cessam. Tornam-se intimistas com o tempo. Acompanham-nos livros de autores estreantes, em nome de quem se pede publicidade.

Em carta de 3 de setembro de 1932, os editores da “Revista dos Tribunaes”, sediada na Bahia, noticiam o falecimento do pai, editor da publicação, e o compromisso dos filhos de levarem a empreitada adiante. Pedem a colaboração de Bevilacqua, informando-o de que, em um de seus exemplares, publicaram seu “Credo político-jurídico”.

Nove anos depois, em carta de 13 de novembro de 1941, os mesmo editores notificam o sucesso do periódico, ressaltando a publicação da jurisprudência do Tribunal de Apelação da Bahia.

“Outro assumpto: O meu jovem e intelligente collega Dr. Nelson de Souza Sampaio acaba de publicar um interessante livro sobre “Democracia”, e, a meu conselho, remetteu um exemplar offerecido por elle ao grande civilista brasileiro, que é, o nosso eminente ami^o e mestre. O livro é digno de leitura, e se o destinatário quizer escrever algumas impressões sobre o mesmo, para serem publicadas, terei muito prazer se escolher a nossa “Revista dos tribunaes” para aqui divulgal-as. Será um incentivo para o meu jovem e talentoso collega e amigo, que eu muito agradecerei”.

O círculo de legitimação de escritores, colaboradores, profissionais e intelectuais acontecia por meio de apoios ou ajustes velados ou explícitos. Os fragmentos demonstram como, em primeiro lugar, a Revista Novíssima solicita a colaboração de Clóvis, especialmente a permissão para publicação de sua monografia sobre Kant, dando maior visibilidade ao trabalho filosófico do jurista e abrindo espaço para colaboração de sua esposa.

No segundo trecho, a solicitação do editor salienta seu trabalho em prol do país, mas não se escusa, nove anos depois da primeira carta arquivada na correspondência do jurista, em pedir a leitura do livro de um amigo, cuja resenha, eventualmente escrita

por Bevilaqua, seria publicada prontamente. A revista buscava consolidação da qualidade de seus artigos e de seus colaboradores.

Seguindo esse raciocínio de legitimação, de circulação de idéias e de livros como ferramenta de divulgação e de possíveis alianças, Clóvis Bevilaqua resenha livros jurídicos recebidos de amigos, conhecidos, admiradores ou profissionais em busca de divulgação ou, em segundo plano, de reconhecimento.

“Rio – 10 de Dezembro de 1915.
Ilustrado jurista Dr. Clovis Bevilaqua.
Meus respeitosos cumprimentos.
Acabo de receber um exemplar da revista que tão brilhantemente dirigis, juntamente com a vossa illustre e Exma. esposa., tendo o grato prazer de ver meu livro sobre Dto Penal Militar, apreciado pela vossa douta pessoa.
Fico-vos em extremo, não só pelas bondosas expressões com que recebeu o meu modesto esforço em prol de tão arida ramificação do direito, como, ainda, pelo facto de partir tão honroso conceito d’um dos jurisconsultos que mais tem enriquecido a litteratura jurídica pátria.
Esperando ter em breve, a satisfação de vos agradecer pessoalmente, o que, no momento, não me é possível, reitero-vos os sinceros protestos de minha funda admiração e distinta consideração”.

Do INVENTÁRIO (1999, p. 42) do Acervo Clóvis Bevilaqua constam 50 folhetos, 120 periódicos e 150 impressos definidos como “outros”. Desconhecemos se entre os cento e cinquenta impressos ou na seção “outros” poderíamos encontrar exemplares da revista dirigida por Bevilaqua e sua esposa, que poderiam nos dar pistas de que números circularam, por quanto tempo, quem se responsabilizava pela produção executiva (quem escrevia, quais os temas abordados, quais mensagens eram transmitidas ao leitor, como se dava sua recepção, que efeitos causava, como se mantinha financeiramente).

Prejudicada fica a possibilidade de, por meio de cartas e da revista dirigida pelo casal, verificar as estratégias de trocas de

favores intelectuais, de tutela intelectual e de produção de conhecimentos a distância, enfocando as três estratégias lançadas por Branner como (a) os homens-instituição, entendidos como líderes de instituições dotadas de poderes estatais ou de estudos científicos, (b) as trocas de favores, em que intelectuais independentemente das instituições a que pertencessem colaborariam na divulgação de obras ou situações semelhantes, e (c) o trabalho de profissionais menos notórios, intelectuais ou técnicos que, sem trânsito em instituições ou em grandes centros literários, culturais ou de pesquisa, colaborariam para que a revista deslanchasse efetuando, invariavelmente, o trabalho burocrático, executivo e menos visível.

A troca de favores na esfera privada repercutiria no âmbito público? Quais os limites entre público e privado na República pretendida pelos intelectuais? Qual seu papel na difusão e na consolidação de anseios republicanos? Como o jurista Clóvis Bevilacqua pensaria nas questões públicas, na democracia e na descentralização de poder almejada por vários adeptos da República?

As discussões entre público e privado extrapolam os limites geográficos, ignoram as diferenças culturais e vêm na miséria um dos principais resultados da confusão entre os dois conceitos, em que os elementos paritários cedem espaço aos recursos de imposição.

As relações de troca de livros, de pedidos de publicação de artigos, de monografias, de prefácios, de elogios ao caráter do jurista em gesto de cordialidade configuraram estratégias de divulgação – realizadas na maioria das vezes em que se praticou a circulação de textos –, de legitimação intelectual, social e política e de estreitamento dos laços fraternos.

Que relações Bevilacqua manteria com seus correspondentes, além das trocas afetivas, políticas, jurídicas e intelectuais constantes de sua correspondência passiva? Com que frequência se correspondiam? Quem seriam seus discípulos? Quem ele

elegeria mestre de uma geração? Que imagem pretendia construir?

GONTIJO (2004, p.170) acredita que o número expressivo de cartas recebidas e enviadas por Capistrano de Abreu permitiu sua fixação no cenário intelectual graças à rede de sociabilidade firmada, da qual despontava uma imensa gama de profissionais preocupados com a discussão da História do Brasil³⁵.

Nas cartas ao paulista Paulo Prado, iniciadas evocando o amigo, Capistrano tratava de assuntos relacionados a dinheiro para sua manutenção e a de seus projetos, inclusive indicando amigos que necessitavam de auxílio financeiro pessoal (indicação de cargos) ou intelectual (financiamento para publicação de livros).

A amizade entre ambos se manteve em encontros eventuais. Numa de suas cartas, Paulo convida o historiador para um passeio pela Europa. Capistrano recusaria o convite, assim como Paulo aparentemente recusaria o oferecimento de uma viagem automobilística ao Nordeste, em um veículo apinhado de personalidades diplomáticas e literárias.

Os detalhes da vida de Capistrano de Abreu, resgatados de sua correspondência, são possíveis em função dos esforços do historiador José Honório Rodrigues. O historiador português João Lúcio Azevedo doou as cartas que possuía à Biblioteca Nacional, autorizando sua publicação. Além disso, cada um dos treze destinatários a quem Capistrano mais escreveu guardava pelo menos vinte cartas (GONTIJO, 2004, p. 170).

³⁵ “Seus correspondentes identificados são engenheiros, bacharéis em direito, médicos, professores, militares, diplomatas, políticos, literatos, etnólogos, etnógrafos, geólogos, religiosos, estudiosos da história e das línguas e costumes indígenas, sendo que, na época, mais de um desses termos frequentemente serviam para indicar um único missivista. São cartas escritas a parentes próximos (os filhos do historiador); a amigos íntimos, entre os quais ex-alunos, colaboradores de pesquisa, amantes da história, eruditos etc., destacando-se uma amiga, Cecília, casada com um de seus correspondentes, Assis Brasil; e outros, aparentemente não tão íntimos. Também há cartas para personalidades importantes da época, como o poderoso Barão do Rio Branco. O conteúdo apresenta aspectos da vida em família do historiador, de suas relações de amizade e de inimizade, comentários de viagens, opiniões sobre acontecimentos da época, pedidos, críticas, relatos de problemas cotidianos e íntimos etc”. (GONTIJO, 2004, p. 170)

No caso de Bevilaqua, o Inventário do Memorial do Judiciário Cearense, bem como as informações disponíveis na sede física do órgão, não explica claramente a procedência da correspondência ativa, o que abre possibilidade para pensar na cópia das missivas pelo jurista ou por alguém incumbido da tarefa por ele. Embora consagrado no âmbito jurídico brasileiro, bem provável que o próprio jurista transcrevesse sua correspondência ativa, uma vez que a família não dispunha de empregados domésticos e, quando ausente do trabalho no Ministério das Relações Exteriores, atendia em seu escritório-biblioteca no número 506 da Barão de Mesquita, conforme comprovam seus papéis timbrados.

No Rio de Janeiro, onde passou predominantemente sua maturidade, assegurou uma amizade de seis anos com José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão de Rio Branco, interrompida pela morte do chanceler em 1912.

Logo, o vínculo de trabalho entre o jurista e o diplomata, entre 1906 e 1912, transpôs as formalidades profissionais. Em poucos anos, o consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores aproximava-se de um dos auxiliares mais importantes da República.

Em carta de 20 de outubro de 1907, Rio Branco solicita o comparecimento de Bevilaqua à sede da instituição, a fim de solucionar uma controvérsia.

“Exmo. Amigo e Sr. Dr. Clóvis Bevilaqua:
Estou hoje na Secretaria *mas oculto para todos* – trabalhando. Desejaria muito que V. Exa. pudesse aparecer antes de 1 hora para que falemos sobre umas reclamações inglesas que acabam de chegar.
Hão de lhe dizer que não estou na casa, mas peço-lhe que insista dizendo que eu lhe escrevi e preciso falar-lhe...
Faço esta prevenção porque o pessoal de contínuos e serventes (ilegível) e a ordem para que o execute poder chegar ao conhecimento de todos.
Com a mais particular estima de V. Exa. muito atento, amigo, obrigado e criado Rio Branco”.

Doze dias antes da carta acima transcrita, deixaria de lado os trejeitos formais e as requisições profissionais.

“Terça-feira, 8-10-1907

Hoje, às 7hrs. em ponto, jantam aqui na Secretaria os membros da comissão de estudantes de São Paulo que quiserem acompanhar-me. Os outros convivas serão o diretor geral, senhores oficiais de gabinete, Gastão da Cunha, Afonso Arinos e meus filhos.

Rogo a V. Exa. e a sua Senhora o favor de honrarem com sua presença o jantar íntimo. Depois iremos à conferência do Ferraro.

Desejo que os rapazes da Faculdade dêem aos seus companheiros a notícia de que viram nesta Casa o Mestre do Norte.

Do admor. Amigo obrgº Rio Branco”.

As missivas disponíveis em arquivos públicos assim como as reunidas por alguns de seus biógrafos – como BRANDÃO (1989) e MEIRA (1990) – dificilmente se apresentam em conjunto de pergunta e resposta.

Confrontando alguns dos fragmentos da correspondência de Bevilaqua agrupados por BRANDÃO e por MEIRA, obtivemos uma das poucas missivas em que se concebe um percurso sem ruídos na comunicação entre emissor e receptor.

Considerando a resposta de Bevilaqua em 17 de março de 1908, situamos a correspondência sem data do Barão do Rio Branco no primeiro trimestre desse mesmo ano.

Rio Branco trata de assuntos que se encaixam ao mesmo tempo na esfera política e administrativa: escolha de nomes para composição de um grupo de magistrados brasileiros para atuar na jurisdição internacional.

Os países indicam horizontalmente os nomes de juristas para solucionar contendas entre eles.

“Por proposta minha, o Presidente resolveu que os Árbitros da Corte no Tribunal Permanente de Arbitragem criado em 1899 sejam V. Exa. e os Conselheiros Lafaiete Pereira, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco.

Como se sabe, os árbitros podem residir no seu país e só devem ir a Haia quando escolhidos por dois Governos estrangeiros.

Rogo o favor de me dizer...antes do meio-dia quais as obras de Direito do Conselheiro Lafaiete que posso citar na notícia que vou telegrafar para Haia – título numerado, volumes e data da publicação. Sempre de V. Exa. Atento, amigo, admirador, obrigado. Rio Branco”. (BRANDÃO, 1989, p. 30)

Mesmo indicado para participar de delegações de congressos e de trabalhos jurídicos internacionais, sua recusa permanece inalterada, sempre agradecendo a lembrança e o reconhecimento, porém opondo-se à possibilidade de deixar o país.

“Rio 17 de março de 1908.

Exmo. Sr. Barão do Rio Branco

Respeitosas saudações

Acabo de receber o fascículo I-II do Clubet, 1908, onde, à pag. 214, vem o commentario da Redacção sobre a sentença da Corte de Appellação belga, no caso referente ao Estado da Bahia... São poucas linhas das quaes eu transcrevo as seguintes:

Exmo. Sr. Barão do Rio Branco

Respeitosas saudações

Acabo de chegar em casa onde encontrei uma carta de V. Exa. Devo começar pedindo-lhe desculpas por não ter podido responder com a presteza pedida a honrosa carta a que me refiro. Contra os meus hábitos, sahi hoje antes do almoço, do que resultou não me ter encontrado o portador de V. Exa.

Em segundo lugar, cumpre-me agradecer a V. Exa. a honrosa lembrança que teve de meu obscuro nome, collocando-o de par com tam altos representantes da intellectuallidade brasileira.

Por último, passo a indicar as obras capitães do conselheiro Lafayette:

Direitos de Família, cuja primeira edição é de 1869 – e a segunda não sei si de 1890. Um volume.

Direitos das cousas, 1ª edição em dois vols., de 1877; 2ª edição em um só vol., de Jacintho Ribeiro. Não me recordo da data que é mais ou menos recente.

Princípios de Direito Internacional. 2 vols., 1902.

São estas as obras de valor real. Sob o pseudonymo de Labieno, escreveu um trabalho crítica (ilegível) que nos não deve interessar p^a o caso e que, aliás, é obra sem valor.

Os seus trabalhos no ministério são dignos de apreço. Devemos-lhe o regulamento de 27 de julho de 1878 que entre nós normalizou a execução das sentenças cíveis dos tribunais estrangeiros, dando-lhes orientação moderna. A exposição de motivos q. acompanha esse regulamento é concisa, mas luminosa.

Não tem o mesmo valor, mas merece menção o dec. N. 6934 de 8 de Junho de 1878, que regula a competência dos tribunais e a torna do processo nos crimes commettidos em pais estrangeiro contra o Brasil e os brasileiros.

O que fez na Conferência de Washington, sabe V. Exa. melhor do q. eu.

Nada mais sei a respeito.

De V. Exa. am^o e sincero admirador.

Clovis Bevilacqua". (MEIRA, 1990, p. 219-220)

As alegações em prol de sentimento telúrico inefável tomavam um rumo extemporâneo. Assim acontece em janeiro de 1911, conforme fragmento de correspondência igualmente endereçada ao Barão do Rio Branco.

"Sou muito grato a V. Exa. pela honra com que me distinguiu, convidando-me para delegado do Brasil na Junta de jurisconsultos americanos, que tem de elaborar os projetos de código internacional público e privado. A distinção me desvanece sobre modo, principalmente por ter dado V. Exa., no convite, a feição de um pedido pessoal. Para não corresponder à gentileza de V. Exa. são necessárias razões irremovíveis. Estas, infelizmente, existem, além da minha absoluta inaptidão para funcionar em corpos deliberativos da importância da junta de jurisconsultos, que se há de reunir em Maio, além da minha organização moral, que só me permite os trabalhos de gabinete, ando doente, necessitado de repouso, tanto que era intenção minha pedir três meses de licença, logo que terminasse a publicação do meu *direito público internacional*, cujo primeiro volume já está impresso, estando o segundo a sofrer as ultimas correções typographicas.

Espero, todavia, que V., aceitará, com as minhas excusas, o offercimento, que faço, para quaesquer trabalhos particulares, que, por ventura, sejam necessários antes ou depois da reunião da junta. E assim, terei, ao menos em parte, correspondido ao

appelo honroso de V. Exa., de que sou admirador sincero e am^o agradecido”.

A aversão a viagens internacionais e ao trabalho em grupo se manifestaria em carta de 23 de junho de 1906, quando Bevilaqua, antes de tomar posse no Ministério das Relações Exteriores, lecionava na Faculdade de Direito do Recife.

Das terras nausseanas partiriam uma nova recusa e a aceitação do cargo no Ministério.

“Telegraphei hontem a V. Exa. agradecendo a distincção com que V. Exa. e o Exmo. Snr. Presidente da Republica me honraram, convidando-me para tomar parte no Congresso Panamericano, como delegado do Brasil. Infelizmente a minha índole, os meus hábitos e um conjunto de circunstâncias, que me são peculiares, impedem-me de aceitar tam honroso convite, e de, no posto que me era designado, prestar à causa do Brasil os serviços que estivessem na altura de minhas forças, aliás exíguas. Como, porém, o Governo se lembrou de mim para as funcções de consultor jurídico do Ministério das relações exteriores, si houver oportunidade e V. Exa. achar necessário, poderei, nessa qualidade, dar o meu contingente para uma obra que reputo de alta importância para os destinos de toda a América e que há de ter forçosamente repercussão no conjunto da cultura occidental.

Pelo que dizem os jornaes d’aqui, deve ter sido approvada hontem, pelo Senado, a designação do Dr. Amaro Cavalcanti para o Supremo Tribunal Federal, circumstancia da qual dependia, segundo telegrama de V. Exa., a minha nomeação para o cargo de consultor jurídico do Ministérios das relações exteriores. Aguardo, pois, as ordens de V. Exa., e pelo que me toca, supponho estar em condições se seguir daqui no vapor que passa a 16 ou 17 de julho. É com o mais subido respeito que me subscrevo”.

Até mesmo Rui Barbosa, com quem Bevilaqua contendera por mais de uma década sobre querelas jurídicas e composições sintáticas e semânticas do Código Civil de 1916, enviou-lhe um

cartão cordial no qual agradecia o oferecimento de um livro em julho de 1908.

“Sumamente penhorado o obséquo do exemplar com que m’o mimoseou, do seu livro a ‘Teoria Geral do Direito Civil’ que já tinha a satisfação de conhecer e ter em elevada estima”.(BRANDÃO, 1989, p. 32)

A permuta de livros, de artigos, de recortes de jornais e de revistas, continuaria intensamente, constituindo um procedimento costumeiro entre os homens de letras.

Tal procedimento era usado largamente. Enviou ou recebeu exemplares de Phaelante da Câmara, professor coetâneo da Faculdade de Direito do Recife, historiador Rocha Pombo, professor Spencer Vampré, desembargador e professor Carlos Xavier, acadêmico Aluizio Picanço, amigo e advogado Macário Picanço, dos juristas Almáchio Diniz e Levi Carneiro, Ministro Carvalho de Mendonça.

BRANDÃO confirma o envio de duas cartas a Macário Picanço, porém não esclarece se constavam do arquivo privado da família ou de um manuscrito de biografia sobre Bevilaqua, de lavra de Picanço, possivelmente publicada em 1935, pela Livraria Editora, com o título *Clóvis Bevilaqua, sua vida e sua obra*.

Os fragmentos de uma das cartas evidenciam a gratidão pela biografia mencionada.

“Meu caro amigo Macário Picanço:
Ao terminar a leitura do manuscrito que você consagrou à minha vida de trabalho em prol das letras jurídicas, em nosso país, dois sentimentos me empolgaram o espírito. Um que lhe diz respeito, é a admiração sincera pela sua capacidade mental, ao mesmo tempo grave e entusiasta, enriquecida por leitura intensa e vária, tenaz na investigação e segura nos conceitos... Outro foi a emoção, que me produziu o fato de ser objeto de longo e substancioso estudo, por um moço do seu valor intelectual. É sentimento complexo. Avulta nele,

destacando-se, o impulso muito simpático de agradecimento, que há de perdurar, indefinidamente, sempre vivaz”. (BRANDÃO, p. 1989, p. 35)

O estilo de Bevilaqua orienta-se pela linguagem serena, pela diplomacia na crítica aos livros eventualmente recebidos de escritores - companheiros, colegas, conhecidos ou amigos.

Na correspondência trocada entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel, CASSAL (2002, p. 85-91) discorre sobre a franqueza com o que o primeiro tratava tanto das suas quanto das obras de amigos. Ferino e cortante, Lobato afirma que, apesar do louvor de intelectuais e críticos literários quanto a determinadas obras, ele e a esposa não conseguem captar a genialidade de alguns escritores. Adiante, aludindo à análise do crítico literário Fábio Lucas sobre a prática de crítica literária de Lobato, CASSAL (2002, p. 91-92) informa que o estilo é caracterizado pela “formulação de juízos de valor; interpretação predominantemente estilística, comparativismo e grande espírito de síntese”. As mesmas fontes da pesquisa de CASSAL, acrescidas de algumas outras, utilizadas por LUCA (2004, p. 156-158), demonstram a franqueza de Lobato com seus correspondentes. Sinceridade até contra articulações políticas de grupos de amigos, como os do sociólogo Oliveira Vianna (VENANCIO, 2004, p. 130-134).

A linguagem serena pressupõe um procedimento baseado na conversão permanente da condição de remetente em destinatário e de destinatário em remetente de modo que, em situações posteriores, a advertência proferida no diálogo ou a crítica em forma de ensinamento registre um acordo tácito de reciprocidade praticado na transformação intermitente de situações cotidianas.

A finalidade desse acordo tácito pode se averiguar tanto na condução de assuntos pessoais quanto na de profissionais (textos científicos, críticas literárias e artigos desfavoráveis publicados na imprensa, formação de grupos intelectuais).

“A carta que é enviada para auxiliar o seu correspondente – aconselhá-lo, exortá-lo, admoestá-lo, consolá-lo – constitui, para o escritor, uma maneira de se treinar: tal como os soldados se exercitam no manejo das armas em tempo de paz, também os conselhos que são dados aos outros na medida da urgência da sua situação constituem uma maneira de se preparar a si próprio para eventualidade semelhante”. (FOUCAULT, 1997, p. 147)

O procedimento de orientar, aconselhar, incentivar ou advertir surte efeitos no destinatário que, obedecendo suas limitações pessoais (intelectuais, psicológicas, religiosas) e após uma leitura missivista freqüente e metódica, estronda a barreira da verticalidade e constrói a ponte da horizontalidade.

Por essa ponte, o destinatário, inicialmente na condição de receptor, altera sua condição. Remetente, aconselha, incentiva, admoesta ao novo destinatário.

A essa transferência entre os estados de emissor-remetente e de receptor-destinatário, guiada pela capacidade de orientação e de críticas, dá-se o nome de Conselho Equitativo, que permite a igualdade mediante a prática discursiva escrita, a recepção do conteúdo e a produção de procedimentos idênticos ao do emissor.

A igualdade consolida-se pela sistematicidade da correspondência, suporte de aproximação, de intimidade, de confidencialidade. Tanto remetente quanto destinatário transformam-se em leitores de um código particular fechado que descodifica os gritos permanentes de socorro.

Porém, uma carta significa mais do que um amontoado de letras e informações cotidianas, de uma solicitação de socorro ou de orientação, de paliativos de carinho ou de solidariedade. A correspondência transcende os limites burocráticos e ordinários, a preparação do espírito alheio, numa conversa inicial, e do espírito próprio, em eventualidade futura.

“É algo mais do que um adestramento de si próprio pela escrita, por intermédio dos conselhos e opiniões que se dão ao outro: ela constitui também uma certa maneira de cada um se manifestar a si próprio e aos outros. A carta faz o escritor ‘presente’ àquele a quem a dirige. E presente não apenas pelas informações que lhe dá acerca da sua vida, das suas actividades, dos seus sucessos e fracassos, das suas venturas ou infortúnios; presente de uma espécie de presença imediata e quase física. (...)

Escrever é pois ‘mostrar-se’, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro. E deve-se entender por tal que a carta é simultaneamente um olhar que se volve para o destinatário (por meio da missiva que recebe, ele sente-se olhado) e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz. De certo modo, a carta proporciona um face-a-face”. (FOUCAULT, 1997, p. 149-150)

A reciprocidade transita da orientação ao exame quando a missiva projeta uma introspecção de onde saia uma análise, não apenas de si mesmo para o outro, mas principalmente uma análise de si, como maneira de se entender e, em seguida, de se fazer entender.

A compreensão da vida e das percepções do remetente-emissor que o destinatário tem surge do relato dos dias, em que se opta pela descrição do cotidiano, afastado das manifestações originais ou ortodoxamente diferentes do das outras pessoas, caracterizado pelas iniciativas tomadas para enfrentá-lo. A escolha dos caminhos é uma qualidade inserida na prática epistolar.

Considerando o campo de inserção do remetente ou do destinatário, os enfrentamentos do cotidiano transformam as relações verticais em horizontais, substituindo a ordem no discurso pelo diálogo no discurso.

Em *Rui Barbosa e a razão clientelista*, José Murilo de Carvalho analisa a correspondência passiva de Rui Barbosa durante sua permanência no Ministério da Fazenda do primeiro governo republicano. Da correspondência examinada, o historiador demonstra que cerca de 40% dos remetentes faziam pedidos de alguma espécie. À correspondência destinada ao

atendimento de pedidos em benefício próprio, denominou Patronato. No Patronato, desdobrou-se uma nova modalidade a que chamou Filhotismo, consistente em solicitações para terceiros. Tomamos emprestado de CARVALHO sua acepção de Patronato para intitular nosso segundo grupo temático de cartas, em que se encontram pedidos dos mais diversos.

A iniciativa de pedir em nome próprio ou de recorrer a figuras acessíveis que defendessem seus interesses se dava segundo o poder simbólico de que cada um dispunha. Quem o tinha mais, buscava diretamente. Quem o tinha menos ou simplesmente não o possuía, valia-se de terceiros e de estratégias.

“Pedidos em benefício de outros constituíam os famosos empenhos, condenados por todos, praticados por todos. A decisão de se dirigir diretamente a Rui ou fazê-lo por intermédio de outro dependia do cálculo de cada um. Quem se julgava com trunfos suficientes, fazia o pedido diretamente. Do contrário, socorria-se de alguém que os tivesse. O alto número de empenhos indica que o patronato era elemento importante no exercício do poder, esperado pelos favorecidos, aceito pelos que exerciam.”
(CARVALHO, 2008)

Estratégias de sociabilidade transformavam-se em atitudes práticas. O crítico literário Silvio Romero, que já elogiara livro de Bevilacqua, volta a escrever-lhe 23 anos depois.

Em carta de 27 de maio de 1911, Romero não mais agradece livros ou sugere pautas de estudos. Faz um pedido: um emprego público para um amigo.

“Rio de Janeiro – 27 de maio de 1911.
Presado mestre e amigo,
Venho pedir-lhe um grande favor.
Como o senhor sabe, o Edgar deseja immensamente uma collocação aqui no Rio.

Para conseguil-a temos eu e papae envidado os maiores esforços, mas até o presente nada obtivemos a não ser promessas.

Fala-se agora que muito brevemente será feita uma reforma geral da polícia.

Muito obrigados lhe ficaríamos se o senhor tivesse a bondade de pedir ao Dr. Belisário Távora um lugar na secretaria d'aquella repartição.

Poderei contar ainda uma vez com o seu generoso auxílio?

Pelo correio enviei-lhe hontem, á tarde, o número do Diário de Notícias em que sahi o discurso de papae no Granbery. Recebeu-o?

Queira apresentar á Exma. Sra. D. Amélia e as senhoritas Florisa e Doris os mais amistosos cumprimentos Nhandã e meus e aceitar um estreitado abraço.

Do sempre (ininteligível) e am^o
Sylvio Romero”.

Embora pensemos em um recorte de correspondência, escritos e livros que pudessem distorcer a imagem pretendida pelos herdeiros do acervo de Clóvis Bevilaqua, a carta de Sylvio Romero corrobora a hipótese de circularidade intelectual (de livros e de artigos, por exemplo) como atividade facultativa de uma legitimação no círculo fraterno que excederia os limites intelectuais.

Romero mantém o hábito da prática de circularidade de documentos, enviando a Bevilaqua um recorte de jornal em que aparece o discurso do pai. Para encerrar sua missiva, dispõe de um relacionamento fraterno, tanto com o destinatário quanto com sua família, de modo que se despede com um “estreitado abraço”.

Clóvis Bevilaqua, em sua vida trespasada de elogios desferidos pela maioria de seus missivistas, também se socorreu de suas relações, utilizando-se de práticas idênticas às de Sylvio Romero.

Uma carta do gabinete do Ministro da Aviação responde ao seu pedido de emprego ao amigo Aderson Cavalcanti.

“Rio de Janeiro, 3 de julho de 1923.
Prezado amigo Dr. Clóvis Bevilaqua

Saudações cordiaes.

Em resposta á sua carta de 14 de junho próximo findo, cumpre-me informar-lhe que muito senti a dispensa do seu recomendado, Sr. Aderson Cavalcanti, motivada, exclusivamente, por se ter esgotado a verba da estrada de rodagem de Granja a Viçosa.

Não tendo podido evitar a dispensa, apesar de toda a minha boa vontade, desejo reparal-a o mais breve possível; convem, pois, que o Sr. Aderson me informe da existência de alguma vaga que possa pretender, para que eu me esforce, afim de lhe obter nova collocação.

Exposto, assim, o que se deu, com relação ao seu recomendado, espero continue a dispor do Am^o att^o ador”.

Assim como Romero vislumbrara em Bevilaqua um meio de empregar um amigo na administração pública, Bevilaqua buscara o Ministério da Viação para sua prática filhotista.

Tanto a carta de Romero a Bevilaqua, explicitando o pedido de emprego, quanto a da resposta dada pelo funcionário, informando as condições em que Aderson Cavalcanti fora dispensando de seus serviços, demonstram o poder simbólico nas relações públicas. O clientelismo manifestava-se pelo exercício da força simbólica em vários órgãos da Administração Pública. Embora os governos mudassem os titulares das pastas, Bevilaqua continuaria interferindo, influenciando, reclamando, defendendo.

Quando Romero escreve a Bevilaqua em 1911, Hermes da Fonseca é o presidente da República eleito com o objetivo de extirpar os equívocos políticos da nação e restaurar ideais militares. Gaúcho, coliga-se com Rio Grande do Sul e Minas Gerais, sendo este estado representado pelo vice-presidente Venceslau Brás.

Excluído do jogo político, São Paulo viu em Rui Barbosa – dono de uma oratória inflamada, representante das esperanças de uma democracia liberal – a oportunidade de tomar o poder. Rui é apoiado pela Bahia.

Considerada a primeira campanha eleitoral de verdade em vinte anos de República – cartas marcadas predominaram nas eleições anteriores, a eleição marca a luta da pena contra a

espada, denominação alusiva respectivamente a Rui Barbosa (considerado um dos homens mais brilhantes da intelectualidade brasileira) e a Hermes da Fonseca (acusado de bater com a espada na mesa do gabinete de Afonso Pena).(FAUSTO, 2006, p. 154)

Bevilaqua recebera a carta do Ministério da Viação em 1923, época marcada no Governo de Artur Bernardes pela Revolta Tenentista de Copacabana (também conhecida como os 18 do Forte), pelo autoritarismo, pela suspensão das garantias constitucionais, pela censura à imprensa, pela prisão de adversários, pela intervenção federal no Rio de Janeiro e na Bahia. Durante as ações de intervenção federal nestes dois estados, Bernardes pensou em intervir em Pernambuco, mas não foi necessário, porque Epitácio Pessoa, seu antecessor, já o fizera.

Se realizada, a intervenção em Pernambuco se daria contra os militares que, instigados por Hermes da Fonseca, pensavam em projetar rebeliões contra as ordens presidenciais de debandar as manifestações populares. Em 12 de setembro de 1923, pouco mais de dois meses depois da primeira carta informando os motivos de corte de seu indicado político, Bevilaqua receberia mais informações.

“Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1923.

Presado amigo Dr. Clóvis Bevilaqua

Attendendo á recommendação que me fez em carta de 10 de julho último, com toda solicitude mandei examinar a possibilidade de ser admitido o Sr. Aderson Cavalcanti num dos quatro logares, que indicou no quadro da Estrada de Ferro de Sobral.

Sinto que, de acordo com as informações que me foram prestadas pelo Director da Rede de Viação Cearense, não seja possível atendel-o, no momento, porque não há vaga de escripturario ou chefe de trem, nem seria conveniente ao serviço indicar, para os logares de conferente ou inspector de trafego, senão funcionarios com pratica do serviço.

O nome do seu recommendado fica anotado, e terei toda satisfação si, no mais curto espaço de tempo, puder aproveitar os seus serviços”.

A intervenção em favor de amigos não se limitava ao atendimento de pedidos de empregos. As verbas públicas custeavam a produção de obras literárias, pedagógicas ou jurídicas. Participar de um grupo de intelectuais permitiria a legitimação, abriria caminhos no campo cultural.

Dessa maneira, Theodoro Figueira de Almeida, que já solicitara um prefácio do jurista em agosto de 1917, voltaria a escrever-lhe em março de 1927, agradecendo por sua intervenção no ministério, que possibilitou a publicação de seus escritos. Escritos publicados com dinheiro público, respaldados pela rubrica e pela indicação de Clóvis Bevilacqua.

“Rio de Janeiro, 5 de março de 1927.

Meu caro Mestre e amigo Dr. Clovis Bevilacqua

Desde que recebi a vossa benévola comunicação de ter attendido ao meu pedido, recommendando, ao Ministro Mangabeira o meu “Boletim” fiz o propósito de ir levar-vos, pessoalmente, os meus agradecimentos, mas, obrigado, por um motivo e outro, a adiar a minha visita, venho desobrigar-me do agradável dever, renovando-vos, ainda uma vez, os protestos de minha gratidão.

Aproveito a oportunidade para comunicar-vos, que, infelizmente, fracassaram os meus projectos da fundação do “Instituto Iternacional Americano”, segundo os planos esboçados nos artigos – programma dos dois primeiros números do “Boletim”. Quanto ao prosseguimento desta publicação, cujo titulo seria necessariamente modificado, aguardo a decisão de uma proposta, apresentada ao governo, no sentido de um auxílio material, durante os primeiros tempos, mediante certas condições, pois, com os meus próprios recursos, não poderei prosseguir, infelizmente.

Junto, como lembrança, o primeiro esboço do “Quadro Histórico”, que seria convertido em capa do número VII, de acordo com o summario, que já tem sido publicado. Logo que tenha as provas, enviarei os outros dois quadros referentes ao Brasil: - “OS ULTIMOS BALUARTES DO IMPÉRIO” e a “CONSTRUÇÃO REPUBLICANA NO BRASIL”.

Comum affectuoso aperto de mão, o discipulo, admirador e amigo.

Theodoro Figueira de Almeida”.

Quando uma lei abolia regalias privadas, os conflitos prolongavam-se, geravam controvérsias e dificuldades de ordem prática. Alguns teóricos do século XIX acreditavam que o Estado não constituía uma nova ordem, mas uma continuidade da família. Sergio Buarque de Holanda discordava desse conceito.

“O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX. De acordo com esses doutrinadores, o Estado e as suas instituições descenderiam em linha reta, e por simples evolução, da família. A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. Há nesse fato um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo e não uma depuração sucessiva, uma espiritualização de formas mais naturais e rudimentares, uma procissão das hipóstases, para falar como na filosofia alexandrina. A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência”. (BUARQUE, 1998, p. 141)

Em 1936, Bevilaqua recebe uma comunicação do Supremo Tribunal Militar.

“Supremo Tribunal Militar
Capital Federal, 23 de junho de 1936.
Exmo. Ilm. Dr. Clovis Bevilaqua
Attenciosas saudações
Tenho a honra de accusar o recebimento de sua estimada carta de 19 do corrente referente ao amº Dr. Clovis Bevilaqua Sobº, candidato ao cargo de Promotor da Justiça Militar na Auditoria de Curityba.
Uma recommendação sua é uma ordem, que eu desejo permittam-me as circunstancias cumprir.
Aproveito o ensejo para apresentar a V. Ex. os protestos da minha elevada estima e mui distinta consideração, subscrevendo-me”.

A assinatura ininteligível do escritor não permite um possível rastreamento nas cartas remanescentes que poderiam, de alguma maneira, estabelecer indícios de pertencimento aos grupos intelectuais ou fraternos em que Bevilaqua convivia e aos quais dedicava especial atenção, como verificado nas cartas analisadas.

Em abril de 1913, intercederia por um colega juiz.

“Hoje venho pedir-lhe um obséquo. O meu particular amigo, Afonso Cláudio, requereu no Congresso do Espírito Santo para regular a sua situação de Ministro da Corte de Justiça em disponibilidade. Foi apresentando um projeto, discutido mas não votado, no intuito de atender a isso. O meu pedido é para V. me dizer em que pé anda esse projeto e para se interessar pelo seu andamento.

A justiça de causa de Afonso Cláudio é manifesta. É um magistrado vitalício, que não pode ser posto à margem. Seu direito está garantido pela Constituição Federal e pela jurisprudência assente do Supremo Tribunal. O melhor é mesmo declarar por lei a disponibilidade e assim resolver este caso, entregue à Justiça e aos interesses das partes.

Envio-lhe um memorial para que V. melhor se inteire do assunto. O meu interesse é fruto exclusivamente da amizade que consagro ao eminente espírito-santense de que agora trato. Por isso mesmo lhe serei muito grato por tudo quanto fizer em prol do andamento do Projeto nº 25, de 1910”.

CARVALHO (2008) enumera sucintamente os gêneros de justificativas que transitavam pelas esferas administrativas públicas: amizade, necessidades pessoais ou familiares, competência para quem se pede ou em favor de quem se pede, acompanhadas de realces às condições do remetente ou de seu constituído. A argumentação das missivas constituía-se da obrigação moral para com os familiares e amigos e ao entendimento de que os recursos públicos destinavam-se aos fins particulares.

Em primeiro de novembro de 1913 escreveria novamente a Carlos Xavier Paes Barreto solicitando sua atenção para o caso do juiz capixaba.

“Escrevi-lhe sobre o Projeto nº 25 do Congresso do Espírito Santo que regulariza a situação do Dr. Afonso Cláudio e, como agora está funcionando esse ramo do poder público do Estado, ainda que V. esteja fora do serviço governamental, venho pedir-lhe que lembre ao Exmo. Sr. Coronel Marcondes a promessa feita o ano passado de prestar o seu apoio ao andamento desse ato de justiça a um dos mais distintos filhos dessa terra. O Afonso quer que o projeto passe como está, para evitar maiores demoras, posto que fosse de justiça contar a favor dele o aumento de vencimentos da data da Lei nº 567, de 2 de outubro de 1908. O que V. fizer a respeito muito me agradará. Aceite recomendações de Amélia e abraça o amigo que muito o considera por seus talentos e qualidades morais”.

A noção da diferença entre público e privado, como sugere CARVALHO (2008), começava a se delinear pelos atributos de competência e de qualidades técnicas sem, no entanto, serem totalmente esquecidas as ligações políticas ou fraternas.

“O Afonso Cláudio redigiu um Memorandum que explica a sua situação e justifica a sua pretensão. O tempo de serviço efetivo lhe falta pois há muito está fora do cargo mas atendendo ao art. 6º da Lei nº 569, de 1908, deve ser-lhe contado o tempo desde 24 de junho de 1896, como tudo vai exposto no citado Memorandum. O direito do Afonso parece-me certo, e embora, não seja um amigo político certamente não é um adversário em atividade; é, antes, um homem afastado das contendas partidárias, entregue, exclusivamente, aos seus estudos. Mas ainda que assim não fosse, aos governos fica sempre bem fazer justiça e reconhecer o mérito. Não é assim? O atual Governador do Espírito Santo, pelo que sei dele, posso afirmar que é um homem sincero, de ânimo firme e justiceiro. Há de, naturalmente, reconhecer que não se afastará da linha que se traçou, para a administração, apoiando o pedido do Afonso”.

Assim como no fragmento acima, as ligações políticas poderiam ou não facilitar o trâmite de alguns procedimentos burocráticos. Amigo de Epitácio Pessoa, presidente da República em 21 de janeiro de 1921, data em que lhe escreve, lança mão de uma linguagem fraterna e sem formalismos na defesa de um amigo.

“Epitacio

Saudações cordiaes.

O Capitão Bacharel Raymundo Dias de Freitas, assistente do General Commandante da 1ª Região, sentiu-se na necessidade de pedir a sua exoneração desse cargo pela razão que em seguida lhe exporei, e dezeja ficar addido ao Departamento de Guerra, visto pertencer ao quadro (ilegível), a fim de ocupar o cargo de auxiliar no Departamento Central, que deverá vagar talvez em poucos dias, pela promoção do official que, actualmente o exerce.

Parecendo-me justo o pedido, e sabendo quanto seria doloroso para o capitão Dias de Freitas sahir do Rio de Janeiro agora, que acaba de instalar-se aqui a família, composta de uma filha e duas irmãs das quais tem sido o único arrimo, não hesitei em ser o (ilegível) do requerimento nesta carta expresso.

Na primeira parte da missiva Bevilaqua discorre sobre os propósitos que o levaram a abdicar do procedimento administrativo comum e recorrer à interferência direta do presidente da República, cuja admiração pelo jurista cearense se iniciara ainda na Faculdade de Direito do Recife, onde ambos eram professores.

Como se verá na terceira e última parte da carta, Bevilaqua ressaltava que Dias de Freitas não tinha ligações partidárias nem poderia abandonar o Rio de Janeiro, para onde se mudara acompanhado da família.

“A razão pela qual o capitão Dias de Freitas solicitou a sua exoneração do cargo de assistente do General Fortuna foi a seguinte.

No dia do banquete oferecido ao Sr. Arthur Bernardes, teve aquelle general denúncia de que se projetavam (ilegível) nas quais tomariam parte officiaes do exército. Resolveu, então, mandar um official de sua confiança para a paisana para verificar se realmente se encontravam officiaes no movimento e tomar-lhes os mesmo para ulterior providência. O primeiro convidado para essa comissão, official superior, excusara-se sob o pretexto de ter de comparecer ao internamento de um general. O segundo foi o Dias de Freitas que achara a comissão indigna de um official (ilegível) importava em delatar camaradas. Aceital-a-ia se o mandassem fardado e de viseira erguida para providenciar com conviesse aos interesses da nação, mas assim como espião lhe repugnava, e pediu excusa, que o general concedeu, (ilegível) sentiu que se estabelecera incompatibilidade entre os dois”.

As movimentações políticas em torno da sucessão presidencial de Eptácio Pessoa apresentavam suas primeiras iniciativas. Nos primeiros meses de 1921, São Paulo e Minas Gerais já dispunham da candidatura do mineiro Arthur Bernardes, a que se opôs o gaúcho Borges de Medeiros, que denunciava um favorecimento ao café em detrimento ao equilíbrio fiscal.

Durante as reviravoltas protagonizadas nesse período, surgem algumas cartas falsas (CARONE, 1975, p. 22-23), publicadas na imprensa, cuja autoria supostamente pertenceria a Arthur Bernardes e nas quais o presidentiável atacava violentamente os militares que, insatisfeitos com a situação delicada que se agravava, deixaram emergir a insatisfação da caserna.

Em 1922, Eptácio Pessoa interviria em Pernambuco com tropas do Exército, ação contra a qual o Clube Militar publicou um violento manifesto. Contrariado, Eptácio, precedendo ações violentas que aconteceriam no governo de Arthur Bernardes, encerrou as atividades do Clube Militar, baseando-se em uma lei que previa o fechamento de associações nocivas à sociedade (FAUSTO, 2006, p. 172).

O fragmento da carta de Bevilaqua demonstra que Dias de Freitas já sentia as primeiras incursões políticas hierárquicas nas ações do Exército. Dias de Freitas recusara-se a investigar ações militares que desaguiariam na insatisfação do fechamento do Clube Militar, que poderia prejudicar a candidatura de Arthur Bernardes, na Revolta dos Dezoito do Forte em julho de 1922 e, exatos dois anos depois, na Revolta Tenentista cujo objetivo era derrubar o governo Arthur Bernardes.

Como destacamos ao início da análise dessa carta, Bevilaqua a finaliza tentando dissociar eventuais simpatias ou ligações entre as ações de Dias de Freitas e os acontecimentos políticos, deixando escapar, nas entrelinhas, o tom personalista que marcava as relações do filhotismo praticadas até mesmo por sua esposa.

Dias de Freitas é de todo estranho à política, e tem uma fé de officio cheia de serviços válidos. Foi por elle que Amélia se interessou há tempos, pedindo uma promoção de que não foi possível (ilegível). Fica o caso entregue a sua justiça, na qual tenho absoluta confiança. A Amélia faz-se recommendada a Vossa Exa. (ilegível). Da (ilegível) Laura trouxe ela inapagável impressão de sympathia. Do Am^o Clovis”.

A dedicação em solicitar auxílios para seus amigos por meio de pedidos legislativos identifica-se àquela expressa para pleitear empregos para seus familiares.

Em carta de 6 de maio de 1916, ao mesmo remetente que se ocupara do caso da liberação legislativa de Afonso Cláudio, Carlos Xavier Paes Barreto, Bevilaqua rompe a composição rotineira de sua correspondência, baseia suas argumentações nas necessidades familiares, realçando seus vínculos políticos.

“Escrevo-lhe hoje, sob a pressão de uma necessidade imperiosa, que me impele a tomar uma deliberação, que poderá passar por inoportuna e impertinente.

O meu cunhado, Vitor Manuel de Freitas, veio do Amazonas há quase dois anos, sob o engodo de umas promessas felizes e, desde esse tempo, está desempregado. A princípio ficou aqui no Rio, depois, em novembro último, passou a residir em Resende onde a vida é mais barata.

Imagina um homem casado, com seus filhos, sem haveres e sem emprego. A advocacia em Resende não se aplica, no Rio é impossível. Demos ao Vitor o apoio e o auxílio que pudemos, porém, a situação é dolorosa, não obstante isso.

Já pedi a quem era possível pedir. Ministros, deputados, servidores, prometem todos e todos faltam ou se escusam.

Hoje a Amélia lembrou-me que lhe escrevesse. Sei que o Cel. Marcondes vai deixar o governo, porém, ser-lhe-á, talvez ainda possível trazer-nos o conforto, e não é de crer que o nosso governo leve isso a mal.

Fale-lhe, escreva-nos dizendo o que houver. A Amélia cumprimenta-o com particular estima e pede que apresente os meus melhores cumprimentos à sua senhora a quem respeitosamente saúdo”.

Ao que consta, Bevilaqua não apenas praticou o filhotismo, mas também usufruiu dele. Tobias Barreto, um dos responsáveis pela renovação científica na Faculdade do Direito do Recife, em carta enviada a Silvio Romero em abril de 1888, comentando o lançamento do livro do crítico literário, destrincha sua opinião sobre Bevilaqua:

“Olhe lá: - o Clóvis, em 1882, escreveu uns artigos ao meu respeito, cheios de elogios extraordinários. Quer saber qual é o meu juízo sobre ele? É o seguinte: - Não passa de um felicíssimo desfrutável, e o mais pretensioso da nova geração. A reputação intelectual desse moço foi uma parcela do patrimônio Freitas. Não se iluda: Clóvis não vale nada. Alguma coisa melhor que escreve é plagiada”. (NOBRE, s/d, p. 33)

O “patrimônio Freitas” a que Tobias Barreto se refere é o sogro de Bevilaqua. Freitas, presidente da Província de Pernambuco em 1884, levava o genro ao cargo de chefia na

biblioteca da Faculdade de Direito pela qual se diplomara em 1882.

Embora se mencione o ingresso ao quadro docente da Faculdade de Direito do Recife por meio de concurso, os estudiosos de Bevilaqua não mencionam claramente como ele assume o cargo de bibliotecário, conforme pode se depreender do fragmento acima exposto.

Assim como Silvio Romero pauta suas críticas literárias e cria seu rol de livros de qualidade mediante critérios discutíveis, maleáveis e que lhe interessam ciclicamente, bem possível que a opinião de Tobias Barreto sobre Clóvis Bevilaqua não ultrapasse os limites da querela política não sendo, portanto, uma discussão acadêmica ou científica, mas puerilmente relacionada ao descontentamento com as facções, os grupos ou as decisões políticas isoladas.

Curiosa a ausência de cartas que tratem da situação financeira cotidiana da família Bevilaqua, que deixem o lado altruísta do emprego para terceiros e cuidem de negócios pessoais nos governos.

Apesar de aposentado compulsoriamente em 1934 em decorrência da nova ordem constitucional, Bevilaqua continuou advogando, exarando pareceres, prestando consultas, participando de palestras, debates, congressos.

Não parava de trabalhar porque a aposentadoria e o patrimônio insuficiente não lhe permitiam. A casa em que morava fora comprada por amigos após sua morte e doada à família. Diante desse dado, como responder à falta de cartas pedindo financiamentos ou auxílios financeiros?

Como seriam sanadas tais dificuldades?

MICELI aponta os percalços enfrentados pelos intelectuais da República Velha, que viam na imprensa e no trabalho escrito alternativas para se inserirem no campo intelectual e, ao mesmo tempo, suavizar os imbróglis econômicos.

“Não havendo, na República Velha, posições intelectuais autônomas em relação ao poder político, o recrutamento, as trajetórias possíveis, os mecanismos de consagração, bem como as demais condições necessárias à produção intelectual sob suas diferentes modalidades, vão depender quase que por completo das instituições e dos grupos que exercem o trabalho de dominação. Em termos concretos, toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa, que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais. Os escritores profissionais viam-se forçados a ajustar-se aos gêneros havia pouco importados da imprensa francesa: a reportagem, a entrevista, o inquérito literário e, em especial, a crônica”. (MICELI: 2001, p. 17)

MICELI ainda entende que a produção literária da República Velha reforça os interesses dos dominadores em detrimento dos dominados, em um jogo “cuja função básica consiste em encobrir as condições sociais que presidem à produção e à recepção das obras”³⁶. (MICELI: 2001, p. 17)

Escrever prefácios, indicar livros para publicação ou mesmo resenhá-los na grande imprensa integrava o trabalho do Homem de Letras que, por sua vez, necessitava da imprensa para se fazer conhecido, tornar conhecido seu trabalho, suas idéias e suas obras. As revistas e os jornais são o espaço de sociabilidade dos intelectuais. Neles, se unem contra ou favoravelmente a outros grupos, propõem idéias, destroem teses, elegem novos teóricos.

“As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subentendem, as fidelidades que as rebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento das idéias. Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de

³⁶ A discussão entre a Literatura como objeto de criação ou de denúncia social, assim como os escritores que se empenharam em transformar a arte Literária em arma de transformação social, pode ser observada em ensaio de FUENTES (2007, p.9-33).

relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade”. (SIRINELLI, 2003, p. 249)

Se a imprensa constituía uma das fontes de renda dos intelectuais, como seria a relação entre o intelectual Clóvis Bevilaqua e seus editores? Como administrava seus interesses financeiros, fazia propostas, cobrava saldos atrasados, ofertava seus serviços?

O papel heterodoxo do historiador visava

“tanto a narrativa que resulta da pesquisa documental, quanto o trabalho de tradução e prefaciamento de livros estrangeiros, de localização e edição de documentos e ensaios históricos, de redação de compêndios voltados para o público escolar, e até mesmo a elaboração de romances históricos”. (GONTIJO, 2004, p. 181)

Nas três primeiras décadas do século XX, profissionais liberais, professores, advogados, médicos, jornalistas, escritores, enfim, os Homens de Letras se responsabilizavam pela escrita historiográfica, disputando espaço com profissionais que já faziam da História sua atividade, como é o exemplo de Capistrano de Abreu, preocupado com o estudo documental.

A colaboração na imprensa configurava um local privilegiado de visibilidade intelectual, de ascensão social, financeira e política. O deslocamento e o posicionamento no campo intelectual permitiam alguns benefícios nas negociações com editores que, no caso de Bevilaqua, acatavam estipulações financeiras, burocráticas e procedimentais.

Datada de 8 de março de 1897, a carta endereçada a Frota, repleta de rabiscos e de acertos sintáticos e semânticos, impõe condições, destacadamente no que tange à parte financeira.

“Recife, 8 de março de 1897.

Frota,

Em relação à publicação do livro Juristas Philosophos, proponho-lhe o seguinte, que você me dirá si e como aceita.

Tendo somente a primeira edição, de 2000 exemplares, cedo-a por 800#000 (o número inicial do valor cobrado se parece com 8, embora não se mostre indiscutível), tendo direito a 35 exemplares do livro publicado.

Tendo a propriedade, cedo-a por 1 000#000 (um conto), tendo dto (provavelmente abreviatura de direito) a 35 exemplares de cada edição e mais uma gratificação de 200#000 por cada edição nova além da 1^a. Fica-me (palavra incompreensível) o dto (provavelmente abreviatura de direito) de fazer as correções que julgar convenientes.

Recommende ao publicador que respeite a minha orthographia.

Sei que v. mandará os (uma ou duas palavras incompreensíveis) pelo seguro, mas ainda lhe digo que (duas palavras incompreensíveis) imediata não tenho (palavra incompreensível), (três ou quatro palavras incompreensíveis) é o que lhe entreguei.

Do patricio, collega e amig.

Clovis Bevilaqua”.

Além das condições financeiras e das preocupações com a edição do livro, o jurista cearense, radicado na capital pernambucana, demonstra sincero interesse pela conservação da construção sintática e ortográfica da obra.

Em um lugar em que copistas, tipógrafos e auxiliares não ofereciam serviços razoáveis (Capistrano de Abreu perdia tempo significativo visitando oficinas, reclamando diretamente aos funcionários que lhe atrasavam o trabalho), Bevilaqua buscava uma qualidade da estrutura ortográfica de seu trabalho.

A preocupação da escrita dos livros, as condições financeiras para escrevê-los, publicá-los ou transferir os direitos de publicação, os detalhes da entrega e das formas de pagamento integrariam seu cotidiano.

Fixado no Rio de Janeiro, em 1902 informaria das condições da entrega de originais, proporia aditivos e solicitaria adiantamentos do trabalho já pronto.

A carta possui algumas alterações na redação. Num primeiro momento, chama Alves de “meu caro” para, em seguida, riscar as duas palavras e, logo acima delas, escrever “Ilustríssimo amigo”.

“III. Am. Sr. Alves.
Saudações cordiaes
Amanhã terça feira passarei pela livraria ás duas horas
approximadamente, mas pareceu-me conveniente
escrever-lhe hoje, para propor-lhe um additivo ao nosso
contracto.
Entregar-lhe-ei (cinco ou seis palavras incompreensíveis)
160 laudas de manuscripto e o sr. me dará a primeira
prestação do preço ajustado, a que (proponho que seja a
metade.
Nada combinamos quanto a edições futuras e talvez não
seja necessário. Todavia se lhe (duas palavras
incompreensíveis), (uma mesóclise incompreensível)
resignar-se a clausula em que, havendo necessidade de
modificações no livro pra pol-o em dia com a legislação e
a doutrina, tivesse eu uma remuneração modesta. Um
conto de réis, por exemplo, parece-me razoável.
Do am^o e apreciador.
Clovis Bevilaqua”.

Na ausência de profissionais diretos que administrassem a equação escritores, dinheiro e tempo, os autores percorriam gráficas, mesas de editores e tesourarias de editoras, recorrendo a expedientes que garantissem orçamento extra – como a revisão ou a tradução – ou garantissem remunerações futuras.

As diligências, cobranças, sugestões, solicitações e propostas de textos transformam o intelectual em prolixo produtor da palavra escrita, como verificamos na correspondência ao editor jurídico Jacintho Ribeiro dos Santos.

“Rio, 3 de outubro de 1917.
Am^o. Ln. Jacintho Ribeiro dos Santos.
Saudações cordiaes.
Vão 275 (valor por extenso rabiscado) laudas
manuscritas, que me parecem corresponder a 192 (cento
e noventa e duas impressões – palavras rabiscadas), ou
sejam seis fascículos de 32 páginas. Não sei quantos
fascículos mais escreverei. Tudo depende da matéria.
Não pretendo, porém, escrever tantos quantos estão

indicados no contracto (16), como já declarei e agora repito, e vae por mim expresso no contracto, para que se não possa, não o sr., mas alguém que possa ver o contracto, que permitti tantos fascículos e dei menos. Vae o recibo de trescentos que, (palavra incompreensível, mas pode se entender como Amélia, esposa do jurista), me entregou. Parece-me escusado lembrar que devo tirar provas, sendo preferível tiral-as já depois de uma primeira (palavra incompreensível). Com muita estima e consideração, eu assigno
Seu am^o ap.
Clovis Bevilaqua”.

Se, por um lado, a remuneração de trabalhos prestados a jornais, revistas e editoras nacionais (na edição e na revisão de livros) é tratada de maneira direta, por outro, o jurista silencia sobre eventuais contratos de trabalho com associações culturais e editoras estrangeiras, cujas relações regulavam-se pela cordialidade. Ainda no Recife, em carta de 1898 a destinatário não identificado, dispõe-se a colaborar com o ano social de 1899, desculpando-se antecipadamente por escrever em francês, embora saiba bem o alemão. Situação semelhante acontece na carta abaixo, em que silencia sobre valores laborais.

“Rio, 30 de março de 1937 (sobre 37, há rabisco que denotam provavelmente 41).
Distinctos Senhores do Instituto Americano de Direito Internacional
Sr. R.Y. Alfaro
Secretario Geral do Instituto
George A. Finch
Director da Divisão de Direito Internacional da Dotação Canergie para a paz Internacional.
Agradeço a distincção, que conferiram-me de escrever esta carta, submetendo ao meu exame o Direito Internacional do Futuro, afim de que a aprecie e, confidencialmente, a respeito me externe. Tomo o compromisso de fazel-o, (parte da palavra incompreensível) tunamente, não sem delonga, communicando-lhes alguma observação, que me tenha ocorrido, tudo sob absoluto sigilo.
Com os protestos da minha mais elevada consideração assigno-me
Clovis Bevilaqua
Rua Barão de Mesquita 506”.

No Rio, receberia a correspondência no escritório em sua casa.

“Rio 7 de outubro de 1911.
Exmo. Sr. Barão do Rio Branco.
Saudações respeitadas.
A carta de V. Ex. datada 5, (palavra incompreensível)
hontem à tardinha chegou à minha casa, por isso não foi
respondida hontem mesmo.
(parágrafo de três linhas incompreensível)
De V. Ex.
Amº e admirador sincero
C.B.”

As cartas seguem uma intenção de selar as relações entre os missivistas, cúmplices, camaradas, cuja distância diminui na proporção em que as cartas percorrem o longo caminho do encontro.

“Há vocações que assumem a forma e o alcance de verdadeiras missões sociaes. A de Joaquim da Costa Nogueira é dessa categoria privilegiada. Tem elle do ensino escolar uma concepção digna de applauso, porque, correspondendo a capacidade assimiladora dos meninos, estimula, nutre e orienta as intelligencias, de modo a dar-lhes iniciativa, confiança, amplitude e penetração”.

As gentis palavras do jurista igualmente confirmariam favores profissionais aos conhecidos, como é o caso de Lauro Muller, que o procura com finalidade jurídica e a quem reclama, reage e desabafa contra manobras políticas, disfarçadas de decisões administrativas.

“Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1916.

Exmo. Sr. General Dr. Lauro Muller

Saudações cordiaes

Sobre o (palavra incompreensível) da pergunta que V. Ex. hontem me fez pelo telephone, venho dizer-lhe o seguinte.

Não há preceito de lei regulando a matéria. Há os princípios de (uma dúzia de palavras, acrescidas com uma chave, rabiscadas, incompreensíveis) da boa prática, Elle é que distingue a demissão a pedido, a demissão simples e a demissão agravada (essa última espécie de demissão parece efetivamente ser a demissão agravada) com a vista – a bem do serviço público.

Esta última se dá quando o jurisdicionado commette falta grave (duas palavras incompreensíveis) e a Administração sente a necessidade de afirmar que não procedeu usando de uma autoridade discricionária, mas no interesse do serviço, em atenção a normalidade administrativa.

Falo da exoneração como medida disciplinar, que é acto administrativo (acréscimos em letras mínimas, diferentes das usadas na cópia da carta, que aludem a artigos de leis administrativas e a doutrinas). Elle não impede que o funcionário delictuoso seja condenado por sentença a perda do emprego, simples (duas palavras incompreensíveis) inhabilitação para exercer direito”.

As querelas administrativo-trabalhistas de Lauro Muller³⁷ eram respondidas dois anos depois de, em carta marcada por uma letra miúda, acréscimos de palavras, reorganização de frases e muitos rabiscos, solicitar, em tom diplomático, porém claramente contrariado, dispensa do serviço público; e dois anos antes de enfrentar publicamente, por meio da imprensa, acusações de recebimento de altos salários.

No primeiro caso, Bevilacqua usa dos lances do xadrez político por se sentir ofendido nas discussões de remanejamentos políticos nos escalões dos governos.

“Exmo. Sr. General Dr. L.M.

M. (palavra incompreensível) Est.

Tendo um dos actuaes Ministros, com a responsabilidade de Secretario de Estado, declarado q. o verdadeiro conselheiro dos Ministros é o Consultor Geral da Rep.,

³⁷ Lauro Severiano Muller (1863-1926) – diplomata, general, governador provisório de Santa Catarina, deputado federal, senador, Ministro das Relações Exteriores entre 1912-1917. Patrona da Academia Catarinense de Letras. Membro da Academia Brasileira de Letras.

gastando-se com os outros (palavra incompreensível) r. outros demais 'sem necessidade e sem proveito', propondo, por isso, a supressão desses cargos, venho solicitar de V. Ex. que apresento a minha demissão (rabiscos, acréscimos e letras maiúsculas desconexas e incompreensíveis).

Diz-me a consciência que não fui um inútil, que não fui nem sou um parecerista (essa parece ser a palavra escrita), que, na medida de minhas forças, prestei os serviços que a lei (três ou quatro linhas em letras mínimas, acréscimos e rabiscos incompreensíveis) não consinta que eu permaneça neste cargo julgado inútil (palavras incompreensíveis)

(Parágrafo de cinco linhas repleto de acréscimos, exclusões, rabiscos ininteligíveis)

(Parágrafo parcialmente ininteligível, mas que pode se tornar legível)"

Se, por um lado, a distribuição de cargos no governo se dava em decorrência de indicações ou acomodações de partidários ou seus auxiliares, ponto que não se discute nas cartas ora analisadas, por outro, o tema dos salários recebidos estrondavam na imprensa.

A carta acima segue o mesmo padrão da publicada no *Jornal do Comércio* do dia de natal de 1914, em que se discutiam os ajustes salariais no orçamento da União e em que se ventilou o nome de Bevilaqua como beneficiário de altos salários.

"Rio, 25 de dezembro de 1914.

Exmo. Sr. Deputado Félix Pacheco

Relatando as emendas ao orçamento do Ministério do Interior, e depois de mostrar a injustiça com que foi tratado Araripe Junior, figura de grande relevo na intelectualidade brasileira e no culto da minha amizade, afirmou V. Excia. que os mesmos vencimentos minguados percebe o meu ilustre colega e prezado amigo dr. Rodrigo Otávio, estranhando que isso aconteça quando o *consultor jurídico privativo do Ministério das Relações Exteriores PORQUE É Clóvis Bevilaqua, recebe 24:000\$000.*

Tudo isso está provavelmente errado, acrescenta V. Excia.

Creio que, realmente, está.

Está errado, porque, absolutamente, não sou um favorito madraço, para me ver, assim, exposto à execração públicas pelas grossas prebendas com que me tenha mimoseado a munificência dos governantes.

Está errado, porque os meus vencimentos são menos vultosos do que pareceu a V. Excia, a outros deputados e a um anônimo, que se utilizou das páginas do jornal que V. Excia. dirige.

Não recebo, como consultor, senão 16 contos anuais, e isto desde o ano passado, porque anteriormente, os meus vencimentos não iam além de 12 contos.

Está errado, ainda, porque, desses 16 contos manda a justiça deduzir os 9 que me cabem como lente em disponibilidade da Faculdade de Direito do Recife, acrescidos das gratificações adicionais, a que me dão direito os meus longos anos de professorado. E, como lente, não recebo um real desde que assumi o exercício da Consultoria do Exterior.

Mais ainda: como estou em disponibilidade ninguém ocupa minha cadeira, nem por isso mesmo recebe os vencimentos, que me deviam caber.

É uma soma que o Tesouro não despense pela só razão de eu me achar no exercício do lugar de Consultor Jurídico das Relações Exteriores.

Isso mesmo já tive ocasião de ponderar ao egrégio senhor Ministro Lauro Muller ao solicitar a minha exoneração, por ter parecido ao Sr. Rivadavia, que nós, os consultores jurídicos, estávamos pesando, inutilmente, sobre os cofres da nação exausta.

Se o governo houvesse atendido à minha solicitação reiterada, eu não teria, hoje, recebido tão inesperado presente de festa, ao ler, pela manhã, no JORNAL DO COMÉRCIO, a injusta referência, que motiva esta carta, e V. Excia. estaria dispensado de ler estas frases que, se foram ditadas pela estranheza do golpe, não significam menos um preito à verdade.

De V. Excia, patrício e admirador.

CLÓVIS BEVILAQUA”.

Embora MEIRA (1990, p. 190) aborde o conflito entre Bevilaqua e o parlamentar Félix Pacheco³⁸ no tocante aos vencimentos do primeiro como consultor do Ministério das Relações Exteriores, um silêncio sobre o assunto paira nos demais biógrafos - NOBRE (s/d), ROCHA (2001), BRANDÃO (1989).

As acusações de favorecimento com dinheiro público aparentemente não afetariam as relações com Araripe Junior e Rodrigo Otávio.

Além de trabalhar na estrutura jurídica, Araripe Junior desenvolveria uma extensa obra no estudo da literatura

³⁸ José Felix Alves Pacheco (1879-1935) – Advogado, jornalista, poeta e tradutor. Deputado federal e senador, ocupou o Ministério das Relações Exteriores entre 1922 e 1926. Elegeu-se para a Academia Brasileira de Letras em 1912.

brasileira sendo considerado, ao lado de Silvio Romero e José Veríssimo, um dos três nomes mais importantes da crítica literária brasileira de fins do século XIX.

Araripe Junior redige sobre assuntos jurídicos e intelectuais, temas que, tanto para ele quanto para Bevilaqua, compõem o cotidiano.

“Rio, 25 de maio de 1897.
Am. e (ilegível) dr. Clóvis.
De posse de sua carta de 6 do corr., devo dizer-lhe que a sua petição já foi despachada, tendo-se resolvido que se incluiu no pedido de crédito que o Governo vae dirigir ao Congresso. Fica assim respondida a pergunta que me faz.
Agradeço as expressões de sympathia com que se refere ao meu novo livro “Movimento Literário de 1893”. Também esse trabalho muito cheio de defeitos, principalmente de execução typographica, pelo que quasi estou arrependido de ter feito essa publicação.
Quando nos dá uma nova producção de seu engenho. Sabe como o admiro, e portanto deve avaliar a minha anciedade com que espero a continuação da obra do jurista emérito, que já enriqueceu a literatura jurídica brasileira com dois livros que honrariam a própria Allemanha.
Do (ilegível) e amº.
E.A. Araripe Junior”.

A ligação entre Araripe e Bevilaqua transcenderia a esfera profissional e cultural, tendo o crítico literário remetido ao jurista, na condição de chefe de família e de amigo, duas cartas em 1898, uma em 1899 e uma em 1907.

Na de 1898, trata do abrigo que concede ao seu filho Fernando, indica-lhe um livro, solicita-lhe leituras de escritos de sua lavra e comenta sobre a disposição de prefaciá-las suas obras.

Em 22 de dezembro de 1898, pediria que dialogasse com seu filho Fernando que, morando no Recife enquanto o pai residia no Rio de Janeiro, enfrentava crises patológicas

complicadas. Por essas duas cartas de 1898, os laços de fraternidade se sobreporiam aos demais.

Em 1899, uma rápida mensagem sobre a aceitação de escrever um prefácio ao livro do jurista cearense que, de acordo com a bibliografia cronológica, se enquadraria em “Esboços e Fragmentos”, publicado naquele mesmo ano.

Em 1907, um bilhete singelo confirmaria a persistência da amizade.

“Amº. Dr. Clovis.
A chuva torrencial de ontem impediu-me de cumprimental-o e à Exma. D. Amélia; o que faço por meio desta, dezejando ao casal os mais dilatados anos de ventura.
Poderia ter afrontado a tempestade; mas um restinho de grippe fez-me recuar do propositio.
Queira, pois, desculpar a falta involuntária e aceitar um abraço do
Coll. Amº. (ilegível) e admº.
E.A. Araripe Jr.
Rio, 5 – out. – 907”.

A correspondência com Rodrigo Otávio também se manteria por longa data. Em 1927, o jurista esclareceria algumas irregularidades jurídico-administrativas na Academia Brasileira de Letras.

Embora membro-fundador, freqüentá-la-ia com menos regularidade, antes mesmo do rompimento definitivo com a instituição, em decorrência do impedimento da esposa em se candidatar a uma das vagas³⁹.

Provavelmente escrita entre 1896 e 1897, em carta sem data, aberta por Rodrigo Otávio, exultaria o agradecimento de Bevilaqua pela lembrança de seu nome para membro fundador da instituição de letras apontando, como patrono de sua cadeira, o escritor Franklin Távora, autor de *O Cabeleira*.

³⁹ A transcrição da carta está no anexo I.

O mesmo Franklin Távora, indicado para patrono da cadeira, respaldara, em carta sem data, mas certamente antes de 1888, ano de sua morte, uma rede de sociabilidade intelectual que, no momento da missiva, demonstrava relevância no cenário cultural brasileiro.

“Ilmos. Srs. Isidoro Mandiés e Clovis Bevilaqua. Desejando dar aos jovens colegas um lugar na minha galeria de (ilegível) do Norte, venho rogar-lhes me remetam com brevidade queres esclarecimentos biographicos. (ilegível) dita (ilegível) que há de constituir a 2ª das duas partes em que se divide o 1º tomo do Norte, está saindo na Nueva Revista de Buenos Aires, importante publicação de que sou collaborador por instância dos (ilegível) Vicente Quesada e Ernesto Quesada, notáveis escritores argentinos”.

A discussão sobre a equiparação salarial perdeu dimensão. Bevilaqua exararia parecer jurídico sobre situação controversa na Academia Brasileira de Letras a pedido de Rodrigo Otávio. O parecer jurídico constituiria uma espécie de suporte de comunicação entre o jurista e seus destinatários, construindo um diálogo quase sem ruído, baseado num código fechado e teoricamente eficaz.

Mesmo o deputado Félix Pacheco, que em 1914 insinuou supostos privilégios granjeados por Bevilaqua, manteria o diálogo missivista.

Em duas cartas de 1926, Bevilaqua ora mescla elementos de um discurso persuasivo sobre questões jurídicas internacionais a elementos de proximidade e intimidade, ora utiliza estruturas extensas, marcadas por reações responsivas.

Interessado pelo Direito Internacional, suas propostas aproximavam-se menos dos preceitos jurídicos de caráter unilateral, precursores de hierarquia pragmática e do diálogo meramente onírico, que dos direcionamentos políticos heterodoxos e cooperativos.

A Felix Pacheco ponderaria sobre a divisão de poder e o respeito aos elementos políticos de constituição dos estados, sob a perspectiva supranacional⁴⁰. Bevilaqua provavelmente ensaiava uma aproximação ao ministro que o atacara quando deputado. Três anos antes, em 1923, felicitara-o pela escolha de Epitácio Pessoa para o Tribunal Permanente de Justiça Internacional, cargo vago com o falecimento de Rui Barbosa, a quem chamou “morto imortal”.

Em novembro de 1926, dessa vez excluindo o tratamento “amigo” e valendo-se de uma linguagem menos subjetiva, apresentaria cumprimentos por vê-lo como um ator importante na política brasileira.

Abandonada a mágoa a que alcunhou de execração pública, bom senso, habilidade e agilidade fazem-no reconhecer a distinção entre os papéis sociais de Pacheco que, de deputado, relator do orçamento da União e de algeu, ascende ao cargo de mandatário e de superior hierárquico.

“A Sua Excelência o Snr. Felix Pacheco
Ministro de Estado das Relações Exteriores
Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1926.
À Sua Excellencia, o Sr. Dr. Octavio Mangabeira,
tenho a honra de apresentar os meus cumprimentos,
por meio desta carta, esperando reiterar-los,
pessoalmente, muito em breve, como é de meu dever,
que aliás cumpro com grande satisfação, como
admirador dos altos merecimentos do nosso Ministros
das Relações Exteriores, um dos vultos de maior
relevo da política brasileira do presente.
São também os mesmos os sentimentos de minha
senhora.
Clóvis Bevilaqua”.

O traquejo permitia-lhe trânsito fácil na burocracia da Administração Pública e dos governos.

Assim como em 1916 escrevera a um conhecido capixaba, solicitando um cargo qualquer para o cunhado Vitor Manuel de

⁴⁰ Missiva transcrita no anexo J.

Freitas, dez anos antes, em 1906, solicitaria intervenção para patrocinar, não apenas os interesses de outro cunhado, mas também de um superior hierárquico.

“Rio 10 de Set. de 1906.

Meu caro Juca

Saudações cordiaes

Um pedido. Sei que será desagradável recebê-lo, e creia que ponho esforço em apresentá-lo. Mas V. me há de perdoar e do seu esperado perdão tiro animo para lhe falar.

Meu cunhado, Thomaz Aquino de Freitas, capitão tenente da armada, aspira ser ajudante da comissão mixta do território do Alto-juruá, desde que p^a ela vá um chefe conhecido seu, como o Capitão tenente Manoel Ferreira Lamare, que a isso se propõe.

Desejava o meu cunhado que eu pleiteasse a sua causa perante o exmo. Sr. Barão do Rio Branco. Mas como poderia fazê-lo? Faltam-me todos os títulos. Nesta emergência, lembrei-me que v. poderia talvez ser o patrono dessa pretensão, si visse que ela tem viabilidade (permitta o termo), e aqui lh'a trago á sua presença. Parece-me inútil acrescentar mais alguma cousa. Tudo entrego ao seu critério e generosidade.

Do am^o e collega

Clovis Bevilaqua”.

A timidez de Bevilaqua em tratar da defesa de assuntos alheios nos órgãos públicos e administrativos, quando não expressa, fica subentendida nas entrelinhas do requerimento de audiências.

“Ao Exmo. Snr. Dr. Luiz de Sousa Dantas

Ministro Interino das Relações Exteriores

Exmo. Sr. Barão do Rio Branco

Respeitosas saudações

O meu patrício e collega Dr. Torres Camara deseja apresentar-se a V. Exa. por meu intermédio e em taes condições o faz que eu, rompendo com dificuldade a zona do acanhamento que me envolve, e sem poder satisfazer na realidade o que me solicitam, venho trazer-lhe o pedido do Dr. Torres Camara que V. Exa. ouvirá.

Pedindo-lhe desculpas, aproveito a oportunidade p^a testemunhar a V. Exa., mais uma vez, a m^a alta consideração.

De V. Exa. venerador obr.^o

Clóvis Bevilaqua”.

A carta constitui, em acepção prática e em suporte de informações, um meio eficaz de solicitação, de pedidos, de constrangimentos e de aceitação de quem a escreve, de quem a recebe e de quem a lê, passando os olhos por uma finalidade semântica que, muitas vezes, esquece os limites temporais e os assuntos banais, para se encravar na memória por seus múltiplos temas.

Dotado de uma linguagem diplomática, mesmo quando atirava fortemente contra seus opositores, Bevilaqua não deixou de transitar discretamente nos bastidores do poder, nem no palco das discussões intelectuais, saindo da Monarquia à República, do Recife ao Rio de Janeiro, então capital federal, da Faculdade de Direito ao Ministério das Relações Exteriores.

Conclusão

Jurista, professor, tradutor, escritor, Clóvis Bevilaqua representa o intelectual do século XIX, em que as qualidades de polígrafo são presenciadas mais marcadamente desde o fim da graduação em Direito e o acompanham vida afora, seja no exercício de cargos públicos judiciários e políticos – como promotor de justiça em localidades isoladas ou distantes no Maranhão ou como secretário estadual de governos republicanos, seja no exercício do magistério, seja no exercício de funções que mesclam o político e o jurídico, como na consultoria jurídica do Ministério das Relações Exteriores.

As cartas representam uma fonte segura, cheias de mensagens explícitas e implícitas, que retratam o cotidiano das pessoas. Cotidiano que, também com a entrada da modernidade, interessa na medida em que a intimidade preservada dos personagens aproveita aos estudiosos e, principalmente, aos leitores de biografias, de diários, de correspondências.

As correspondências refletem não apenas as escolhas pessoais, mas transmitem indícios ou provas do envolvimento grupal e geracional de seus remetentes/emissores e destinatários/receptores.

Dessa maneira, observamos que Bevilaqua inseriu-se em uma Geração que prezava os saberes científicos, estritamente ligados aos conceitos do Positivismo, mas que ainda não brigava por uma teoria jurídica ou literária autônoma, nos moldes da ciência pura. Predominantemente, como aconteceu a Silvio Romero, o prestígio intelectual entrelaçava-se aos ganhos políticos.

Ganhos políticos que, por sua vez, nos fizeram repensar os conceitos e patologias do público e privado, inicialmente defendidos pelo projeto. A análise discrepante entre público e

privado cedeu lugar ao exame do deslocamento no campo intelectual e político, este pautado pelo patronato.

Entronizado em uma mesma geração guiada pelo Positivismo – Cientificismo e pelo patronato, Bevilaqua manteve seu itinerário de ascensão intelectual e social, mas não necessariamente política e financeira, baseado regularmente nas relações que estabeleceu, criando uma rede de Sociabilidades.

Assim aconteceu inicialmente quando, em meados de 1880, partiu para o Recife para assumir a cadeira de bibliotecário da Biblioteca da Faculdade de Direito durante a gestão do sogro à frente do governo do Estado de Pernambuco, assim aconteceria no convite para elaboração do Código Civil, feito pelo então ministro da justiça Epiácio Pessoa, também professor da Faculdade de Direito, assim, finalmente, ocorreria com as cartas que remetia, destacadamente as enviadas aos órgãos públicos, solicitando favores e empregos para conhecidos, parentes, amigos.

É possível observar que alguns membros de Geração seguiram Itinerários semelhantes quando da formação de conceitos sobre o Direito e a Conjuntura Internacionais, como é o caso de Rui Barbosa que, assim como Bevilaqua, discursou em favor da soberania de países como a Polônia, embora nem sempre primasse por caminhos pacifistas.

Se por um lado, a correspondência disponível permitiu um delineamento da trajetória de Bevilaqua, apontando expressamente alguns comportamentos públicos e privados, por outro, essa mesma correspondência deu lugar a questionamentos sobre as lacunas e os silêncios nela contidos.

As missivas do acervo Bevilaqua, com exceção de alguns temas da conjuntura internacional, não abordam detalhada ou integralmente conluíus, alianças ou discussões políticas, revoltas, golpes de estado, discussões sobre escritores contemporâneos, movimentos culturais (como a Semana de Arte Moderna).

Os silêncios da correspondência mais uma vez nos fazem acreditar em recortes com a finalidade de construir a imagem do jurista. Apesar de algumas inferências nas biografias, nenhuma carta relata as agruras financeiras pelas quais passava a família que, com a morte do patriarca, viu-se obrigada a aceitar a casa em que morava como doação de amigos e de admiradores do jurista.

Outros silêncios despertam curiosidade, como a ausência de cartas que, além da explicação habitual de admiração intelectual, estabeleçam claramente as relações entre Bevilaqua e Eptácio Pessoa, em mais de quarenta anos de amizade, comentem as controvérsias da aprovação do Código Civil, tratem da falta de correspondentes fixos (como Lobato e Godofredo Rangel ou Lobato e Oliveira Vianna, ou Oliveira Lima e Gilberto Freyre), discorram sobre livros lidos, fatos políticos marcantes (como a denúncia do deputado Felix Pacheco contra seu suposto alto salário no Ministério das Relações Exteriores), justifiquem a recusa em assumir uma cadeira no Supremo Tribunal Federal ou na Corte Internacional, embora se dispusesse a colaborar com suas atividades jurisdicionais internacionais.

Entre os silêncios das missivas, o ateísmo de Clóvis Bevilaqua, que mantinha as filhas pautadas pela educação cristã, publicando, na revista que dirigia com a esposa, artigos de finalidade religiosa.

O segundo silêncio que desperta interesse está na ojeriza de Clóvis Bevilaqua pelo divórcio, instituto jurídico considerado por ele “erro e retrocesso”. As cartas não tratam do assunto nem na esfera jurídica nem no âmbito particular, não deixando nem mesmo indícios de como a figura pública do jurista, que execra a dissolução do casamento, se entendeu com a figura particular do pai que abrigou a filha divorciada e duas netas, tratadas dali em diante como filhas.

Por fim, se a preocupação inicial do projeto repousava sobre o interesse na visão política de Bevilaqua e Silvio Romero, a

pesquisa evidenciou alguns diálogos sobre o cotidiano de um intelectual da transição monárquico-republicana que estabeleceu, por meio da correspondência, uma sólida rede de sociabilidades, permitindo movimentação privilegiada tanto no campo intelectual quanto no campo político brasileiros.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ. **Inventário do Acervo Clóvis Bevilacqua**. Fortaleza: Parque Gráfico do Tribunal de Justiça, 1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA JUNIOR, Benjamin. **Movimentos e estilos literários**. São Paulo: Scipione, 1995.

ABRAHÃO, Fernando Antonio. (Org.) **Correspondência Passiva de Francisco Glicério**. Campinas: Instrumentos de pesquisa, 1996.

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**. Memória, história e estratégia de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ALENCASTRO, Luiz F. de (Org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol. 2.

ALMEIDA, Ângela Mendes de. **Família e modernidade – O pensamento jurídico brasileiro no século XIX**. São Paulo: Porto Calendário, 1999.

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. **Correspondência Cordial – Capistrano de Abreu e Guilherme Studart**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2003.

AMORA, Antônio Soares. **Introdução à teoria literária**. São Paulo: Cultrix, 2004.

ANHEZINI, Karina. Correspondência e escrita da história na trajetória intelectual de Afonso Taunay. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 32, p. 51-70, 2003.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, p.9-34, 1998.

BASILE, Marcello Otávio. **Ezequiel Corrêa dos Santos**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Estado Governo Sociedade** – Para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Razões Práticas. Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2005.

BRANDÃO, Noemia Paes Barreto. **Clovis Bevilacqua na intimidade**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1989.

BUARQUE, Virgínia A. Castro. **Escrita singular** – Capistrano de Abreu e Madre Maria José. Fortaleza: Museu do Ceará, 2003.

BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da História** – Novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

_____. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CAMPEDELLI, Samira Youssef. **Clássicos do Romance Brasileiro**. São Paulo: Scipione, 1995.

CANDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira** – Momentos decisivos. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. **O método crítico de Silvio Romero**. São Paulo: Edusp, 1988.

_____. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2002.

CARONE, Edgard. **O Tenentismo**. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, Alonso Bezerra de; SILVA, Wilton Carlos Lima da (Org.). **Sociologia e Educação**. Leituras e Interpretações. Campinas: Avercamp, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas** – O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Cidadania no Brasil** – O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Os Bestializados**. O Rio de Janeiro de a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Pontos e Bordados** – Escritos de História e Política. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

_____. Rui Barbosa e a razão clientelista. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 dez. 2008. doi: 10.1590/S0011-52582000000100003.

_____. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASSAL, Sueli Tomazini Barros. **Amigos escritos** – Correspondência literária entre Monteiro Labato e Godofredo Rangel. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Unesp, 2002.

_____. (Org.). **Práticas da Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil – Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais – medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Unesp, 1999.

_____. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Unesp, 1998.

COSTA, João Cruz. **Pequena história da república**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA, Pedro Pereira da Silva. **Machado de Assis**. São Paulo: Três, 2001.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. (2 vol.) São Paulo: Publifolha, 2000.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Que tipo de República?**. São Paulo: Globo, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

_____. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1997.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

FRAIZ, Priscila. A Dimensão Autobiográfica dos Arquivos Pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, p.59-87, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Perfil de Euclides e outros perfis**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

FUENTES, Carlos. **Geografia do Romance**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2000.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádya Batella (Org.). **Prezado Senhor, Prezada Senhora** – Estudo sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de Si. Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GONÇALVES, João Felipe. **Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GONTIJO, Rebeca. "Paulo amigo": amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de Si. Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros – cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. O sistema intelectual brasileiro na correspondência passiva de John Casper Branner. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de Si. Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HOBBSAWN, Eric. **A era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Nação e Nacionalismo desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico**. São Paulo: Difel, 1976.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

LIMA, Oliveira. **Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2000.

LOPEZ, Luiz Roberto. **Cultura Brasileira – de 1808 ao pré-modernismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1988.

LUCA, Tânia Regina de. Monteiro Lobato: estratégias de poder e auto-representação n'*A Barca de Gleyre*. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de Si. Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MARCHANT, Anyda. Comments. Michigan Law Review. Michigan, vol.43, nº 5, p. 970-975, 1945.

MARTINS, Wilson. **História da Inteligência Brasileira (vol. III)**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977.

_____. **História da Inteligência Brasileira** (vol. IV). São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1996.

_____. **História da Inteligência Brasileira** (vol. V). São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978a.

_____. **História da Inteligência Brasileira** (vol. VI). São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978b.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MEIRA, Silvio. **Clovis Bevilacqua**. Sua vida. Sua obra. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1990.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella (Org.). **Prezado Senhor, Prezada Senhora** – Estudo sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MOISÉS, Massaud. **A análise literária**. São Paulo: Cultrix, 2007.

MOLLOY, Sylvia. **Vale o escrito**. Chapecó: Argos, 2003.

MONTAGNER, Miguel Angelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, Porto Alegre, p.240-264, 2007.

MORAES, Ana Alcídia Araujo. Tarrafa de pescaria: o uso de carta na pesquisa. **Interface**, Botucatu, vol.10, p. 169-184, 2006.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. **Sílvio Romero** – Dilemas e combates no Brasil da virada do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

NEDER, Gizlene. **Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Sergio Antonio Fabris, 1995.

NOBRE, Freitas. **Clóvis Bevilacqua**. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Publifolha, 2000.

PUPO-WALKER, Enrique. Epistolario e Archivo by Mariano Azuela. **Hispanic Review**, Pensilvania, vol. 40, p. 356-359, 1972.

REALE, Miguel. **Figuras da Inteligência Brasileira.** São Paulo: Siciliano, 1994.

REMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Carlos Antonio da Costa. **Cor e criminalidade:** estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

ROCHA, César Asfor. **Clóvis Bevilacqua.** Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

ROMERO, Lauro. **Clóvis Bevilacqua.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão – tensões sociais e a criação cultural da Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **História da Vida Privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René. (Org.) **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. Para ler a leitura: Reflexões sobre anotações de Florestan Fernandes em um livro de Franz Boas. **Antropológicas**, Recife, volume 16, n.2, p. 67-98, 2005.

_____. Os guardiões da linguagem e da política: o bacharelismo na República Velha. **Justiça & História**, Porto Alegre (RS), v. 5, n. 10, 2005.

_____. **Memória cívica e memória intelectual: imortalidade e o caso de Rui Barbosa.** 31º Encontro Anual da ANPOCS: Caxambu, 2007.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **Teoria da Literatura.** São Paulo: Ática, 2005.

TREBITSCH, Michel. **CORRESPONDANCES D'INTELLECTUELS -** Le cas des lettres d'Henri Lefebvre à Norbert Guterman (1935-

1947). Disponível em
<http://www.ihtp.cnrs.fr/Trebitsch/cahiers_20.html> Acesso em 21
jul.2007.

VENANCIO, Giselle Martins. **Na trama do arquivo**: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951). 2003. 342f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

_____. Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história. In: GOMES, Angela de Castro. (Org.). **Escrita de Si. Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. **Henrique Morize e o ideal de ciência pura na República Velha**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1999.

ANEXO A – Transcrição de carta enviada pelo Supremo Tribunal Militar

Supremo Tribunal Militar

Capital Federal, 23 de junho de 1936.

Exmo. Ilm. Dr. Clovis Bevilaqua

Attenciosas saudações

Tenho a honra de accusar o recebimento de sua estimada carta de 19 do corrente referente ao amº Dr. Clovis Bevilaqua Sobº, candidato ao cargo de Promotor da Justiça Militar na Auditoria de Curityba.

Uma recommendação sua é uma ordem, que eu desejo permittam-me as circunstancias cumprir.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. Ex. os protestos da minha elevada estima e mui distinta consideração, subscrevendo-me.

De V. Ex.

Att. (ininteligível) admdor.

(Rubrica ininteligível)

ANEXO B – Transcrição de carta enviada pelo Gabinete do
Ministro da Aviação

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1923.

Prezado amigo Dr. Clóvis Bevilaqua

Saudações cordiaes.

Em resposta á sua carta de 14 de junho próximo findo, cumpre-me informar-lhe que muito senti a dispensa do seu recomendado, Sr. Aderson Cavalcanti, motivada, exclusivamente, por se ter esgotado a verba da estrada de rodagem de Granja a Viçosa.

Não tendo podido evitar a dispensa, apesar de toda a minha boa vontade, desejo reparal-a o mais breve possível; convem, pois, que o Sr. Aderson me informe da existência de alguma vaga que possa pretender, para que eu me esforce, afim de lhe obter nova collocação.

Exposto, assim, o que se deu, com relação ao seu recomendado, espero continue a dispor do

Amº attº ador.

(Rubrica ininteligível)

ANEXO C - Transcrição de carta enviada pelo Gabinete do
Ministro da Aviação

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1923.

Presado amigo Dr. Clóvis Bevilaqua

Attendendo á recommendação que me fez em carta de 10 de julho último, com toda solicitude mandei examinar a possibilidade de ser admitido o Sr. Aderson Cavalcanti num dos quatro logares, que indicou no quadro da Estrada de Ferro de Sobral.

Sinto que, de acordo com as informações que me foram prestadas pelo Director da Rede de Viação Cearense, não seja possível atendel-o, no momento, porque não há vaga de escripturario ou chefe de trem, nem seria conveniente ao serviço indicar, para os logares de conferente ou inspector de trafego, senão funcionarios com pratica do serviço.

O nome do seu recommendado fica anotado, e terei toda satisfação si, no mais curto espaço de tempo, puder aproveitar os seus serviços.

Com todo apreço,

(Acréscimo à mão e assinatura ininteligíveis)

ANEXO D – Transcrição de carta enviada por Sylvio Romero

Rio de Janeiro – 27 de maio de 1911.

Presado mestre e amigo,

Venho pedir-lhe um grande favor.

Como o senhor sabe, o Edgar deseja immensamente uma collocação aqui no Rio.

Para conseguil-a temos eu e papae envidado os maiores esforços, mas até o presente nada obtivemos a não ser promessas.

Fala-se agora que muito brevemente será feita uma reforma geral da polícia.

Muito obrigados lhe ficaríamos se o senhor tivesse a bondade de pedir ao Dr. Belisário Távora um logar na secretaria d'aquella repartição.

Poderei contar ainda uma vez com o seu generoso auxílio?

Pelo correio enviei-lhe hontem, á tarde, o número do Diário de Notícias em que sahiu o discurso de papae no Granhery. Recebeu-o?

Queira apresentar á Exma. Sra. D. Amélia e as senhoritas Florisa e Doris os mais amistosos cumprimentos Nhanhã e meus e aceitar um estreitado abraço.

Do sempre (ininteligível) e amº

Sylvio Romero.

ANEXO E – Transcrição de carta enviada por Theodoro Figueira de Almeida

Rio de Janeiro, 5 de março de 1927.

Meu caro Mestre e amigo Dr. Clovis Bevilaqua

Desde que recebi a vossa benévola comunicação de ter atendido ao meu pedido, recommendando, ao Ministro Mangabeira o meu “Boletim” fiz o propósito de ir levar-vos, pessoalmente, os meus agradecimentos, mas, obrigado, por um motivo e outro, a adiar a minha visita, venho desobrigar-me do agradável dever, renovando-vos, ainda uma vez, os protestos de minha gratidão.

Aproveito a oportunidade para comunicar-vos, que, infelizmente, fracassaram os meus projectos da fundação do “Instituto Iternacional Americano”, segundo os planos esboçados nos artigos – programma dos dois primeiros números do “Boletim”. Quanto ao prosseguimento desta publicação, cujo titulo seria necessariamente modificado, aguardo a decisão de uma proposta, apresentada ao governo, no sentido de um auxílio material, durante os primeiros tempos, mediante certas condições, pois, com os meus próprios recursos, não poderei prosseguir, infelizmente.

Junto, como lembrança, o primeiro esboço do “Quadro Histórico”, que seria convertido em capa do número VII, de acordo com o summario, que já tem sido publicado. Logo que tenha as provas, enviarei os outros dois quadros referentes ao Brasil: - “OS ULTIMOS BALUARTES DO IMPÉRIO” e a “CONSTRUÇÃO REPUBLICANA NO BRASIL”.

Comum affectuoso aperto de mão, o discipulo, admirador e amigo.
Theodoro Figueira de Almeida.

ANEXO F – Transcrição da carta enviada pela organização do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância.

Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1919.

Exmo. Sr. Dr. Clovis Bevilacqua

Ao ter chegado á Comissão Executiva do Iº congresso Brasileiro de Prote~ção á Infância a carta que se dignou V. Ex. de enviar ao nosso illustre Secretario Geral, na qual, com excessiva modéstia que é um dos primorosos predicados de sua pessoa, pedia escusa da Presidência da Secção de Sociologia deste Congresso, venho communicar a V. Ex. que esta Commissão não póde de modo algum aceitar tal alvitre.

Perdoe V. Ex., mas quem, como V. Ex., é um dos expoentes da Sociologia Brasileira, quem representa uma das figuras mais brilhantes do nosso paiz, quem é hoje o alvo da justa admiração, da veneração e do apreço de seus coevos pelo seu luminoso passado, não poderá, permita V. Ex. a liberdade, negar o seu valiosíssimo concurso é uma Obra social como a deste Congresso, que muito se honrará com o seu elevado prestígio e as luzes do seu extraordinário saber.

Côncio de que V. Ex. dará acolhimento ás justas considerações que óra ousou fazer, appellando para os seus nunca desmentidos sentimentos de patriotismo, rogo a V. Ex. aceitar o cargo para o qual tivemos a honra de designar V.Ex..

Com protestos do maior agradecimento, aguardando ancioso sua resposta, é com todo o acatamento e preito de admiração que me subscrevo

De V.Ex.

Servo e patrício admirador

(assinatura ininteligível)

ANEXO G – Transcrição de carta enviada por Levy Carneiro

8 de março de 1930.

Exllmo. Sr. Dr. Clovis Bevilaqua.

Meo eminente Mestre e Amigo,

Estou, ainda uma vez, profundamente penhorado pela sua gentileza. Não calcula quanto receiava ser demasiado importuno – e, no em tanto, a sua extrema gentileza acolheu o meo pedido, deferindo-o promptamente. E ainda requintou com a remessa de seo novo livro – Linhas e perfis jurídicos – de que eu ainda nem tinha noticia. Conhecia já muitas das paginas deste livro, e agora reli essas com o mesmo encanto com que li as que ainda não conhecia. Excusado é dizer que o livro continua a sua grande obra, impregnada toda ella de um alto e luminoso espírito filosofico. Sei que me falta autoridade para louva-lo; posso apenas agradecer – a gentileza do offerecimento e os ensinamentos que me proporciona.

Quanto á conferência, qualquer assumpto, versado pela sua palavra, servirá aos meus intuitos. Sem fixar uma preferênciã, lembro-me de que, no anno passado, a sua escolha vacillou, por um momento, entre o Direito Subjectivo e o Estado. Este ultimo thema preoccupa-me muito, e muito me admiro de que, se me não engano, ninguém o haja tratado ainda entre nós nestes últimos tempos, em que elle assumio uma importância empolgante. Pelo meo egoísmo, gostaria muito de ouvir a sua critica ás theorias que a agitação política da Europa tem inspirado... Mas, não me agradaria menos, pode ter certeza, ouvi-la sobre qualquer outro assumpto mais ligado a suas cogitações actuaes.

A data, conforme sua indicação, poderá ser 17 de maio?

Perdoe-me, ainda uma vez, e queira aceitar e transmitir sua Exllma. Senhora meos mais respeitosos cumprimentos, e

acreditar-me sempre, com a mais distinta consideração e profundo reconhecimento.

(Acréscimo à mão ininteligível)

Levy Carneiro.

ANEXO H – Transcrição de carta enviada por Elpídio de Mesquita

Exmº. Collega e Amigo Dr. Clovis Bevilaqua

S. C. 21,1,1923.

Saudações affectuosas.

Como em tempo lhe disse não fiz contracto algum com o Governo Federal para elaborar os dois decretos sobre a hypotheca marítima; o primeiro decreto, creando o instituto que não existia na legislação brasileira, o segundo, estabelecendo as condições para a sua garantia e validade, inscripção e registro.

O valor primordial do meu trabalho está precisamente em que a hypotheca marítima hoje instituída no Brasil, está de inteira harmonia (quanto possível) com a legislação de outros povos que a instituíram, e, para isso, tive de compulsar tudo quanto se disse, se escreveu e se votou nos congressos internacionaes para a Unificação do direito marítimo.

O Governo Federal, como meu distincto collega verá da carta junta, não só me limitou o tempo para a entrega dos trabalhos, como também mandou que eu possesse de parte todos os meus trabalhos e afazeres profissionaes.

Os dois decretos foram publicados nos Diários Officiaes de 11 e 14 de Novembro, e eu tive o praser de ver que um espírito arguto e meticoloso como o do Presidente Epitácio que é além do mais, um jurisconsulto, subscrevesse e promulgasse os dois decretos taes quaes me saíram das mãos, ocorrendo ainda a circumstancia de, a duas ou três alterações ao meu trabalho apresentados pelo Instituto de Advogados (então consultado) o Presidente da República mandou que se mantivesse a formula da minha redacção

Peço-lhe, pois, o grande e inestimável obsequio de dar preço ao meu trabalho de jurista, nas condições em que o realisei.

E peço-lhe isso por dois motivos:

1º - porque a nação inteira rende culto e homenagens á pureza do seu character;

2º - porque foi o meu distincto collega o grande organisador da nossa Codificação Civil.

Com o mais alto apreço e sincera estima. Seu coll^a e am^o Elpidio de Mesquita.

ANEXO I – Transcrição de carta enviada a Rodrigo Otávio.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1927.

Prezado amigo e eminente jurisconsulto, Dr. Rodrigo Otávio.

Saudações Cordiaes.

Li os papéis concernentes à concorrência para a execução de um moimento em honra a Francisco Ale (ilegível), nosso lembrado amigo, e respondo as questões que v. me propôs:

1º A (ilegível) Francisco de Andrade tem fundamento.

A Academia chamou concorrentes para uma obra; a proposta foi julgada boa. Estava firmada a resolução jurídica (Código Civil, arts. 1512 e segs.). Ou a Academia mandava executar o moimento prejudicado, ou pagaria perdas e danos, com impra(ilegível) de indenização jurídica (Cód. Civil, art. 1056).

Allega a Academia que não dispõe de verba sufficiente. Mas devia saber disso, quando abriu a concorrência. Aliás, dos documentos examinados consta que lavra venha mais que sufficiente.

Se havia insufficiência de verba (ilegível) com o concorrente preterido, para colimarem-se os interesses das duas (ilegível). Abrir nova concorrência, depois de aceita a proposta da primeira, a Academia lesaria direito do concorrente aceito.

2

A indenização pedida parece-me excessiva, até em face do preço do moimento.

O artista parece reclamar, de acordo com a lei (Cód. Civil, art. 1059) o que effectivamente perdeu e o que, razoavelmente deixou de ganhar, isto é, o preço de obra projectada, deduzido o valor de material empregado e dos salários que teria [sic] de ser pago [sic] a auxiliares de constucção. A maquette representa o (ilegível) do trabalho do artista. Restituída ou não deve ser tomada em linha de conta para a responsabilidade da Academia.

3

Eu aconselharia procurasse a Academia entrar em acordo com o concorrente para desistência da ação. Ella não está bem nesse pleito, nem perante o direito escripto, nem perante os sentimentos de gratidão, que deve à memória do Alves.

Em relação á nova concorrência, se há quem mereça acceitação, a Academia terá de realizar a obra segundo o projecto acceito, (ilegível) justa compensação, no caso de preferir o antigo projecto, (ilegível) tal seja possível.

Em qualquer hupotthese, ao preço da obra, se há de acrescentar o da indenização a um dos concorrentes acceitos, e afastado em seguida.

4

Tal é o meu parecer.

ANEXO J – Transcrição de carta enviada ao Ministro Félix Pacheco

“Rio de Janeiro, 18 de março de 1926.

Exmo. Amigo Sr. Ministro Felix Pacheco

Saudações cordiaes

Acabo de ler, no *Jornal do Commercio*, o acto final do drama, que a política internacional representou em Genebra, a propósito da eleição de membros permanentes para o Conselho da Sociedade das Nações. E, sentindo, como brasileiro, que a attitude assumida, pelo governo do meu paiz, foi a mais digna, a mais justa, a mais conforme aos interesses superiores da humanidade, e ao desenvolvimento do direito internacional, cumpro, jubiloso, o dever de felicitar o Exmo. Snr. Presidente da República e Vossa Excelencia, pela serena firmeza revelada neste momento gravíssimo para a organização das relações internacionaes. Não estava em causa um interesse egoístico do Brasil; estavam em causa a própria organização jurídica da Sociedade das Nações, a justiça, o direito internacional, a confraternização dos povos. A Sociedade das Nações não pode ser um agrupamento de Estados, sob a tutela das chamadas grandes potencias. Ella não é producto da civilização guerreira; ao contrário, é instrumento inventado para oppor obstáculos à guerra, e consolidar os sentimentos de amizade entre os povos. Porque, então, somente aos Estados fortes para a guerra é que hão de caber logares permanentes num organismo de paz?

E porque não tolera a Alemanha que, juntamente com ella, obtenham logares permanentes no Conselho o Brasil e a Hespanha? Que concepção é essa da Sociedade das Nações? Se para a Allemanha a sua admissão importava reconhecimento de um direito, que se não contesta, para o

Brasil e para a Hespanha não era menos significativo, do ponto de vista da justiça, a eleição para um posto, a que tem direito ainda mais forte.

Por outro lado, não vêm os *gros bonnets* da Liga que excluir, neste momento, o Brasil é excluir a América, e, portanto, collocar o continente americano em posição inferior à Europa e à Ásia? Naturalmente não conferiram as Nações Americanas delegação expressa do Brasil, para represental-as no Conselho. Qualquer dellas merece o mesmo posto, e por qualquer dellas estaria representada, muito dignamente, a América. No momento, porém, a candidatura apresentada era a do Brasil; por isso, independentemente de procuração em termos expressos, elle representava a América, de cujo continente é parte integrante.

Portanto quaesquer que sejam as conseqüências, que o futuro nos reserve, devemos ficar tranquilos porque procedemos com direito e no sentido de dar maior expressão ao direito, que se pretende sacrificar.

E foi grande felicidade nossa achar-se, no posto de defeza os interesses do Brasil e da própria Liga das Nações, um homem como o embaixador Mello Franco: perspicaz, íntegro, forte pela inteligência e pela consciência do direito, mas de resistência que não magoa.

Não me permitia meu zelo patriótico, remetter-me ao silêncio, em ocasião destas.

Acceitte, pois Vossa Ex. as minhas congratulações; o esforço empregado será proveitoso à civilização.

Clovis Bevilaqua”.